

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

SARAH REGINA NASCIMENTO PESSOA

**AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL DE ROBERTO SIMONSEN,
CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO
À LUZ DA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Porto Alegre

2020

SARAH REGINA NASCIMENTO PESSOA

**AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL DE ROBERTO SIMONSEN,
CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO
À LUZ DA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

**Porto Alegre
2020**

CIP - Catalogação na Publicação

Pessoa, Sarah Regina Nascimento Pessoa
As interpretações do Brasil de Roberto Simonsen,
Caio Prado Júnior e Celso Furtado à luz da Economia
Institucional / Sarah Regina Nascimento Pessoa Pessoa.
-- 2020.
147 f.
Orientador: Pedro Cezar Dutra Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Economia institucional. 2. Interpretes do
Brasil. 3. Celso Furtado. 4. Caio Prado Júnior. 5.
Roberto Simonsen. I. Fonseca, Pedro Cezar Dutra,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SARAH REGINA NASCIMENTO PESSOA

**AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL DE ROBERTO SIMONSEN,
CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO
À LUZ DA ECONOMIA INSTITUCIONAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em Porto Alegre, 19 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Orientador
PPGE-UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso de Aguiar Filho
PPGE-UFRGS

Prof. Dr. Róber Iturriet Avila
UFRGS

Prof. Dra. Ana Maria Rita Milani
CMEA -UFAL

A meus pais, Milton e Lourdes,
irmãos, Bruno, Deborah e Cinthia,
minhas fontes de inspiração e energia,
para o trabalho e realização de sonhos.

AGRADECIMENTOS

Eu tenho muito a agradecer a todos que fizeram parte da minha jornada no curso de doutorado em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus pela dádiva da vida e por colocar pessoas maravilhosas em minha trajetória. À toda minha família, por estarem ao meu lado, apoiando, incentivando e dando todo suporte necessário. Painho (Milton), Mainha (Maria de Lourdes), meus irmãos: Bruno, Deborah e Cinthia, meus cunhados: Marcelino e Luciene: MUITO OBRIGADA! Eu também não posso esquecer dos meus dois sobrinhos lindos, que são minha fonte de energia e que deixam meus dias mais felizes: Davi e Pedro, eu sou grata a Deus pela vida de vocês.

Ao Professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, eu serei eternamente grata. Obrigada por acreditar em mim, por todo apoio na escrita da tese, por compartilhar seu conhecimento e pelos conselhos. O senhor é uma inspiração não só profissional, mas como ser humano, que me acolheu e incentivou a lutar e não desistir dos meus sonhos.

Aos professores que estiveram na banca de qualificação, Professor Hélio Aguilar e Ricardo Dathein, agradeço por todos os comentários ao meu trabalho. Tais foram fundamentais para o enriquecimento da discussão proposta. Aos professores da banca de defesa, Professores Hélio Aguilar, Robert Iturriet e Ana Milani, agradeço pela disponibilidade em fazer parte deste momento e por todas as contribuições para o aperfeiçoamento da minha tese.

Aos técnicos administrativos UFRGS, Marcelo, Lurdes, Liara e Ana Paula, agradeço por todo apoio e presteza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo investimento feito em minha formação.

Aos amigos da minha cidade natal, Andrea, Alana, Adélia, Amanda, Bárbara, Daniela Monteiro, Daniela Cavalcanti, Mariana, Larissa, Joelma, Mayanna, Maayara, Everson, Wagner, Diogo e Victor, que sempre torceram por mim e, mesmo de longe, enviaram seu amor e energias positivas. Aos amigos que fiz durante minha estadia em Porto Alegre, Renata, Thamara, Rayanne, Carol, Érica, Fernanda, Assílio, Leonardo, Lucas Rodrigues, Jonathan, Tobias, Marsala, Leandro, Lucas Lima, Eduarda, Laís, Iago, John, Jamile, Guilherme, Kalila e Pollyanna, agradeço por muitos momentos felizes, pelo acolhimento, pelo cuidado e amor. Por último e não menos importante quero agradecer meu namorado Sylvio Kappes. Agradeço por seu companheirismo, por todo suporte nesses três anos de curso, por sua paciência e amor.

Eu sou muito grata a todos e todas por tudo. Como diz Emicida: “Quem tem um amigo tem tudo”.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise comparativa, à luz da economia institucional, das interpretações de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, no tocante a três temáticas da história econômica do Brasil: i) evolução colonial, ii) formação do Estado nacional, abolição do trabalho servil e imigração; iii) industrialização tardia. Para isto, definiu-se três categorias de análise: mercado, estado e capitalismo. Faz-se uso das do approach teórico institucionalista para discutir tais categorias, fundamentalmente a partir das contribuições de Geoffrey Hodgson e Ha-Joon Chang. A riqueza do método comparativo está na identificação de semelhanças nas interpretações dos autores, bem como no assinalamento das distintas abordagens sobre o mesmo fato histórico. A escolha desses autores se justifica pela originalidade e fecundidade de suas obras. Suas contribuições ao desenvolvimento da historiografia economia brasileira são amplamente reconhecidas. Este estudo visa contribuir com a área de história do pensamento econômico, através da sistematização de suas narrativas. O mérito deste trabalho consiste na junção dessas literaturas. Depreende-se que não se trata de um trabalho inovador na contemplação dos fatos, mas na sua interpretação. Embora com enfoques diferenciados, verificou-se que na visão dos três autores, o mercado interno é relevante para o desenvolvimento do país. Roberto Simonsen, advoga pela industrialização como meio de ampliar a produção e os ganhos, com vistas a expandir o mercado. Caio Prado Júnior argumenta que um mercado interno abastecido com produção nacional é uma condição necessária para se superar o Imperialismo. Celso Furtado destaca a manutenção de um mercado aquecido em período de crise como fundamental para gerar mercado para os produtos industriais brasileiros. A categoria capitalismo foi trabalhada com ênfases distintas por cada autor. A existência do feudalismo no Brasil foi negada por todos, porém somente Caio Prado Júnior apresenta uma contribuição mais nítida sobre esse modo de produção. Da interpretação de Simonsen e Furtado, captou-se apenas a inserção da colonização no quadro de expansão do capitalismo comercial e a identificação dos donatários como capitalistas. Enquanto perdurou o pacto colonial, a lógica do Estado foi de exploração. Os três autores destacam que tal caráter foi nocivo para ambos: metrópole e colônia. Na clássica interpretação de Furtado sobre o processo de industrialização, ele aponta o papel decisivo da política de Vargas, mesmo que de forma inconsciente, em face ao “choque adverso”. Simonsen, como industrial e líder classista, foi um grande defensor do protecionismo e do planejamento. A ausência de políticas direcionadas nos períodos iniciais da industrialização, segundo o autor, representou entraves ao seu desenvolvimento.

Palavras-chaves: Intérpretes do Brasil. Economia Institucional. Celso Furtado. Caio Prado Júnior. Roberto Simonsen.

ABSTRACT

The present thesis aims to carry out a comparative analysis, in the light of institutional economics, of the interpretations of Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior and Celso Furtado, with respect to three themes of the economic history of Brazil: i) colonial evolution, ii) formation the national state, the abolition of servant labor and immigration; iii) late industrialization. For this, three categories of analysis were defined: market, state and capitalism. The institutionalist theoretical approach is used to discuss such categories, based mainly on the contributions of Geoffrey Hodgson and Ha-Joon Chang. The richness of the comparative method lies in the identification of similarities in the authors' interpretations, as well as in the identification of different approaches on the same historical fact. The choice of these authors is justified by the originality and fruitfulness of their works. His contributions to the development of Brazilian economic historiography are widely recognized. This study aims to contribute to the area of history of economic thought, through the systematization of these authors' narratives. The merit of this work is the combination of these literature. Therefore, it is not an innovative work in the contemplation of the facts, but in its interpretation. Although with different approaches, it was found that, in the view of the three authors, the domestic market is relevant to the country's development. Roberto Simonsen advocates industrialization as a means of expanding production and earnings, aiming to expanding the market. Caio Prado Júnior argues that an internal market supplied with national production is a necessary condition to overcome Imperialism. Celso Furtado highlights the maintenance of a heated market in a period of crisis as fundamental to generating a market for Brazilian industrial products. The category of capitalism was developed with different emphases by each author. The existence of feudalism in Brazil was denied by all, but only Caio Prado Júnior makes a clear contribution to this mode of production. From Simonsen and Furtado's interpretation, only the insertion of colonization in the framework of the expansion of commercial capitalism and the identification of grantees as capitalists was captured. While the colonial pact lasted, the logic of the state was one of exploitation. The three authors point out that such a character was harmful to both the metropolis and the colony. In Furtado's classic interpretation of the industrialization process, he points out the decisive role of Vargas' policy, even if unconsciously, in the face of the "adverse shock". Simonsen, as an industrialist and class leader, was a strong supporter of protectionism and planning. The absence of targeted policies in the initial periods of industrialization, according to the author, represented obstacles to its development.

Key-words: Brazil's Interpreters. Institutional Economics. Celso Furtado. Caio Prado Júnior. Roberto Simonsen.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A ECONOMIA INSTITUCIONAL	12
2.1	INSTITUIÇÕES E MUDANÇA INSTITUCIONAL	14
2.2	O MERCADO COMO INSTITUIÇÃO.....	20
2.3	ESTADO	26
2.4	CAPITALISMO	31
3	OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL	39
3.1	ROBERTO SIMONSEN: OS CICLOS DE PRODUÇÃO COLONIAL	39
3.2	CAIO PRADO JÚNIOR: O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO CÍCLICA.....	48
3.3	CELSO FURTADO: O CARÁTER ESCRAVISTA DA PRODUÇÃO COLONIAL... ..	62
4	OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, ABOLIÇÃO DO TRABALHO SERVIL E TRABALHO ASSALARIADO	77
4.1	ROBERTO SIMONSEN: A TRANSFERÊNCIA DA COROA PORTUGUESA PARA O BRASIL E A INVERSÃO POLÍTICA.....	77
4.2	CAIO PRADO JÚNIOR: AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA COLONIAL.....	85
4.3	CELSO FURTADO: A EMERGÊNCIA DA CLASSE CAFEIEIRA.....	97
5	OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA	106
5.1	ROBERTO SIMONSEN: A DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL CRÔNICA E A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS	106
5.2	CAIO PRADO JÚNIOR: A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS E O IMPERIALISMO	112
5.3	CELSO FURTADO: A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS E A POLÍTICA INCONSCIENTE DE MANUTENÇÃO DA RENDA	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A – QUADRO DE RESUMO DOS PRINCIPAIS APONTAMENTOS SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE ROBERTO SIMONSEN, CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO	139

1 INTRODUÇÃO

A investigação sobre a obra dos Intérpretes do Brasil integra um amplo e rico campo de discussão acadêmica. O pensamento social brasileiro no fim do século XIX e início do século XX – através de Francisco Varnhagen, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, entre outros – buscou entender a identidade brasileira, levantando questões como: o que é o Brasil? Qual o significado de ser brasileiro? Quais as razões do atraso do Brasil e como superar os gargalos? Para onde caminha o país?

A partir dos anos 1930 até o fim do processo de substituição de importações, visualizou-se um momento de grande impulso das interpretações do Brasil, com obras de maior robustez teórica. Trata-se de um período de importantes mudanças – industrialização, urbanização, mudanças políticas e institucionais. Destacam-se Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Milton Santos, Raymundo Faoro, Darcy Ribeiro, Ignácio Rangel, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso etc.

Reis (2002, p. 10) assinala: “Interpretar é atribuir sentido a um mundo histórico e determinado em uma época determinada”. É sabido que cada historiador elabora suas perguntas de pesquisa, utiliza-se de diversas fontes e técnicas, apoia-se em conceitos, problemas e documentos. Portanto, tem-se que o conhecimento histórico pode ser aprofundado pelas diversas abordagens e pelo refinamento metodológico ao trabalhar as fontes.

A interpretação é fundamental, pois é através dela que se racionaliza, ou melhor, é possível dar sentido aos fatos históricos. Por meio das suas obras históricas de síntese, Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado realizam o esforço de pensar o Brasil em perspectiva histórica pois, por meio da compreensão do seu passado, torna-se possível entender o presente e repensar o futuro. Segundo Caio Prado (1972), a historiografia tem um papel essencial neste processo, pois através da sistematização da experiência coletiva do homem e a sua teorização, busca-se orientar e conduzir a ação humana.

Os autores supracitados são considerados tripé da historiografia econômica brasileira (IGLESIAS, 1959). No *Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira*, Canabrava (1972) apresenta importantes considerações sobre tais intérpretes. Para ela, o primeiro livro sobre *História Econômica do Brasil*, escrito por Simonsen em 1937, é caracterizado pelo empenho de firmar critérios de exatidão quanto aos fenômenos econômicos e monetários. A obra “Formação do Brasil Contemporâneo: colônia” escrito em 1942, de Caio Prado Júnior, foi um importante marco na medida em que renovou a interpretação do processo histórico da colônia. Por sua vez, o livro de Celso Furtado publicado em 1959 “Formação

Econômica do Brasil” apresenta como substrato mais profundo a problemática do desenvolvimento econômico. Tem-se na comparação dessas interpretações um importante instrumento para enriquecer o debate sobre as pioneiras obras de síntese da historiografia econômica brasileira.

Ao resgatar a utilização do método comparativo na historiografia ocidental do século XX, Fausto e Devoto (2004) destacam Marc Bloch como grande referência. Este último praticou história comparada em dois de seus grandes livros, a saber: *Os reis taumaturgos* e *Les Caractères originaux de l'histoire rurale française*. Seu diferencial foi conceber o comparativismo como instrumento vinculado à prática do historiador, e não como procedimento teórico. Bloch sugere dois requisitos para a história comparada: certa similaridade nos fatos observados e certa dessemelhança dos ambientes em que eles ocorreram. Por meio dessa combinação, apresenta-se um frutífero campo para a análise comparativa.

O presente trabalho não se propõe a realizar história comparada. Apresenta-se como objetivo principal realizar uma comparação à luz do arcabouço institucionalista - com base nas categorias de análise: mercado, estado e capitalismo - das narrativas históricas de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, no tocante a três temáticas:

- a) da economia colonial;
- b) formação do Estado nacional, abolição da escravidão e imigração;
- c) industrialização tardia.

O objetivo proposto orientou a investigação em direção a uma pesquisa bibliográfica. Os critérios para escolha dos textos foram os seguintes:

- a) escolher todos os textos históricos de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, visando capturar a evolução do pensamento dos autores, bem como compreender suas perspectivas históricas de forma ampla;
- b) escolher os textos teóricos e de outras temáticas dos autores supracitados, que apresentam um diálogo com as obras históricas e os temas estudados;
- c) selecionar alguns livros, artigos publicados em revista especializada, teses ou dissertações que se propõe investigar as narrativas históricas dos autores a serem estudados.

Os textos selecionados foram: Bielschowsky (2009), Borja (2013); Curi (2014); Manzatto (2018); Simonsen (1930; 1969; 1973; 2010); Prado Júnior (1970, 1972, 1999, 1987, 2011); Ferrari e Fonseca (2011); Fonseca (2003); Fonseca e Salomão (2017); Furtado (1950, 1954, 1969, 2001, 2007, 2009); Saes (1989, 2009); Szmrecsányi (2004) e Tosi Furtado (2009).

A justificativa para a escolha dos autores foi previamente delineada e será reforçada nos parágrafos seguintes. Referente aos temas aqui estudados, aponta-se o preenchimento dos requisitos sugeridos por Bloch.

A riqueza da comparação está não apenas nas semelhanças, mas especialmente nas diferenças. As diferentes técnicas, approach teórico, fontes e conceitos utilizados por cada autor explicam as distintas visões sobre os mesmos fatos históricos. Para Roberto Simonsen a chave interpretativa da história do Brasil está associada ao seu projeto de industrialização brasileira e dá suporte à argumentação mais puramente econômica, que se estrutura em torno do protecionismo e do planejamento (CURI, 2014).

A história do pensamento de Caio Prado Júnior – historiador, geógrafo e militante do Partido Comunista – foi marcada por sua criatividade teórica e independência política. Prado Júnior usou suas raízes políticas como uma ferramenta crítica e não dogmática na construção de um pensamento que confrontava as ideias dominantes da esquerda brasileira (baseado na transposição dos esquemas de análise soviéticos para o Brasil), e tornou-se pioneiro na utilização do materialismo histórico de Marx na apreensão da formação econômica e social do Brasil.

Bielschowsky (2009) denomina o livro *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado como obra prima do estruturalismo cepalino, ademais, esta obra faz uso do aparato analítico keynesiano. O pano de fundo de sua investigação – que veio a constituir-se como “problema” central da pesquisa furtadiana – é a compreensão do atraso brasileiro e as especificidades do subdesenvolvimento.

A comparação proposta neste estudo será realizada por meio de três categorias de análise, a saber: mercado, estado e capitalismo. Faz-se uso das contribuições do arcabouço teórico institucionalista para debater as categorias acima, bem como o conceito de instituições e o processo de mudança institucional. Em razão da miríade de correntes, optou-se por focar a discussão nas contribuições de Geoffrey Hodgson e Ha-Joo Chang. Tais autores apresentam uma nítida influência dos Antigos Institucionalistas, bem como compartilham de várias similaridades em suas construções teóricas.

Este estudo visa contribuir com a área de história do pensamento econômico, através da sistematização das interpretações dos autores supracitados, qualificando suas posições e críticas sobre as três temáticas anteriormente delineadas, análise ainda não encontrada na literatura. Aponta-se para a insuficiência de explicações de cunho institucionalista para interpretar a formação econômica e a industrialização tardia brasileira. O mérito deste trabalho

consiste na junção dessas literaturas. Depreende-se que não se trata de um trabalho inovador na contemplação dos fatos, mas na sua interpretação.

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro se refere a esta breve introdução. O segundo volta-se ao debate do arcabouço teórico institucionalista, onde são apresentadas as categorias de análise e a discussão sobre mudança institucional, sob a perspectiva de Hodgson e da Economia Política Institucionalista de Chang. Do terceiro ao quinto são delineadas as contribuições dos intérpretes da economia brasileira sobre as três temáticas selecionadas. Cada capítulo se refere a um tema, abordando a visão de cada autor separadamente. Por fim, são tecidas as considerações finais deste estudo.

2 A ECONOMIA INSTITUCIONAL

O florescimento da escola institucionalista remonta ao final do século XIX nos Estados Unidos. Veblen, Commons e Mitchell formam o tripé do “velho” institucionalismo norte-americano. Críticos ao neoclassicismo, eles trazem as instituições para o centro da análise ao invés do indivíduo, tendo em vista sua importância na evolução da sociedade¹. Tal abordagem utiliza-se fortemente do conceito de *path dependence*, atentando para as especificidades locais, dada a heterogeneidade institucional, e substituindo o conceito de equilíbrio pelo processo evolucionário.

Conceição e Gabriani (2019) argumentam que alguns simpatizantes do institucionalismo, como Gunnar Myrdal, qualificam os antigos institucionalistas de “empiricismo ingênuo”. No entanto, não se pode deixar de pontuar o seu legado para os desenvolvimentos teóricos posteriores desta abordagem.

Em razão da diversidade de correntes dentro do pensamento institucionalista, optou-se, neste trabalho, por trazer apontamentos gerais das contribuições de Veblen e, posteriormente, aprofundar o debate mediante as contribuições de Geoffrey Martin Hodgson e Ha-Joon Chang.

Conceição (2002) enumera três pontos da abordagem Vebleniana que se sobressaem ao analisar seus escritos:

[...] o primeiro refere-se à inadequação da teoria neoclássica em tratar as inovações, supondo-as dadas, desconsiderando as condições de sua implantação; o segundo é sua preocupação não com o equilíbrio estável, mas em como se dá a mudança e o conseqüente crescimento; e, no terceiro, há uma ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica. (CONCEIÇÃO, 2002, p.82).

Veblen não se preocupou em desenvolver uma análise estática de equilíbrio como uma introdução para a dinâmica. Ele caracterizou sua própria economia como pós-darwinista e argumentou que a economia deveria adotar a metáfora da evolução e da mudança, em vez das ideias estáticas de equilíbrio que haviam sido emprestadas pelos economistas neoclássicos da física.

Segundo Veblen (1988), a evolução socioeconômica é considerada como um processo de seleção, combinada com processos simultâneos de adaptação de indivíduos e instituições ao seu ambiente. Nesta visão, as instituições são vistas como um desdobramento dos processos de

¹ Isto, por si só, já é uma primeira mudança em relação à teoria neoclássica, que assume a estrutura institucional como dada e coloca os indivíduos como centro decisório, norteados por uma racionalidade maximizadora.

pensamento rotineiros que são compartilhados por um número de pessoas em uma determinada sociedade, como descrito por ele “[...] settled habits of thought common to the generality of men” (VEBLEN, 1909, p. 626). Assim, as instituições são formadas por e formativas do comportamento humano. Para este autor, a história evolui como processo “absurdista”, com trajetória cega. Assim, não há um processo determinístico de progresso, dado que o processo histórico é “absurdista” e não dialético.

O britânico Geoffrey M. Hodgson tem se destacado na tarefa de resgatar o “velho” institucionalismo norte-americano. Suas contribuições não se limitam apenas a tal retomada, mas também se voltam à atualização e o avanço deste pensamento econômico².

Hodgson (1992) aponta que o grau de imprecisão nos termos em que as ideias evolucionárias de Veblen foram expressas impediram seu desenvolvimento teórico. No entanto, ele apresenta um importante legado ao proporcionar uma interpretação que possa analisar a ciência e a tecnologia no capitalismo moderno como motores do avanço econômico e social, bem como a relevância dos princípios evolutivos da biologia para a teoria da mudança tecnológica³.

A Economia Política Institucionalista (EPI), proposta na obra de Chang, apresenta críticas à economia neoliberal⁴, bem como a abordagem proposta pela NEI. Segundo Grazziotin, Avila e Herrlein Júnior. (2015, p.115), tal abordagem é apontada como aberta, pois “[...] não refuta diretamente as diferentes visões teóricas que tratam as instituições, mas as engloba”.

Em linhas gerais, Chang afirma que a EPI almeja:

[...] development of the tradition found in the classic works of authors such as Karl Marx, Thorstein Veblen, Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Andrew Shonfield and Herbert Simon [...]. This tradition [...] differs from the new institutionalist economics (NIE) in a number of important respects [...] but most importantly in seeing institutions not simply as constraints on the behaviour of the pre-formed and unchanging individual as in the NIE, but in seeing them also as shaping the individuals themselves. (CHANG, 2001, p.14).

Jameson (2006) engloba Hodgson e Chang em uma mesma corrente, por ele intitulada de Nova Antiga Economia Institucional (*New Old Institutional Economics*). Campos (2016)

² Nesta tarefa, destacam-se também os autores Warren Samuels e Malcolm Rutherford.

³ Este autor também reivindica que o uso de Veblen do pensamento evolutivo da biologia era muito mais extenso do que o de Schumpeter. Assim, Veblen deveria ser colocado entre as figuras fundadoras da economia evolucionária moderna, talvez até a maior de todas (HODGSON, 1992).

⁴ Chang apresenta uma forte objeção ao paradigma neoliberal, que, segundo o autor é resultado da união entre o instrumental teórico neoclássico e a filosofia política e moral da escola austríaca (CHANG, 2001).

aponta um fato que evidencia tal proximidade teórica: a edição do *Journal of Institutional Economics* dedicada a Chang (2011), que suscitou uma crítica respondida pelo próprio homenageado⁵.

Cavalcante (2014) ressalta que Chang se aproxima de Hodgson quanto à permeabilidade entre instituições e indivíduos, contrariamente à Nova Economia Institucional (NEI), que adota um “modelo de baixo para cima”.

Hodgson e Chang reagem a uma definição estrita de instituição como regra restritiva ao comportamento individual, trazendo o pensamento vebleniano para o debate na tentativa de construir uma visão de instituição mais conectada à ação humana. Isso fica claro na ideia de Chang de que as instituições seriam mecanismos capazes de restringir, constituir e possibilitar a ação humana, ou seja, as instituições seriam capazes de moldar a visão de mundo dos indivíduos. Essa ideia de instituição é compatível com a proposição de Hodgson de um “modelo reconstitutivo de cima para baixo”, em que o hábito cumpre um importante papel de reforçar padrões de comportamento cristalizados em instituições. (CAVALCANTE, 2014, p.385).

Em razão de tal aproximação e diálogo, optou-se por fazer uso dos desenvolvimentos teóricos tanto da obra de Hodgson, bem como da EPI, concentrado nas contribuições de Chang, para qualificar o debate sobre instituições e mudanças institucionais e as três categorias de análise utilizadas neste trabalho, a saber: mercado, estado e capitalismo.

2.1 INSTITUIÇÕES E MUDANÇA INSTITUCIONAL

Segundo Hodgson (1998), a economia institucional não possui uma estrutura teórica universal que relaciona a uma escolha racional, gerando uma teoria dos preços, bem estar econômico e etc. Em oposição a essa construção, tal abordagem pressupõe outros elementos para revelar como grupos específicos de hábitos comuns estão *embedded* em instituições sociais específicas.

Em desacordo com o *mainstream*, a abordagem institucionalista traz algumas novidades, como enumerado por Hodgson:

First, there is a degree of emphasis on institutional and cultural factors that is not found in mainstream economic theory. Second, the analysis is openly interdisciplinary, in recognizing insights from politics, sociology, psychology, and other sciences. Third, there is no recourse to the model of the rational, utility-maximizing agent. Inasmuch as a conception of the individual agent is involved, it is one which emphasizes both the prevalence of habit and the possibility of capricious novelty. Fourth, mathematical and statistical techniques are recognized as the servants

⁵ Seus críticos argumentam que tal autor utiliza um espantalho da teoria neoclássica. Chang (2011b) respondeu que o mais fácil é acusar o oponente de criar um espantalho.

of, rather than the essence of, economic theory. Fifth, the analysis does not start by building mathematical models: it starts from stylized facts and theoretical conjectures concerning causal mechanisms. Sixth, extensive use is made of historical and comparative empirical material concerning socio-economic institutions (HODGSON, 1998, p. 173).

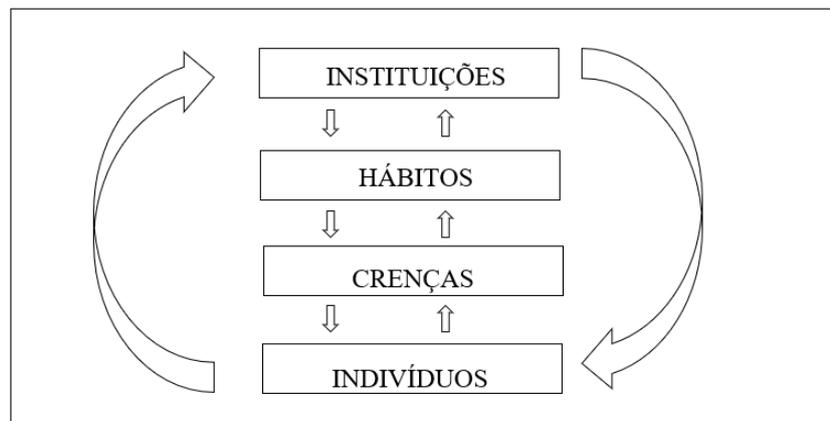
Seguindo a tradição vebleniana, Hodgson (2006, p.2) define instituições “[...] as systems of established and prevalent social rules that structure social interactions. Language, money, law, systems of weights and measures, table manners, and firms (and other organizations) are thus all institutions”.

Esse autor sugere um indissolúvel círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições. Assim, estas últimas moldam e são moldadas pela interação humana. Hodgson (1998) aponta que as instituições são tanto ideias subjetivas nas cabeças dos agentes quanto estruturas objetivas encaradas por eles.

Os hábitos são o material constitutivo das instituições e as proporcionam maior durabilidade, poder e autoridade normativa. O autor esclarece que os hábitos são adquiridos no contexto social e não pela transmissão genética e são originados do comportamento repetido dos indivíduos (HODGSON, 2006). No entanto, Hodgson argumenta que hábito não é sinônimo de comportamento, mas propensão a determinada conduta condicionado a dada situação.

Em contraste ao individualismo metodológico⁶ e inspirado nos escritos de Veblen, a partir de sua análise da causação cumulativa, Hodgson desenvolve o conceito *Reconstitutive Downward Causation*.

Figura 1 – Reconstitutive Downward Causation



Fonte: Moraes, Castelli e Clemente (2019, p.218), elaborado a partir de Hodgson (2006).

⁶ O oposto do individualismo metodológico não é o coletivismo metodológico, como explica Hodgson (1998, p. 172): “[...] the proposed alternative is not a methodological collectivism where individual behavior is entirely explained by the institutional or cultural environment. Complete explanations of parts in terms of wholes are beset with problems of equivalent stature to those of the inverse procedure. Just as structures cannot be adequately explained in terms of individuals, individuals cannot adequately be explained in terms of structures”.

Moraes, Castelli e Clemente (2019) indicam que as setas apontadas para cima representam os estímulos geradores do nível superior e as apontadas para baixo, bem como as laterais, representam o *feedback* de cada nível superior para o inferior. Dessa forma, tem-se que as instituições afetam os indivíduos, em um efeito descendente. Estes últimos, por sua vez, darão um *feedback* através de seus hábitos, comportamentos e rotinas, em um efeito ascendente. Compreende-se, a partir de então, a relação entre indivíduos e sociedade, no qual há uma causalidade bidirecional.

Como já exposto, as instituições dependem dos indivíduos, suas interações e de padrões de pensamentos compartilhados. Assim, o processo de transformação institucional ocorre em função das mudanças de hábitos de pensamento e nas ações dos agentes econômicos que se adaptam aos novos contextos ambientais e materiais, como proposto por Veblen (1988). Frente ao novo âmbito, alteram-se, inicialmente, as crenças dos indivíduos e, por conseguinte, elas se tornam hábitos, os quais são convencionados como instituições. Por outro lado, as novas instituições podem alterar as crenças e hábitos, formando o processo de causalção circular da transformação do arranjo institucional, que foi delineado acima.

Contudo, este processo de mudança também é caracterizado pela inércia. Dado o enraizamento, as instituições tendem a se perpetuar, criando, assim, uma dependência da trajetória no crescimento e desenvolvimento das nações.

The existence of reconstitutive downward causation does not mean that institutions directly, entirely, or uniformly determine individual aspirations, merely that there can be significant downward effects. Insofar as institutions lead to regularities of behavior, concordant habits are laid down among the population, leading to congruent purposes and beliefs. In this way the institutional structure is further sustained. Because institutions simultaneously depend upon the activities of individuals and constrain and mold them, through this positive feedback they have strong self-reinforcing and self-perpetuating characteristics. Institutions are perpetuated not simply through the convenient coordination rules that they offer. They are perpetuated because they confine and mold individual aspirations and create a foundation for their existence upon the many individual minds that they taint with their conventions. (HODGSON, 2006, p.7).

Ao sugerir essa permeabilidade mútua entre instituições e indivíduos, Chang segue um caminho semelhante ao de Hodgson. Sob uma perspectiva crítica à NEI, Chang e Evans (2000) apresentam a seguinte definição de instituições:

Institutions are systematic patterns of shared expectations, taken-for-granted assumptions, accepted norms and routines of interaction that have robust effects on shaping the motivations and behaviour of sets of interconnected social actors. In modern societies, they are usually embodied in authoritatively coordinated

organizations with formal rules and the capacity to impose coercive sanctions, such as the government or the firms. (CHANG; EVANS, 2000, p. 2).

Nessa definição estão contempladas uma diversidade de elementos: instituições formais (leis, normas, originações, direito de propriedade) e informais (cultura, valores, costumes). Quando tais normas e rotinas de interação são incorporadas em organizações formais de poder coercitivo, são classificadas como formais. Quando só existem, mas não são incorporadas formalmente, trata-se de instituições informais. As primeiras, embora sejam criadas para serem estáveis, mostram uma maior capacidade para mudanças. As últimas não são imutáveis, mas demoram mais para serem alteradas. Na EPI, sua interação é fundamental para entender os resultados de políticas em ambientes institucionais distintos (GRAZZIOTIN; AVILA; HERRLEIN JÚNIOR, 2015).

Chang (2008) apresenta duas características importantes das instituições formais no debate sobre desenvolvimento econômico: a forma e função. Em suas palavras: “[...] a forma institucional pode não ser particularmente importante, já que a mesma função pode ser desempenhada por diferentes formas institucionais [...]” (CHANG, 2008, p. 17). Entretanto, excluir a forma do debate não é viável, na medida em que esvazia o discurso e impossibilita propor quaisquer políticas concretas.

Por outro lado, este “fetiche formal” – que relaciona a forma a uma determinada função – é problemático, pois nega a diversidade real das instituições e ignora as especificidades de cada sociedade. As instituições não funcionam no “vácuo” e, no “transplante institucional”, é preciso levar em consideração as interações com instituições locais (CHANG, 2008).

No tocante à função, Chang (2008) esclarece que não há uma única forma para sua definição. Primeiramente, uma mesma instituição pode desempenhar mais de uma função. Em segundo lugar, várias instituições podem desempenhar a mesma função, podendo ou não coincidir. Em terceiro lugar, a mesma função pode ser exercida por distintas instituições em diferentes sociedades. Frente a estas razões, o autor afirma que é impossível identificar uma única lista de funções e formas de instituições essenciais ao desenvolvimento econômico.

Indo além do entendimento do *mainstream*, em que as instituições são vistas como restrições ao comportamento dos indivíduos, Chang e Evans (2000) focam nas instituições que possibilitam que certos objetivos sejam alcançados. A partir de uma perspectiva crítica, eles apresentam outras duas características fundamentais, que serão abordadas a seguir. Torna-se importante destacar que os autores não negam o papel limitador das instituições, mas recusam o mito do mercado como ordem natural que está por traz desta retórica.

A segunda característica evidencia a possibilidade de os agentes atingirem objetivos. Um exemplo é o direito de propriedade intelectual, que permite o engajamento em pesquisa e inovação e garante os ganhos para o inovador, eliminando a possibilidade de outros agentes copiarem a ideia desenvolvida (CHANG; EVANS, 2000).

A característica mais destacada por estes autores é o papel constitutivo das instituições sobre os valores, interesses e visão de mundos dos indivíduos e grupos. Isto acontece porque todas as instituições têm uma dimensão simbólica que incorpora valores, visão de mundo, e influencia os indivíduos que interagem com as mesmas. Em suas palavras: “[...] as we continue to behave under a certain set of institutions, we begin to internalize the values embodied in those institutions, and as a result our selves begin to change” (CHANG; EVANS, 2000, p.7-8). No entanto, para não cair em um determinismo estrutural, a EPI se aproxima da argumentação de Hodgson e propõe que os indivíduos influenciam na forma com que as instituições são formadas e dirigidas. Assim, postula-se uma relação bidirecional entre motivações individuais e instituições sociais.

No tocante à mudança institucional, Chang (2008) apresenta críticas às teorias ortodoxas, tendo em vista seu viés fatalista. Nessas teorias, as instituições são determinadas por elementos imutáveis, tais como clima, disponibilidade de recursos naturais e tradições culturais, que formam padrões institucionais com pouca probabilidade de serem alterados. Um exemplo é a interpretação de que o clima temperado dos Estados Unidos determinou naturalmente o reduzido tamanho das propriedades de terra, levando a maiores demanda por democracia e educação. Por sua vez, o clima tropical dos países latino-americanos foi decisivo para o desenvolvimento de uma agricultura latifundiária, o qual teria levado a resultados opostos.

O grande erro de tais teorias, segundo Chang e Evans (2000) e Chang (2008), é falta de entendimento de que as “tradições” não são imutáveis. Culturas e instituições mudam e, em muitos casos, isso ocorre de forma dramática. Esses autores destacam a agência humana neste processo de transformação institucional. Chang (2008) argumenta que as escolhas das pessoas não necessariamente são determinadas por seus interesses econômicos “objetivos”. As ideias e instituições moldam a percepção de seus interesses e, por vezes, podem desafiar sua consecução:

Em resumo, é possível romper com o determinismo cultural/institucional que domina o pensamento ortodoxo apenas se entendermos a complexidade de culturas e instituições, por um lado, e se aceitarmos a importância da agência humana para mudanças institucionais. Apenas se aceitarmos a natureza multifacetada de culturas/instituições e a existência de tradições culturais/institucionais alternativas em uma sociedade, poderemos compreender que as coisas em que as pessoas acreditam e o que elas fazem é realmente relevante. (CHANG, 2008, p. 26).

Assim como o fatalismo, a concepção conhecida como voluntarismo também é negada por Chang. Nesta, as instituições são totalmente moldáveis, dependendo apenas de vontade política para promover mudanças. Chang critica essa visão e argumenta que, dado o papel constitutivo das instituições, a trajetória de mudança institucional é *path dependent*. Isto restringe que as instituições existentes tenham total flexibilidade para mudança, pois elas evoluem em uma trajetória limitada pelas escolhas do passado (CHANG, 2011b).

Chang e Evans (2000) apresentam duas principais formas de explicar a transformação institucional. A primeira é baseada na eficiência, com o reconhecimento do papel da cultura neste processo. Eles partem do pressuposto de que a noção de eficiência dos agentes é caracterizada pela racionalidade limitada e que sua visão de mundo é fundamental. Ou seja, a dimensão cultural importa:

[...] institutions make the complex world more intelligible to them by restricting their behavioural options and also by confining their scarce attention to a truncated set of possibilities. Bounded rationality, according to this vision, makes it inevitable that we operate with a mental “model” of the world (or value system, ideology, worldview, or whatever we may choose to call it) that may not necessarily be a good, not to speak of being perfect, model of the real world. Given the adherence to a certain worldview by the actors, they may prefer a certain institution because it happens to fit their worldview (or “moral values”), even when it is not necessarily efficiency-enhancing from an “objective” point of view. (CHANG; EVANS, 2000, p. 11).

Por turno, a segunda explicação é baseada no interesse. Tem-se que interesses de certos grupos ou organizações moldam as instituições. Por meio de uma visão culturalista, aponta-se que estes não são dados de forma exógena. Eles destacam a importância da mudança de visão do mundo dos agentes envolvidos para acompanhar tal transformação. As mudanças institucionais são: “[...] simultaneously material and symbolic transformations of the world, which involve not only shifts in the structure of power and interests, but in the definition of power and interests.” (CHANG; EVANS, 2000, p. 13).

Nesta visão, é concebida a possibilidade de “manipulação cultural”. O papel da agência humana se torna fundamental pois, mesmo sob influência das instituições, os agentes acabam por desenvolver discursos para justificar a sua visão de mundo particular (CHANG; EVANS, 2000). Ou seja, o posicionamento dos indivíduos em relação às instituições, no sentido de legitimar ou contestar, é um elemento essencial para a transformação das mesmas (GRAZZIOTIN; AVILA; HERRLEIN JÚNIOR, 2015).

Ainda no que se refere às mudanças institucionais, Chang (2008) apresenta uma analogia com a tecnologia para entender como esse processo pode ocorrer. As instituições podem ser inseridas na sociedade a partir de três processos, a saber: imitação, adaptação e

inovação. Os países de desenvolvimento tardio, por exemplo, podem importar (processo de imitação) instituições de países mais desenvolvidos sem pagar pelos mesmos preços. Ou seja, sem arcar com os custos de desenvolvimento destas. No entanto, assim como na imitação tecnológica, a imitação institucional é raramente suficiente, na medida em que elementos tácitos devem ser considerados neste processo. No tocante à inovação institucional, Chang (2008) afirma que este tem sido a principal fonte para o sucesso econômico de vários países. Contudo, ele faz uma ressalva importante:

Obviamente, isso não significa que culturas/instituições podem ser mudadas conforma nossas vontades. Jacoby (2000) enfatiza o papel da legitimidade no processo de mudança institucional. A não ser que novas instituições gozem de alguma legitimidade política junto aos membros da sociedade em questão, a instituição não funcionará. Para conquistar esta legitimidade, a nova instituição deve ressonar com a cultura/instituições existente, o que limita o escopo possível das inovações institucionais. (CHANG, 2008, p.29).

A partir do papel constitutivo das instituições e de sua interação com os indivíduos, possibilita-se processos de mudanças institucionais. Para Chang e Evans (2000, p.4) é fundamental “[...] to understand how the process of institutional construction and sustenance generates tensions and contradictions that force change and how exogenous shocks may set off or redirect such processes”. Chang (2008) revela como a industrialização contribui para a mudança cultural: frente às grandes transformações estruturais decorrentes, a sociedade contribui por meio de um discurso que encoraja a industrialização, reforçando o processo.

Em suma, tem-se que a mudança institucional, sob a concepção da EPI, é um processo complexo que envolve interações de forças multidirecionais, *path dependence* e papel ativo dos agentes econômicos. Cada nação apresenta suas especificidades históricas, mediante a forma com que os conflitos que surgem deste processo são solucionados. Chang e Evans (2000) também destacam o papel dos choques externos, na medida em que podem alterar a trajetória de desenvolvimento. Este, por sua vez, resulta da mudança estrutural, ao mesmo tempo ele exerce influência sobre tal mudança, ao transformar a visão de mundo predominante.

2.2 O MERCADO COMO INSTITUIÇÃO

Segundo Chang (2001), a tradição neoclássica tem como hipótese basilar a primazia dos mercados ou, como descrito por Williamson, a suposição de que “[...] in the beginning, there were the markets.” (WILLIAMSON, 1975, p. 20). Em tal afirmação está implícita a noção do mercado como uma ordem natural do sistema econômico e que o Estado, bem como

outras instituições não mercantis, são vistos como substitutos criados pelo homem para corrigir suas falhas (CHANG, 2001). Tal linha de pensamento sustenta a concepção de mercado livre, falhas de mercado e mecanismos de ajustamento automático. Alguns autores, como Williamson (1975), também argumentam que os mercados precedem as instituições.

Aguilar Filho (2019) argumenta que a NEI apresenta avanços em relação à concepção neoclássica. No entanto, sua problemática está em tratar a questão da emergência das instituições apenas em termos de sua eficiência comparativa. Para além, o autor explica que o equívoco compartilhado por todas as perspectivas que defendem uma ordem social dirigida pelo mercado é desconsiderar a relatividade histórica e social, bem como os contextos específicos nos quais tal instituição surge.

A visão institucionalista não vê o mercado como algo natural ou dado, mas como uma construção social (CHANG, 2001; HEILBRONER, 1996; HODGSON, 2001; SAMUELS, 2004). A questão da especificidade histórica é amplamente debatida por Hodgson (2001), que tece algumas críticas às abordagens a-históricas e universais:

Typically, the market assumes a de-institutionalised form, as if it was the primeval and universal ether of all human interactions. It is believed that when people gather together in the name of self-interest, then a market somehow always emerges in their midst. Mysteriously, the market springs up simply as a result of these spontaneous interactions, as a result neither of a protracted process of multiple institution-building, nor of the full development of a historically specific commercial culture. (HODGSON, 2001, p. 249-250).

O mercado não é definido adequadamente, na medida em que é tomado como algo dado (HODGSON, 2001). Para um debate mais profundo, ele argumenta que é necessário analisar primeiramente o conceito de troca.

A troca é uma condição necessária, porém não suficiente para a existência do mercado. Seu significado consiste em: “[...] one that involves contractual agreement and the exchange of property rights.” (HODGSON, 2001, p. 273). Este autor argumenta que ela pode ser pessoal ou impessoal, imediata ou duradoura, simples ou complexa, podendo ou não envolver dinheiro. No entanto, por definição, deve envolver contrato e mudança de direito de propriedade.

O comércio é tão antigo que não se encontra precisamente na literatura suas origens⁷. Antes da ascensão das grandes civilizações da antiguidade, o comércio era amplamente periférico e ocorria através do encontro de diferentes grupos tribais. Hodgson (2001, p. 274),

⁷ Hodgson (2015) aponta registros de comércio na China em três mil anos Antes de Cristo. Ele também traz evidências de cunhagem de moedas e sistemas de preços ajustáveis na Grécia e Babilônia do século VI.

em sintonia com a argumentação de Max Weber (1968) e Polanyi (2000), afirma que o comércio era: “[...] a collective and *inter*-social enterprise between one tribe and another.”. Ou seja, ele não emergiu com a comunidade, pois era um assunto externo envolvendo diferentes tribos.

O comércio externo e interno cresceu significativamente com a expansão da civilização. No século VI a.C em Ágora de Atenas foi visualizado pela primeira vez um mercado interno bem definido, com muitos compradores e vendedores (POLANYI, 1971). Embora ressalte sua importância, Hodgson (2001) destaca que tal forma de organização econômica não era dominante. Ele também descreve que, após a queda do Império Romano, tanto o comércio externo quanto o interno foram reduzidos e que nos mil anos seguintes seu comportamento não foi linear.

As feiras existentes na Europa medieval se desenvolveram inicialmente para o comércio de exportação e não para o local (PIRENNE, 1937⁸ *apud* HODGSON, 2001). Como delimitado por Heilbroner (1996), eram mercados para mercadores aventureiros. Este autor destaca que a aventura de poucos difere bastante de uma sociedade inteira movida pelo espírito de aventura. De fato, existiam trocas e mercados, porém, não é possível comparar com o mercado da economia capitalista moderna:

Mas os mercados, quer fossem trocas entre tribos primitivas cujos objetos eram casualmente espalhados pelo chão, quer fossem as fantásticas feiras ambulantes da Idade Média, não são o mesmo que o sistema de mercado. Isso porque o sistema de mercado não se trata apenas de uma troca de mercadorias: é um mecanismo para sustentar e manter uma sociedade inteira. (HEILBRONER, 1996, p. 29).

Hodgson (2001) aponta que a problemática das abordagens a-históricas se estabelecem neste lugar comum, em que limita as interações humanas a “trocas” e que estas são sinônimos de mercados. Nestes termos, o mercado precede as instituições e não é um problema aplicar tal categoria para todos os tipos de sistemas, de uma sociedade tribal à antiguidade clássica e ao capitalismo moderno:

However, the case against such ahistorical definitions is that they fail to capture key features of markets and exchange as defined here. These features include contracts and property rights, defined and enactable within a formal or customary legal code. If we choose ahistorical definitions, then we require different, additional words to describe the commercial reality. It is best to give words such as ‘exchange’ and ‘market’ a more specific and relevant meaning. In addition, there may be other, more general, concepts. (HODGSON, 2001, p. 274).

⁸ PIRENNE, H. **Economic and Social History of Medieval Europe**. New York: Harcourt Brace, 1937.

Como já assinalado, a visão institucionalista interpreta o mercado como construção social; assim, sua compreensão passa por entendê-lo como uma instituição. Hodgson (2001) apresenta a seguinte definição de mercado:

What is a market? Markets involve multiple exchanges, multiple buyers and multiple sellers, and thereby a degree of competition. **A market is an institution** in which a significant number of commodities of a particular, reasonably well-defined type are regularly exchanged. They contain rules and structures that pattern these exchange negotiations and transactions. Markets, where they exist, help to structure, organise and legitimate exchange transactions. They involve pricing and trading routines that help to establish a consensus over prices, and help to communicate information regarding products, prices, quantities, potential buyers or possible sellers. **Markets, in short, are institutionalised exchange.** (HODGSON, 2001, p.273, grifo nosso).

Karl Polanyi (2000)⁹ teve um importante papel no reconhecimento do enraizamento social dos mercados. Eles surgem como criações do governo e estão *embedded* em instituições políticas e sociais. Este autor aponta que o mercado passou a ter uma centralidade na vida econômica apenas no período mais recente da história da humanidade, a partir da Revolução Industrial. O desenvolvimento do sistema de mercado não foi espontâneo, pois esteve rodeado de intervenção do Estado, regulação e legislação.

A compreensão do funcionamento do mercado, segundo Chang (2001), passa pela necessidade de entender a ampla variedade de instituições¹⁰ que o afetam e que são afetadas por ele. Esse autor aponta que a análise neoliberal é pouco específica sobre o quadro institucional e que é preciso ir além do debate do direito de propriedade, pois deve-se levar em consideração todas as outras instituições formais e informais que definem quem pode possuir quais tipos de propriedade e quem pode participar de quais transações, dentre outras especificações detalhadas a seguir.

A primeira ponderação feita por Chang (2001) é que todos os mercados são baseados em instituições que regulam quem pode participar. Ele traz exemplos baseados em leis, regulações formais e convenções sociais, a saber: leis que estipulam quais indivíduos não podem ter direito à propriedade; leis bancárias que limitam a variedade de ativos que os bancos e os fundos de pensão podem adquirir; regulações formais do Estado ou da iniciativa privada, bem como as convenções sociais em relação ao gênero, classe ou etnia que delimitam quem

⁹ Segundo Aguilar Filho (2019), a obra de Karl Polanyi se constitui um meio termo em relação ao institucionalismo original e à nova sociologia econômica.

¹⁰ Chang (2001) elenca as instituições formais (leis e regulação do Estado) e informais (convenções sociais), bem como instituições do setor privado auto regulatórias (associações profissionais).

pode participar do mercado de trabalho; e o direito empresarial e licenças industriais que decidem quem pode participar do mercado de produção.

O segundo ponto da argumentação de Chang (2001) volta-se às instituições que determinam a legitimidade dos objetos e serviços transacionados no mercado. Segundo o autor, as leis que proíbem o trabalho escravo, infantil e de imigrantes ilegais deslegitimam a oferta desses serviços no mercado. Para além de quem pode participar e o que pode ser transacionado, este autor destaca a necessidade de instituições que definem exatamente os direitos e deveres dos agentes em cada área. Ele apresenta os seguintes exemplos: regulamentos ambientais, que dissertam sobre poluição e ruído; regulamentos de incêndio e outros, que delimitam como os direitos de propriedade na terra podem ser exercidos; leis relativas à saúde e segurança no local de trabalho, que definem os direitos e as obrigações dos trabalhadores e dos empregadores, etc.

Por último, esse autor destaca as instituições que regulam o processo de troca em si. Ele elenca as regras de quebra de contrato, inadimplência, falência, fraude, dentre outras, as quais estão amparadas pelo sistema judicial e outras instituições legais; as leis do consumidor, que estipulam quando os compradores de produtos defeituosos podem anular a compra ou reivindicar algum tipo de compensação; e as convenções sociais e códigos de conduta, que influenciam a forma como os agentes se comportam mediante as transações econômicas.

Como delineado acima, Chang aponta para um ambiente complexo. A ênfase apenas no direito de propriedade é problemática, especialmente porque a teoria ortodoxa sofre de fraqueza conceitual, teórica e empírica ao tratar a relação entre tal instituição e o desenvolvimento econômico (CHANG, 2008). Quatro questões são levantadas por este autor, a saber:

- a) o problema das medições;
- b) o problema da cobertura;
- c) a superioridade aos direitos de propriedade privada;
- d) a necessidade uma forte proteção aos direitos de propriedade.

Chang (2008) argumenta que o sistema de direitos de propriedade é um vasto conjunto de instituições e que agregar tantos componentes institucionais sob uma única denominação é tarefa praticamente impossível. Por conseguinte, elaborar um indicador mensurável de “qualidade” é problemático, pois os resultados podem refletir o estado dos negócios e não a real qualidade do sistema. A segunda questão se volta ao não reconhecimento de todas as possíveis formas de direito de propriedade, enquanto outras formas são ignoradas¹¹. A superioridade

¹¹ Ele aponta que a abordagem ortodoxa reconhece apenas três tipos, a saber: livre acesso, propriedade privada pura e propriedade estatal. Ele assinala para existência de formas híbridas de direito de propriedade (alguns casos

referida no terceiro ponto se estabelece por meio de uma visão simplista e tendenciosa (CHANG, 2008). Ele aponta que a crença é que todos os incentivos eficazes sejam privados e majoritariamente materiais, no entanto isto é questionado.

Diferentemente do que defende a teoria ortodoxa, motivações humanas são multifacetadas e simplesmente há demasiados **comportamentos** não-egoístas a serem explicados sem que se admita uma gama de **motivações** não-egoístas e sem assumir que haja uma interação complexa entre diferentes tipos de motivações, tanto egoístas como não-egoístas. Do ponto de vista empírico, existem muitos exemplos que demonstram as limitações da visão simplista sobre a superioridade dos direitos de propriedade privada. O recente sucesso chinês, por exemplo, com um sistema que mistura propriedades privadas, públicas e híbridas, frequentemente sem que os direitos de propriedade sejam bem definidos (o exato oposto do que prega a teoria ortodoxa), é um óbvio contra-exemplo. Em países como França, Áustria, Finlândia, Noruega, e Taiwan, empresas estatais foram fundamentais para o impressionante desenvolvimento apresentado por estas economias após a Segunda Guerra Mundial. (CHANG, 2008, p.21, grifo do autor).

O último ponto apresenta uma importante indagação: até que ponto a proteção aos direitos de propriedade é desejável? Segundo o postulado ortodoxo, quanto mais proteção, melhor. Chang (2008) pondera tal afirmação, pois os dois extremos podem ser desastrosos para economia. Ele argumenta que, sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, o impacto sobre o crescimento de um direito de propriedade não deve ser constante ao longo do tempo.

Um direito de propriedade em particular pode ser bom ou ruim para a sociedade, dadas mudanças na tecnologia, população, equilíbrio de poder, e até ideologias. Na verdade, há diversos exemplos ao longo da história de situações em que a preservação de certos direitos de propriedade produziu resultados decididamente ruins para a sociedade enquanto a violação de certos direitos de propriedade existentes (e a criação de novos direitos de propriedade) produziu resultados benéficos para o desenvolvimento da economia. O exemplo mais famoso é provavelmente o cercamento dos campos ingleses, em que a violação do direito de propriedade comunitária pelo confisco das áreas comuns contribuiu para o desenvolvimento da indústria da lã ao promover a criação de ovelhas nas terras confiscadas. De Soto (2000) descreve como o reconhecimento do direito de usucapião e a violação dos direitos de propriedade dos proprietários anteriores foram cruciais para o desenvolvimento do oeste americano. (CHANG, 2008, p.22).

A proteção extrema sob os direitos de propriedades é questionada pelo autor, na medida em que ela pode ser um empecilho para o desenvolvimento econômico. Depreende-se, então, que a segurança em si não pode ser considerada algo positivo, pois o mais importante

são observados na China pós-socialista), bem como propriedade genuinamente comunais. Estas últimas são as que não permitem que os indivíduos declarem propriedade e que tem como base regras sobre o acesso e a utilização (como por exemplo regras sobre coleta de lenha em uma floresta de propriedade comunitária). Os exemplos, de acordo com Chang (2008), são ignorados pela corrente ortodoxa.

para o desenvolvimento não é a proteção e sim a capacidade de decidir quais direitos devem ser protegidos e em quais condições (CHANG, 2008).

A tradição institucionalista aponta que a compreensão do processo evolutivo de uma nação perpassa pela análise de suas estruturas institucionais. As instituições moldam as experiências nacionais e permitem diferentes conformações históricas. Dessa forma, Zysman (1994) argumenta que há várias formas de organização de economia de mercado e que a investigação das origens dos mercados nacionais é uma tarefa fundamental para entender sua trajetória e funcionamento nos dias de hoje.

O Estado é uma peça essencial neste debate, na medida em que esteve envolvido na criação, organização e regulação dos mercados (HODGSON, 2001; POLANYI, 2000; CHANG, 2001, 2008). Como já exposto anteriormente, a ascensão do Estado é anterior às trocas e ao próprio mercado, pois o sistema legal e a burocracia são precondições para o desenvolvimento deste último. Contrariando a afirmação de Williamson (1975), Hodgson reitera Geoffrey Ingham: “[...] both historically and analytically speaking, in the beginning there were bureaucracies!” (INGHAM, 1996¹², p. 264 *apud* HODGSON, 2001, p. 313).

2.3 ESTADO

Diante das limitações da Economia Neoclássica, a Economia Política Institucional (EPI) traz novas proposições e repensa a relação entre Estado, mercado e política. Chang, um dos autores mais destacados desta vertente, argumenta que tais elementos são indissociáveis e propõe-se discutir o apropriado papel do Estado.

A primeira objeção volta-se à concepção de livre mercado e falhas de mercado. Para o Chang (2001), a definição do livre mercado e, por consequência, o que pode ser considerado intervenção estatal é um exercício difícil tendo em vista que esses limites são socialmente construídos. Alguns exemplos históricos são apresentados para ilustrar seu argumento.

O primeiro caso data do século XIX, em que o direito fundamental de não trabalhar contra a vontade própria não era garantido; assim, qualquer tentativa de banir a escravidão era considerada uma intervenção contra livre direito de explorar a propriedade. Outro exemplo é o sobre a regulação ambiental, pois quando introduzida nos países desenvolvidos foi amplamente criticada e considerada como intervenção nos negócios e na liberdade individual. Com a difusão dos direitos ambientais, tal visão foi alterada. No entanto, em países exportadores “em

¹² INGHAM, G. Some Recent Changes in the Relationship Between Economics and Sociology. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 20, n. 2, p. 243–75, 1996.

desenvolvimento”, as regulações ambientais são consideradas barreiras invisíveis que distorcem o funcionamento do livre mercado (CHANG, 2001).

Chang (2001) aponta que, para caracterizar o mercado como “livre”, deve-se levar em consideração a legitimidade e a hierarquia da estrutura de direitos e obrigações de seus participantes. Como fica claro nos exemplos acima, a depender da particularidade da sociedade em um tempo determinado, a ação estatal pode ser considerada um intervencionismo ou não. Assim, debater sua “eficiência” se torna politicamente inaceitável. Para este autor, um mercado só é considerado livre porque as regulações estatais são totalmente aceitas. Em suas palavras:

I would even go as far as saying that defining a free market is at the deepest level a pointless exercise, because no market is in the end “free”, as all markets have some state regulations on who can participate in which markets and on what terms [...] It is only because some state regulations (and the rights and the obligations that they support, or even create) can be so totally accepted (by those who are making the observation as well as by the participants in the market) that some markets appear to have no “intervention” at all and therefore appear to be “free”. (CHANG, 2001, p. 6).

O argumento neoclássico de que o Estado só deve intervir quando houver falhas de mercado é problemático para Chang (2000). Ele levanta um questionamento sobre a definição do mercado “ideal” e aponta para a imprecisão deste conceito, pois este varia em função da subjetividade do arcabouço teórico que fundamenta tal conceituação. Assim, na economia neoclássica tem-se que o mercado ideal é aquele perfeitamente competitivo. Já para os schumpeterianos, a existência da não competitividade é inevitável, na medida em que é uma característica fundamental da dinâmica econômica fruto da inovação tecnológica. Ou seja, o que é ideal para uns não é para outros e, por conseguinte, apresentam-se múltiplas concepções em função da teoria que for considerada.

Chang (2000) reduz a importância das falhas de mercado dentro do escopo institucionalista. Isto não significa afirmar que elas não existam, ao contrário, elas são presentes no mundo real e importantes. No entanto, este autor afirma que o mercado é apenas uma instituição que compõe o sistema capitalista e que se deve incorporar outras para uma análise integral, pois o foco em apenas uma é uma grande perda para a apreensão do todo, tendo em vista sua complexidade.

Ao repensar a relação entre Estado, mercado e política, Chang (2001) questiona a posição desta última na abordagem neoclássica. Em tal perspectiva, a política leva à distorção da racionalidade dos mercados, na medida em que os políticos operam sob a influência de alguns grupos de interesses e os burocratas são guiados pela busca do interesse privado. A solução, assim, volta-se à despolíticação da economia.

Refutando tais argumentos, Chang (2001) afirma que as motivações humanas são multifacetadas e que não se deve considerar apenas as consideradas egoístas, pois atuando na esfera pública os burocratas internalizam os valores e vontades do coletivo.

More importantly, bureaucrats **can and do** act in a fashion that is not solely self-interested. Often bureaucrats think of themselves, rightly or wrongly, as the guardians of the public (or national) interest, however defined, and act to promote it. One such reason is that 'publicspiritedness', altruism, and so on are often held' as a genuine principle, and not as a thin veil to disguise self-interest. (CHANG, 1996, p. 23, grifo do autor).

Como proposto no “papel constitutivo das instituições” (CHANG; EVENS, 2000) ou no “*reconstitutive downward causation*” (HODGSON, 2006), as motivações individuais são formadas pelas instituições que cercam os indivíduos. Chang (2001) afirma que existe uma causalção dupla entre tais elementos e que o comportamento pode ser alterado não apenas pelas mudanças de instituições que definem os incentivos individuais, mas também pelas mudanças ideológicas.

Na medida em que os mercados são concebidos como uma construção política, a despoliticização da economia é contraditória (CHANG, 2001). Como já debatido anteriormente, as regulamentações, a distribuição dos direitos de propriedade, bem como a definição de quem participa ou não dos mercados é um exercício político. A estrutura de direitos é contestável e está sujeita a constantes lutas políticas por sua manutenção ou modificação. Indo além, ele afirma “[...] there are practically no prices in reality which are not subject to “political” influences, including those that are not perceived as such even by many neoliberals.” (CHANG, 2001, p. 12). Esta despoliticização também tem impactos sobre a democracia:

The neoliberal call for depoliticization is often justified in populist rhetoric as an attempt to defend the “silent majority” from corrupt politicians, fiefdom-building bureaucrats and powerful interest groups. However, the diminution of the legitimate domain of politics that the neoliberal proposal for depoliticization will bring about only serves to further diminish what little political influence the so-called “silent majority” have to modify market outcomes, which, we repeat, are heavily influenced by politically determined institutional parameters in the first place. (CHANG, 2001 p.13).

Dessa forma, para Chang (2001), encontrar um limite “correto” entre Estado e mercado não é possível. Assim, o arcabouço teórico da Economia Política Institucionalista incorpora uma visão mais ampla de instituições para entender o funcionamento da economia capitalista, trazendo a política como parte integrante do mercado, bem como trabalhando a complexidade da relação entre o comportamento, as motivações dos indivíduos e as instituições:

IPE argues that politics is an institutionally structured process, not only because institutions shape people's political actions, given their motivations and perceptions, but because they influence people's perception of their own interests, of the legitimate boundary of politics, and of the appropriate standards of behaviour in politics. Unless we break the neoliberal mould and see institutions as both constraining people's behaviour and being constitutive of their motivations and perceptions, our understanding of politics will remain biased and incomplete. (CHANG, 2001, p. 20).

Evans (1993) também critica a delimitação proposta pelos neoclássicos sobre a relação entre mercado e Estado. Ao focar na atuação do quadro administrativo, ele argumenta que, enquanto explicação de um padrão do comportamento dos ocupantes dos cargos - podendo ou não ser dominante em um determinado aparelho de Estado - a contribuição de tal pensamento é de grande valia. No entanto, na medida em que é utilizada como teoria monocausal aplicável de forma genérica, torna-se bastante problemática. Este autor se afasta da visão que reduz os burocratas a “caçadores de renda”, bem como da concepção weberiana em que estes estão envolvidos “[...] apenas na execução de suas atribuições e na contribuição ao cumprimento das metas do aparelho como um todo” (EVANS, 1993, p. 6). Porém, ele não nega a ocorrência de uma lógica patrimonialista e particularista de servidores, pois percebe que elas ocorrem em Estados “autônomos” ou desenraizados, em que as metas desta organização não derivam da agregação de interesses sociais.

Para Evans (1993), o Estado tem um papel fundamental no apoio aos mercados e na acumulação capitalista. Ele vai além da visão weberiana de propiciar um ambiente adequado e aponta para um aspecto crucial, o problema de assumir riscos. Segundo o autor, uma importante problemática nos países de industrialização tardia é a ausência de instituições que permitam o compartilhamento de grandes riscos por uma rede de acionistas e, na falta de capitalistas individuais interessados em assumi-los, o Estado necessita funcionar como “empresário substituto”. Para além, torna-se necessário proporcionar incentivos desequilibradores, visando induzir o investimento privado, bem como atuar nos gargalos que criam barreiras às inversões. Nas situações em que a transformação estrutural esteja na ordem do dia, o Estado assume uma posição estratégica e central:

Extraem excedente, mas também fornecem bens coletivos. Fomentam perspectivas empresariais de longo prazo entre elites privadas mediante o aumento de incentivos ao engajamento em investimentos transformadores e a redução dos riscos envolvidos em tais investimentos. Podem não estar imunes à "orientação para a renda" ou à utilização de parte do excedente social para os fins dos ocupantes de cargos e seus amigos, e não para os da cidadania como um todo. No entanto, no fim das contas, as consequências de suas ações antes promovem que impedem o ajuste econômico e a transformação estrutural. (EVANS, 1993, p.7).

Embora Chang (1999) faça ressalvas sobre a politização em demasia, pois pode ser prejudicial à evolução da economia, ele ressalta a importância da reconstrução do Estado desenvolvimentista¹³. Este precisa ser comprometido com objetivos de crescimento de longo prazo e mudança estrutural, deve ser capaz de administrar conflitos e coordenar as mudanças sistêmicas. Ou seja, este autor sugere que suas funções devam ir além da correção das falhas de mercado.

Chang (1994) reconhece o Estado como *designer* e reformador de diversas instituições formais e informais no processo de mudança estrutural e qualifica dois papéis em que pode atuar: como empresário e como mediador de conflitos. Como agente central, ele pode fornecer uma visão de futuro, direcionando e coordenando o processo de transformação, bem como provendo instituições compatíveis com tal visão. Ao passo que as mudanças se acentuam, os conflitos internos também se elevam. A atuação no sentido de mediação de tais conflitos também é fundamental:

The state in its role as the conflict manager can be seen as providing ‘insurance’ to the members of the society by providing them a governance structure that will guarantee some ‘fair’ level of income to all under even the most adverse circumstances. This insurance function of the state is related to, but by no means the same as, the notion that the welfare state improves allocative efficiency through the pooling of risk. For one thing, a state that pools risk through the welfare state is dealing with calculable risks, whereas a state that provides governance through conflict management is dealing with uncertain contingencies, which do not permit probabilistic calculation. Moreover, such an insurance function can improve the productivity of the economy in the medium to long run by encouraging risk taking in general (the good, old ‘socialization of risk’ for investment activities) and investments in assets with limited mobility (a point that has rarely been discussed before) – although it can harm the economy when it creates too much room for ‘moral hazard’. In societies in which the state fails to manage conflict in an appropriate way, people will be reluctant to take risks or commit their resources in specific investments, the dynamism of the economy may suffer. (CHANG, 1999, p. 197-198).

Segundo Evans (1993), transformar o Estado de “problema” em “solução” deve ser o elemento central em qualquer agenda política para o Terceiro Mundo. A capacidade ampliada do Estado é fundamental para um ajuste estrutural sustentável.

¹³ Quando defende o Estado desenvolvimentista, Chang (1999) não ignora os custos de suas ações, pois mostra que algumas mudanças institucionais podem diminuir tais custos. Esse autor também lista alguns exemplos da viabilidade de um projeto desenvolvimentista, a saber: Prússia no século XIX, França pós-guerra, Taiwan após 1949 e Coréia do Sul após 1961.

2.4 CAPITALISMO

Para Hodgson (2001), o capitalismo não deve ser definido em função dos seus resultados, como, por exemplo, a acumulação de mais valia. O lucro é um importante produto de tal sistema, porém, não o define, na medida em que uma firma tendo prejuízos não deixa de ser capitalista. Em suas palavras: “The essence of capitalism is not the outcome of profit but the social structures that create the drive to make profits.” (HODGSON, 2001, p. 321). Para analisar esta formação social, ele recorre ao trabalho já realizado pelos antigos institucionalistas e pela Escola Histórica Alemã e propõe uma divisão em cinco níveis de abstração, como pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 1 - Divisão dos Níveis de Abstração nas Ciências Sociais

Nível de Abstração		Escopo de análise de tal nível	Exemplos de possíveis leis ou princípios de tal nível	Categorias ou critérios chave
Primeiro	Sistemas Gerais	Características e princípios comuns a sistemas abertos, complexos e em evolução.	Princípio da evolução de Darwin; Hipótese Lamarckiana de aumento da complexidade; ...	Variedade, replicação, seleção, dependência da trajetória; ...
	Sociedades Humanas	Características e princípios comuns a todas sociedades humanas.	Instintos humanos e psicologia; princípios culturais gerais derivados da antropologia; ...	Estrutura social, instituições, cultura, linguagem, cognição, instintos, hábitos, costumes, poder, reprodução e socialização humana.
Terceiro	Civilizações humanas	Características e princípios comuns a todas sociedades humanas complexas e civilizadas.	Institucional self-reinforcement e lock-in; princípios de evolução institucional; Efeitos da oferta e demanda sobre preços; ...	Lei, propriedade, contrato, troca, mercados, organizações, firmas, estados.
Quarto	Tipos específicos de formações sociais humanas complexas	Características e princípios pertencentes a sistemas socioeconômicos específicos, como:		
		a) Antiguidade Clássica	(a) Dependência de conquistas militares, desenvolvimento tecnológico lento	(a) Escravidão, fazendas, Infraestrutura militarizada, comércio, propriedade, contrato.
		(b) Feudalismo	(b) Sistemas rigidamente estratificados de posse da terra	(b) Herança, posse da terra, vassalagem ou servidão.
	c) Capitalismo	(c) Disseminação global da mercantilização, busca pelo lucro, mercados de capital, ...	(c) Igualdade de direitos legais, mercadoria, moeda, preço, lucro, contrato, emprego, salários.	
Quinto	Variedades de cada tipo de formações sociais humanas complexas	Por exemplo, diferentes variáveis:	Por exemplo:	
		Históricas de capitalismo (c.i)	(c.i) Capitalismo mercantil, capitalismo agrícola, capitalismo industrial, capitalismo financeiro.	Balanco estrutural entre comércio, agricultura, indústria e serviços; papel do estado e do setor financeiro.
		Geográficas de capitalismo (c.ii)	(c.ii) Capitalismo Americano, Capitalismo Alemão, Capitalismo Japonês.	Tipo de cultura social, individualista, coletivista ou outra; grau de integração e diversidade social; modernização de instituições chave; papel da família e divisão sexual do trabalho.

Fonte: Hodgson (2001, p. 325-326).

O esquema apresentado acima apresenta cinco níveis de análise e quatro níveis ontológicos que emergem da realidade¹⁴. As teorias pertinentes a cada nível ontológico devem ser consistentes com as demais que descrevem essa realidade. Assim, o desenvolvimento do capitalismo não pode ser contrário aos princípios do darwinismo ou às leis da física (HODGSON, 2001). Este autor também pontua que sua proposição não sugere que os sistemas socioeconômicos necessariamente sigam uma sequência específica, ou seja, não se trata de uma “teoria de estágios”.

Hodgson (2001) esclarece que tal quadro é apenas um esboço preliminar e afirma que uma análise adequada de qualquer fenômeno socioeconômico histórico ou geograficamente específico deve envolver um arranjo de teorias ou conceitos retirados dos cinco níveis. Para ele, uma análise restrita aos níveis inferiores não fornecerá uma combinação de exclusividade e generalidade.

A economia neoclássica costuma estar no segundo nível de abstração. No entanto, na busca de uma maior generalização, tais economistas voltam-se ao primeiro e acreditam que podem aplicar os princípios econômicos aos sistemas gerais, como os das formigas, abelhas, ratos, bem como os humanos (HODGSON, 2001). Ele também argumenta: “Although mainstream economics discusses supply and demand (level three) this is typically treated in an abstract and universal manner, applicable even when markets – or even human societies – do not exist.” (HODGSON, 2001, p.323).

A Nova Economia Institucional e boa parte da sociologia estão situados no terceiro nível. A crítica de Hodgson (2001) volta-se para a falta de uma compreensão dos requisitos da investigação nesse estágio e a distinção entre ele e os mais gerais e inferiores. Já a análise de Marx - que opera no quarto nível - falha em incorporar de forma explícita os diferentes tipos de capitalismo (que estão no quinto) e também por não fornecer uma adequada consideração sobre a relação entre os elementos do seu nível de análise com formas mais abstratas e gerais dos mais baixos. Por turno, os antigos institucionalistas e a Escola Histórica Alemã estão posicionados no quinto nível. O erro destes últimos foi a concentração apenas neste grau, sem considerar conceitos e categorias gerais. Este autor argumenta que: “Without a framework of

¹⁴ A saber: a) físico, referente à energia e matéria; b) químico, relativo a moléculas; c) biótico, no tocante aos seres vivos; d) humano, referente às sociedades humanas. Hodgson (2001, p.327) explica que: “The five levels of analysis do not correspond directly with these four ontological levels. For example, the first level of analysis – general systems – applies to subsets of system-type phenomena at ontological levels (a) and (b), and to all phenomena at ontological levels (c) and (d). The second level of analysis – human society – clearly applies to ontological level (d) only. Finally, the third and fourth levels of analysis refer to nested subsets of phenomena at level (d) only. Clearly, there is no one-to-one correspondence between the ontological and the analytical levels”.

conceptual coordinates, we would be unable to anchor our categories or taxonomies of analysis. We would be lost in a dark sea of descriptive material” (HODGSON, 2001, p. 324).

Diante das limitações expostas, Hodgson (2001) levanta a discussão sobre o problema de terminologia e propõe utilizar “tipos reais” ao invés dos “tipos ideais” de Weber.

[...] Weber’s guideline for the construction of an ideal type were based on some imprecise and inadequate notions of progressive usefulness or successive approximation in the light of empirical enquiry. The construction of any particular ideal type in Weber’s theory is essentially arbitrary. His approach relapses into an instrumentalist interpretation of the ideal type that abandons the question of truth. (HODGSON, 2001, p.339).

Para preencher o que ele denomina de “vácuo analítico”, tal autor sugere uma orientação teórica baseada em considerações ontológicas, a saber: os princípios da impureza e da dominância, sendo este último atrelado à ideia de proeminência. O primeiro lembra que todo sistema econômico depende de pelo menos um subsistema – denominado também como instituições de provisão – parcialmente integrado e estruturalmente diferente para funcionar. Ou seja, deve haver uma pluralidade de tais instituições para que a formação social como um todo tenha variedade para lidar e promover mudanças. Assim, um tipo de estrutura prevalece e as demais permitem seu funcionamento (HODGSON, 2001).

Hodgson (2001) deixa claro que tal princípio não especifica o tipo particular do subsistema nem os limites entre cada um e com o todo. Ele aponta que a fronteira entre o subsistema e o sistema dominante pode ser altamente variada. Um exemplo é o caso particular da escravidão no capitalismo.

The impurity principle indicates that to understand the workings of a relevant system we cannot confine our account to its principal essence alone. We have to include the other subsystems that are necessary for the system as a whole to function. There is a vital difference between defining the essence of a system and establishing the key components that are necessary to understand how the system works. The latter task must always include more components than those required to establish a definition. In this respect Marx’s theoretical strategy of isolating a pure capitalism is flawed and misleading. It is at best provisional and partial. Marx recognized the **empirical** existence of impurities, but not their functional role for the system as a whole. Hence, he concentrated on a single, pure form. He wrongly believed that the dynamic of the system could be understood simply by focusing in its essence. For him, the system unfolded in a Hegelian manner from its inner core, while other subsystems and external forces exerted no more than disturbing influences. In contrast, the study of the **impurities** is necessary to understand the evolution of the system, even if they are not part of its defining essence. (HODGSON, 2015, p.41, grifo do autor).

Ao argumentar que não existe formação social pura, Hodgson (2015) aponta para uma margem de variação nas formas concebíveis de capitalismo. Ele argumenta que esses sistemas

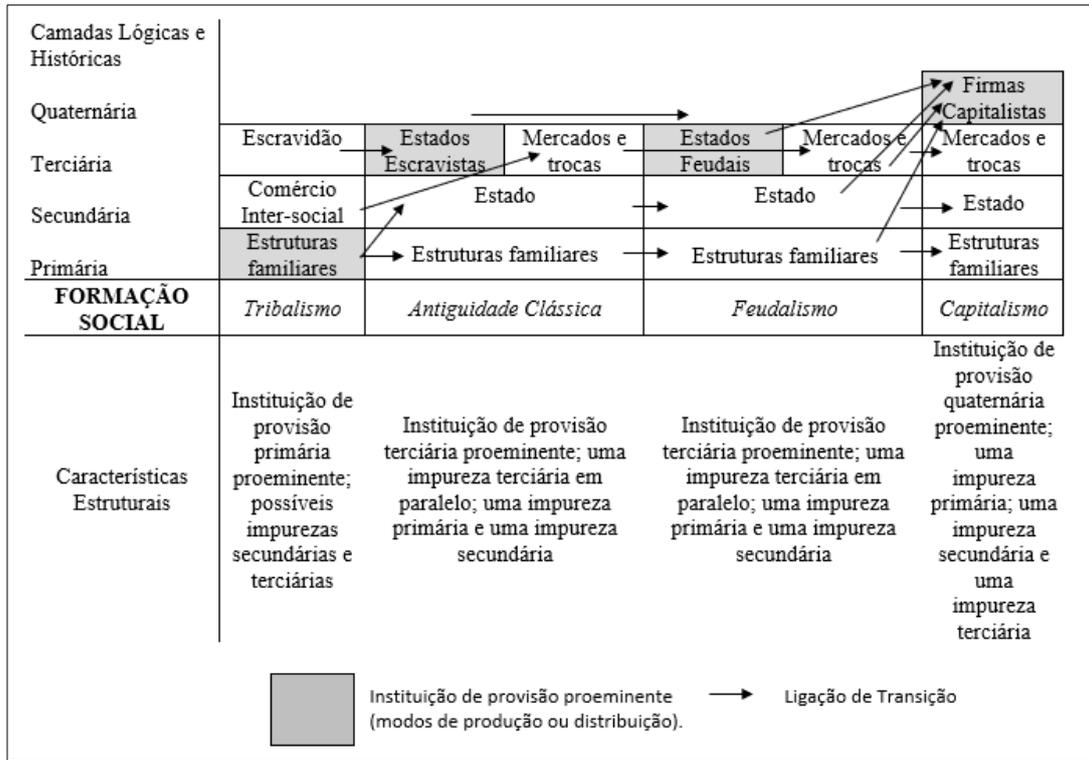
são complexos e que as principais fontes de diversidade incluem a qualidade de um ou mais subsistemas particulares comuns a todos, bem como a maneira pelo qual um ou mais subsistemas estão conectados com os outros. O debate sobre a essência do capitalismo e a definição dada por este autor são apresentados mais adiante.

No segundo princípio, o da dominância, está envolvida a noção de que, nos sistemas econômicos, algumas instituições de provisão são mais dominantes que outras. Para discernir sua existência, Hodgson (2001) argumenta que a forma da dominância é cultural, entendida em termos de hábitos de pensamento compartilhados por toda a sociedade¹⁵. Para este autor, a “ideia de proeminência” deve ser somada a tal princípio para uma determinação dos “tipos reais” das formações sociais. O critério inicial seria baseado em tal ideia, que está fundado nas formas legais relacionadas aos tipos mais comuns de instituição de provisão. De forma secundária, torna-se essencial uma subclassificação em termos do princípio de dominância: “Given the importance of habits of thought in the minds of the population, this secondary criterion can tell as much, or more, about the character of the society as a whole” (HODGSON, 2001 p.336).

A Figura 2 revela as camadas das instituições de provisão - referente ao quarto nível de análise do Quadro 1 - em distintas formações sociais: tribalismo, antiguidade clássica, feudalismo e capitalismo.

¹⁵ Ele exemplifica: “[...] the habits and norms of pecuniary calculation associated with the market can dominate a society. The USA is an appropriate example here. Alternatively, nineteenth-century Britain was still dominated by habits of deference, service and obligation that in part were remnants of the earlier, feudal era [...]” (HODGSON, 2001, p.335).

Figura 2 – Camadas de Provisão Institucional em quatro formações sociais



Fonte: Hodgson (2001, p. 338).

A estrutura familiar é uma instituição de provisão primária, ou seja, mesmo variando ao longo das formações ela é uma condição prévia para todas as demais. A Figura 2 relewa a dependência que todas as instituições tem com as que estão imediatamente abaixo. Dessa forma, a existência de mercados e trocas depende do estabelecimento de direitos de propriedade e sistemas de contratos, que são alocados e protegidos pelo Estado. Como já visto na seção anterior, este último pode existir sem mercados, mas o contrário é falso. As instituições que estão no mesmo nível não apresentam a relação de dependência, porém, são necessárias para que o funcionamento da respectiva formação social (HODGSON, 2001).

Esse autor aponta que uma importante implicação desta análise é que ela não pode ser entendida apenas em um ou dois níveis isolados. Assim, o capitalismo não pode ser compreendido adequadamente, concentrando-se exclusivamente nos mercados e nas empresas capitalistas. Como já exposto, essa classificação baseada nas relações de proeminência não retrata os hábitos e normas culturais dominantes, elementos essenciais para diferenciar os tipos de capitalismo. Por conseguinte, a natureza da firma capitalista pode variar. No caso de uma majoritária influência das famílias ou do estado nos hábitos compartilhados, pode-se caracterizar como capitalismo familiar ou dirigismo, respectivamente (HODGSON, 2001).

Japanese capitalism, for example, could be described as feudal-familial, because of the enduring influence of these two types of preceding institution. In contrast, French capitalism has been famously described as **dirigiste**, whereas American capitalism is more corporate-dominated, and British capitalism has for much of its heyday been largely but not completely market-led. Different varieties of capitalism differ not only in the detailed relations between the provisioning institutions but also in the variations in the prevailing social culture. (HODGSON, 2001, p. 341, grifo do autor).

Para Hodgson, o conceito de tipo real é próximo ao de “espécies” na biologia, onde a variação é inevitável entre os membros do conjunto. Para além desta inovação teórica que foi detalhada anteriormente, este autor lança em 2015 um livro intitulado “Conceituando o Capitalismo”. Seu objetivo em tal obra é investigar a essência desta formação social buscando uma definição, com base no approach teórico intitulado “*legal institutionalism*”¹⁶.

Tal abordagem sustenta que é fundamental o entendimento das regras legais pelos economistas e cientistas sociais. Isto não significa que tudo se resume às leis, mas para compreensão do capitalismo moderno seu papel é essencial.

Legal institutionalism shares with other institutional approaches a common emphasis on the importance of social rules. Indeed, constitutive and procedural rules are the stuff of social life, and institutions are essentially systems of shared social rules. Legal institutionalism adds to this the further claim that many of the more important and powerful rules are legal in character and that they are backed by the power and authority of the state. One immediate consequence of this vision is the literal impossibility of complete deregulation or of an unregulated economy or market. Rules are everywhere: they are vital for social and economic life. All that can be attained is to change some rules or to remove some to allow others to do more work. Rather than universal deregulation, legal institutionalism addresses the difficult research question of what kind of rules are appropriate for each particular circumstance. Given the complexities involved, such an approach must be cautious and experimental and cannot proceed on the basis of complete prior design. (HODGSON, 2015, p.13-14).

Na busca pela definição, Hodgson (2015) parte das contribuições de importantes autores: Karl Marx, Schumpeter e Weber. Ao descrever o modo de produção capitalista, o primeiro autor enfatizou a propriedade privada, mercantilização generalizada e mercados, incluindo a contratação de força de trabalho e trabalho assalariado. Por sua vez, o segundo enfatizou o desenvolvimento das instituições financeiras, enxergando nos mercados monetários a origem do capitalismo.

Hodgson (2015) define o capitalismo como sistema de produção que apresenta as seguintes características:

¹⁶ Tal abordagem faz afirmações sobre a natureza da realidade social e a motivação individual, pelo menos nos sistemas socioeconômicos modernos e desenvolvidos. Contudo, Hodgson (2015, p. 12) argumenta que ela ainda não provê “[...] a full theoretical approach, but it does provide some tentative and limited indications concerning theory and policy”. Para uma melhor compreensão, ver Hodgson (2015).

- a) um sistema legal que apoia os direitos e liberdades individuais amplos de propriedade, compra e venda de propriedade privada;
- b) troca generalizada de mercadorias e mercados envolvendo dinheiro;
- c) propriedade privada difundida dos meios de produção pelas empresas que produzem bens ou serviços para venda na busca do lucro;
- d) grande parte da produção organizada separadamente e além do lar e da família;
- e) contratos salariais e de trabalho generalizados; e
- f) um sistema financeiro desenvolvido com instituições bancárias, o amplo uso do crédito com propriedades como garantia e a venda de dívidas.

Tal definição enfatiza o sistema legal e os direitos individuais. Segundo este autor, a quarta condição está de acordo com os escritos de Weber¹⁷, que argumenta que tal separação é importante para subordinar a produção aos sistemas de contabilidade racional e motivação pecuniária. Hodgson (2015, p.256) também aponta que os cinco primeiros elementos não são nítidos em termos de especificidade histórica. No entanto, o último soluciona tal problemática, na medida em que “[...] takes seriously the monetary definition of capital and institutions promoting collateralization and the salability of debt.”. Assim, por meio desta definição, o surgimento do capitalismo na Inglaterra é marcado pelo desenvolvimento das instituições financeiras no século XVIII.

Hodgson (2015) deixa claro que o exercício de definição não é uma análise nem uma descrição adequada, tendo em vista que faltam elementos vitais nestes seis pontos. No entanto, tais elementos não fazem parte da definição por não demarcar esse sistema de outros:

For example, capitalism involves human beings that must eat to survive. While human nutrition is needed for capitalism to survive, it is not part of the essence because it does not demarcate this system from others. Similarly, the definition of capitalism does not have to point out that a social system depends on shared meanings, culture, habits, or whatever. Likewise, there are all sorts of complex and analytic issues—such as the nature of property or money and the sources of its dynamism— that do not have to enter into the definition of capitalism because they are defined or analyzed elsewhere. For example, why is technological innovation absent from the definition? Again, things that are vital to the system do not necessarily have to be included in a definition. If we listed everything that was important, then a definition would be many pages long. A definition of a system is different from an analysis of how a system works. Definitions are about demarcation, not analysis. (HODGSON, 2015, p.260).

A definição apresentada também não faz referência explícita à classe social. Para este autor, ser capitalista ou trabalhador não é uma característica congênita e sim a ocupação de um

¹⁷ Tal ideia está implícita nos escritos de Marx.

papel social que é determinado, em parte, por relações jurídicas. Exceto na condição quatro, os termos legais relativo à classe estão em todos os pontos. Hodgson (2015) afirma que os marxistas exacerbam em suas definições de capitalismo ao focarem na classe. Embora o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores, não se observa o controle desses primeiros sobre o sistema capitalista. O que se verifica, portanto, é a relação contrária. Frente à amplitude e complexidade do sistema, aponta-se que ele não pode ser totalmente controlado por uma única câmara de poder.

3 OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL

“[...] *Aqui onde estão os homens*
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão tão
branco
Sendo colhidos por mãos negras [...]”
Jorge Ben Jor, "Zumbi".

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma sintética, as narrativas dos três autores analisados nesse estudo sobre o período colonial brasileiro. Em razão da amplitude e complexidade desta época, optou-se por discutir as interpretações de Roberto Simonsen, Caio Prado e Celso Furtado no tocante a organização da produção, mercado, estado, capitalismo, bem como o entendimento sobre a evolução da economia colonial.

3.1 ROBERTO SIMONSEN: OS CICLOS DE PRODUÇÃO COLONIAL

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) foi um personagem marcante entre as décadas 1910 e 1940 no cenário econômico e político brasileiro. Engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo, Simonsen é amplamente reconhecido por sua atuação como industrial e líder classista. Em 1928, tornou-se vice-presidente do Centro das Indústrias de São Paulo, que precedeu e posteriormente integrou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). No âmbito intelectual, fundou em 1933 a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e tornou-se o primeiro titular da cadeira de História Econômica do Brasil. Juntamente com uma equipe de auxiliares, Simonsen elaborou um tratado, que em 1937 se transformou no primeiro livro de *História Econômica do Brasil*.

Tal livro é um marco não apenas pelo seu pioneirismo, mas também por ser dotado de tamanha envergadura, abrangência e por reunir dados estatísticos que serviram de inspiração tanto para autores que seguiram, quanto para aqueles que se divergiram à sua linha de interpretação. Como elucidado por Szmrecsányi (2004), o *História Econômica do Brasil (1500/1820)* (HEB) é uma obra inacabada. Os quinze capítulos correspondem aos primeiros sete pontos do programa da disciplina ministrada por Simonsen, que tinha um total de vinte e cinco. Os dez primeiros capítulos correspondem às aulas ministradas por Simonsen no ano letivo de 1936, e o restante foi escrito posteriormente.

Embora este autor seja amplamente conhecido por seus textos teóricos em defesa da industrialização e planejamento econômico, seus escritos de cunho histórico não se resumem apenas a HEB. O primeiro foi lançado em 1930, intitulado *As crises no Brasil*. As obras posteriores são mais conhecidas e foram escritas pós 1937, a saber:

- a) *História econômica do café* (1938);
- b) *As consequências econômicas da abolição* (1938);
- c) *A evolução Industrial do Brasil* (1939);
- d) *Recursos econômicos e movimentos das populações* (1940).

A preocupação de Simonsen em destacar o estudo da história econômica brasileira se faz presente desde o primeiro capítulo, como pode ser observado na citação abaixo:

Constatando, porém, ter sido na era colonial que se formou a trama social, asseguradora da estrutura unitária do país, impusemo-nos a fixação dos fatores econômicos que contribuíram para essa formação. Para melhor conhecimento do que somos, devemos, ainda, determinar os fatores externos que influenciaram os nossos períodos embrionários, que tiveram ação e que continuam a atuar na modelagem de nossa formação econômica. (SIMONSEN, 1969, p. 39).

As transformações decorrentes da revolução comercial formam o ponto de partida, segundo Simonsen (1969), para compreender as grandes tendências econômicas que se verificam em épocas imediatamente anteriores à existência do Brasil. A partir de então, a preocupação mercantil se elevou e passou a ser reconhecida como caminho mais rápido para o enriquecimento e, por consequência, fortalecimento do poder dos povos. O caráter da navegação mudou, ampliando seus horizontes e deixando de ser uma navegação costeira para se tornar oceânica. Assim, o continente europeu se transformou em “[...] dominador do mundo, num crescente progresso, sem paralelo em toda história.” (SIMONSEN, 1969, p. 28).

Portugal foi pioneiro no processo de expansão marítima. Simonsen (1969) argumenta que os limites geográficos desse país constituíram desde os primeiros tempos uma tendência natural para uma expansão marítima do comércio português. O desenvolvimento náutico lusitano contara com a pesca, considerada como primeira escola náutica, e o legado dos cruzados, que despertou o interesse por rumos distantes e promoveram aos portugueses conhecimentos na arte da construção e de navegação em alto mar.

As primeiras conquistas se deram nas Ilhas Açorianas e na da costa africana. Roberto Simonsen ressalta a figura do infante D. Henrique, que fundou a “Escola de Sagres”¹ e conduziu

¹ Esta escola reunia marujos experientes e homens da ciência de diversas nacionalidades para discutir sobre as navegações.

a monarquia portuguesa “[...] a procurar, pelo périplo africano, o acesso às longínquas terras da Ásia, de onde vinham as especiarias, as maiores fontes de enriquecimento comercial” (SIMONSEN, 1969, p.37). A motivação desta política não se relacionava às necessidades emigratórias, e sim à conquista de riquezas, expansão da fé e à necessidade de satisfazer a nobreza turbulenta. Segundo Simonsen (1969), o comércio de Portugal com o Oriente, e o rápido enriquecimento dele decorrente, foi o fator gerador de uma revolução econômico-político-social nesta nação.

Quando o erário público lutava com enormes dificuldades para manter a política que a Coroa se traçara – de encontrar um caminho para as Índias – Vasco da Gama conseguiu, em 1497, alcançar esse objetivo. Com as especiarias, tributos e presas de guerra que trouxe, pagou a expedição muitas vezes o seu custo; a segunda expedição para as Índias, a de Pedro Álvares Cabral, cobriu o seu custo duas vezes, computada, neste, a perda de quatro barcos. Com tais resultados, não é difícil prever a expansão marítima que, na época, teve o pequeno reino e a mentalidade que ali se criou [...] Alterou-se profundamente a velha monarquia agrária portuguesa; toda a atenção se concentrou na exploração de suas novas descobertas, que proporcionavam fartos lucros e rápidas riquezas (SIMONSEN, 1969, p. 38-39).

Este autor caracteriza como nociva as repercussões dessa revolução para Portugal. Ele elenca o despovoamento, dado que apenas cerca de 10% dos homens que saíam de Portugal retornavam; o abandono dos campos e a dependência de produtos externos para exportação, devido à ausência de indústrias portuguesas; a dependência de importação de alimentos; a desorganização econômica interna e custosa manutenção do império, na medida em que a guerra e outros fatores concorreram para absorver os lucros do monopólio e ultrapassá-los.

No tocante ao Brasil, observou-se inicialmente um desinteresse para exploração comercial frente ao riquíssimo escambo com o Oriente. Porém, com a descoberta de metais preciosos no México e Peru, as atenções se voltaram para as Américas e as investidas de outras nações, especialmente os franceses, fizeram com que a Corte portuguesa designasse uma atenção maior para terras brasileiras. As motivações da colonização portuguesa não são alheias a tal contexto político e econômico, como esclarece o autor.

No Brasil, onde só constava, de início, a existência de pau-brasil, bugios e papagaios, **não se justificava uma larga exploração mercantil à moda do tempo.** Que o espírito religioso já não era o dominante e cedia lugar ao mercantil, prova-o o próprio nome dado à nossa terra que, de Vera Cruz ou Santa Cruz, como fora oficialmente batizada, teve esse nome alterado para o da riqueza que então se supunha principal. João de Barros, em sua acrisolada fé cristã, já clamava que “por artes diabólicas se mudava o nome de Santa Cruz, tão pio e devoto, para o de um pau de tingir panos”. A Europa, ainda pouco povoada, não tinha necessidade, por motivos demográficos, de promover emigrações. **A ambição dos grandes Estados absolutos norteava-se para um maior enriquecimento, do qual derivaria o poder militar. Foram, pois, principalmente de ordem econômica, os fatores dominantes, no início da exploração da América.** (SIMONSEN, 1969, p.32, grifo nosso).

Roberto Simonsen (1969) argumenta que o Brasil tem origens na consolidação de uma colônia de exploração. Para assegurar a base e o rendimento desta, frente à ausência inicial de metais preciosos, os portugueses foram forçados a recorrer à agricultura.

Em sua análise, Simonsen deixa claro que a colonização portuguesa se insere no contexto de formação do sistema capitalista. Em todo o seu período de existência, o Brasil assistiu à manifestação mundial de tal sistema “[...] com suas flutuações e exageros, **sentindo a sua repercussão e participando**, também, em proporções diferentes, da sua evolução” (SIMONSEN, 1969, p.68, grifo nosso). Um exemplo dessa participação foi o impulso à evolução capitalista com as descobertas de ouro. A forma com que essa riqueza “vazou” será detalhada mais adiante, contudo, destaca-se sua importância no surto industrial na Europa e América do Norte, acentuando a divisão internacional do trabalho com a consequente criação dos grandes países agrícolas (SIMONSEN, 1969).

O caráter capitalista da colonização é reforçado pelo autor ao debater o sistema de donatarias. Ele traz o questionamento se é capitalismo ou regime feudal, e nega a última opção.

Na verdade, Portugal, em 1500, já não vivia sob regime feudal. D. Manuel, com sua política de navegação, com seu regime de monopólios internacionais, com suas manobras econômicas de desbancamento de comércio de especiarias em Veneza, é um autêntico capitalista. Os seus “vassallos” não ficam atrás. (SIMONSEN, 1969, p. 82).

Diante dos elevados custos para ocupar e colonizar as novas terras, a Coroa outorgou grandes concessões para nobres fidalgos, bem como vários direitos políticos. Tais elementos eram indispensáveis, segundo Simonsen, para a empreitada que os aguardavam. Os objetivos econômicos, expressivamente o lucro, é um importante aspecto para realizar a diferenciação. A hereditariedade e os imensos poderes concedidos não são suficientes para emprestar o cunho feudal a todo o sistema, de acordo com o autor.

O crescente interesse pelo açúcar na Europa favoreceu o fundamento econômico do empreendimento colonizador. A organização da produção se estabeleceu por meio da grande propriedade. As elevadas despesas das instalações, em função do aparelhamento de defesa, transporte e embarque não justificavam a pequena propriedade. O desenvolvimento da cultura do açúcar foi movido pela iniciativa privada, os negociantes portugueses apresentam um importante papel através dos empréstimos para montagens dos engenhos (SIMONSEN, 1969).

A escravidão é denominada por Roberto Simonsen (1969) como “imperativo econômico inelutável”. Referenciando Gilberto Freyre, ele indica que o português vinha

encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil. Não era possível contar com o colono para o trabalho pesado nos engenhos de açúcar.

Só restava, pois, aos lusitanos, a obtenção de mão-de-obra, necessária à organização econômica da terra de Santa Cruz, no trabalho forçado. Recorreram à escravidão indígena, inteiramente dentro da mentalidade da época, pois que no Sul da Europa ainda era intenso o comércio de escravos, provenientes do tráfico africano e das guerras religiosas; e em vastas zonas da Europa Central e do Norte, imperava a servidão da gleba. (SIMONSEN, 1969, p. 126).

A escravidão indígena foi inviabilizada dado a resistência dos autóctones e à grande mortandade derivadas das condições de trabalho. Com a evolução dos engenhos, a insuficiência de mão de obra impôs a substituição pelo escravo africano. Simonsen (1969, p.132) qualifica este último como “[...] resistente e capaz de suportar as vicissitudes do labor a que era chamado. O índio com mentalidade muito mais atrasada, não tinha, seja resistência física, seja compreensão da necessidade do trabalho [...]”.

Na visão de Simonsen (1969, p.139), a escravidão foi uma “[...] das terríveis instituições de que lançarão mão muitos povos, guiados pelos imperativos econômicos.”. Ele identifica um *path dependence* de tal instituição na sociedade brasileira. A concentração de renda e, por consequência, a desigualdade social e a marginalização dessa população são resultados do regime econômico colonial que “[...] consistiu na criação de castas, na limitação de suas possibilidades, nas tentativas de circunscrição, de enriquecimento dos povos a determinadas classes privilegiadas.” (SIMONSEN, 1969, p. 144).

A interpretação de Simonsen sobre a economia colonial toma a ideia de ciclos de produção. Apresenta-se a seguir dois desses ciclos que marcaram a evolução brasileira: o do açúcar e o da mineração. As cifras da exportação desse primeiro durante os três séculos do período colonial foram superiores a 300 milhões de libras. Tal ciclo produziu valores para o Brasil superior ao da mineração, que está avaliado em menos de 200 milhões de libras.

Simonsen (1969) destaca a fragilidade da economia agrária açucareira em função da variação dos preços internacionais. Ele destaca o papel da Coroa portuguesa fazendo uso do mecanismo de desvalorizações cambiais para proteger essa produção, proporcionando aos lavradores uma compensação. Tal constatação foi baseada no estudo entre o período de 1535 e 1822.

A economia do açúcar proporcionou ao governo português findar o período deficitário que representou a exploração do pau-brasil. Simonsen (1969) estima que 25% das rendas diretas e indiretas das exportações voltavam-se à Coroa. O desenvolvimento da região Norte em

relação ao Sul deveu-se às condições favoráveis que a primeira dispunha para desenvolvimento desta cultura. Na fase de expansão do ciclo, essa posição se acentuou. Vários cronistas da época ressaltam o número de colonos ricos no Norte do país em contraposição da pobreza evidente do Sul.

Simonsen (1969) reforça que tal riqueza estava disposta à população da região. Como já ressaltado, a concentração de renda é fruto do regime econômico adotado, que restringia a esse acesso a uma mínima parcela. Este autor também relata os excessos da classe abastada no Norte e caracteriza como “orgia de despesas improdutivas” as elevadas dívidas com os mercadores de Lisboa.

O reflexo desta estrutura econômica colonial foi o atrofiamento do mercado interno. Simonsen aponta os limitantes impostos pelo Estado português ao legitimar o trabalho escravo, na medida em que “[...] a mentalidade reinante ainda não compreendia os *direitos alienáveis*” (SIMONSEN, 1969, p.139, grifo do autor). Ele põe em evidência os objetivos da colonização e resalta que estes não estavam em consonância com a “difusão do bem estar e da cultura pelo maior número, (e pelo) maior progresso distribuído pela maior massa” (SIMONSEN, 1969, p.144). Frente a essa lógica excludente não havia possibilidade de se desenvolver internamente um mercado. A demanda das classes ricas, por outro lado, não gerava estímulos à produção nacional, que se voltava apenas para a importação de bens de luxo. A fase de declínio do ciclo acarretava, por sua vez, o elevado endividamento dos produtores.

Este autor refuta a argumentação de que a crise açucareira do século XVII foi decorrente do início do processo de mineração. Para ele, contou nesse processo a queda dos preços internacionais e o contexto político entre França e Inglaterra, que culminou com a proibição da entrada do açúcar brasileiro na França.

Em 1696, fazem-se as primeiras descobertas de ouro no centro do Brasil. Segundo Simonsen (1969), esse período é caracterizado pela população insuficiente, aparelho técnico rudimentar e zonas de difícil acesso. No entanto, com o fascínio de um enriquecimento rápido, a população do centro-sul passou a concentrar 50% dos habitantes da colônia em 1700. Outro elemento destacado nesta narrativa foi a insuficiência alimentar nos anos iniciais da atividade:

Sem uma organização de retaguarda e em terras reconhecidamente pobres, sobre os xistos da fome, como os classificou um eminente geólogo nacional, padeceram os primeiros mineradores angústias sem par. Em 1701 a crise de subsistência foi de tal ordem que os exploradores abandonaram as catas, fugindo para as matas em busca de alimentos, de onde só regressaram quando houve melhor serviço de abastecimento. Em 1703 repetiu-se a carência. (SIMONSEN, 1969, p. 287).

A administração portuguesa apresentou um regime rigoroso com a mineração. Tais esforços se faziam necessários para combater os “descaminhos do ouro”. Fazendo um contraponto com a economia açucareira, Roberto Simonsen (1969) revela que enquanto o senhor de engenho necessitava de grande acumulação de capital, os mineradores poderiam ser donos de poucas posses, apresentando, assim, uma multiplicidade de exploradores e proprietários. Dessa forma, nesta região operou-se uma “divisão do trabalho” mais intensa do que permitia a organização social da região Nordeste.

A produção de diamantes no Brasil, que contam com os primeiros achados em 1729, também é discutida por Simonsen. Na área da atual cidade de Diamantina (MG) demarcou-se o distrito Diamantino, local em que foram encontrados os primeiros diamantes. Além desta região, foram encontrados diamantes no rio Jequitinhonha (MG), no rio Claro e Pilões (GO), sudoeste da Bahia e Alto Paraguai (MT).

A notícia da descoberta de diamantes provocou um grande afluxo de mineradores e garimpeiros, resultando na redução de 75% do valor do quilate nos mercados internacionais. Por conseguinte, a coroa portuguesa interviu, através da carta régia de 16 de março de 1731, proibindo sua extração. Outras mudanças foram sendo estabelecidas com o passar do tempo, resultando na alteração de tributação. Em frente à maior facilidade de fraude, substituiu-se “o quinto” pelo imposto de capitação. Na busca por um melhor controle da produção, em 1739 o regime foi alterado de sistema de arrendamento para o sistema de contrato (SIMONSEN, 1969).

O regime de luxo e ostentação em que viviam os contratadores despertava contínuas suspeitas à Coroa. Pagavam eles as grandes compras que faziam nos mercados do Rio, em saques sobre Lisboa, que deveriam ser resgatados após a chegada das frotas, com os produtos das vendas das pedras. Após a falência de Caldeira Brant, resolveu a Coroa adotar outro regime dividindo a exploração em duas fases: a da extração, propriamente, e a do monopólio do seu comércio, obrigando-se o segundo contratante a adquirir uma determinada quantidade a preços pré-estabelecidos. (SIMONSEN, 1969, p. 288).

No ano de 1771 a exploração passou a ser exclusiva da Real Fazenda. Simonsen (1969) chama a atenção que a exploração pela Coroa portuguesa não rendeu os mesmos resultados que o regime anterior. Por sua vez, a decadência desta atividade foi mais ou menos paralela à do ouro.

O *Tratado de Methuen*, também referido como Tratado dos Panos e Vinhos, foi um acordo assinado entre a Inglaterra e Portugal, em 27 de dezembro de 1703. Em sua interpretação, Simonsen argumenta que, ao permitir em seu território a concorrência dos tecidos ingleses, Portugal “[...] matou o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação

agrícola, baseada na produção vinícola” (SIMONSEN, 1969, p.267). Ele complementa que o ouro do Brasil não ficara em Portugal, na medida que se direcionou para Inglaterra em pagamento da balança de comércio, estimulando, assim, o progresso de tal nação.

Nesta última nação [Portugal], criou-se para várias classes um padrão de vida artificial, acima do que o trabalho da terra e seus rendimentos poderiam permitir [...] A Inglaterra já havia dado preferência ao ouro para base do seu sistema monetário. Portugal lhe outorgara ainda condições preferenciais para o seu comércio, as quais, somadas à superioridade do aparelhamento técnico inglês, facilitaram a conquista dos mercados portugueses pelas manufaturas daquele país, num momento em que surgiam das minas do Brasil grandes signos de poder aquisitivo. De fato, o ouro do Brasil era, então, a maior massa aurífera que aparecera desde o início dos tempos modernos. Lucrou, assim, a Inglaterra bem mais do que Portugal com as descobertas dos bandeirantes paulistas. (SIMONSEN, 1969, p.267-268).

As possibilidades de expansão e evolução progressista, diante do grande fluxo de metais preciosos, são examinadas por meio da comparação entre as formas de integração dos novos capitais aos proprietários e sociedade. A descoberta de ouro nos Estados Unidos em 1848 se estabeleceu em uma nação já independente, organizada e com uma política econômica protecionista, que fomentava o comércio e a indústria dentro de suas fronteiras. Assim, essa massa inesperada de metais preciosos tonificou os novos capitais do aparelho produtor, produzindo, assim, benefícios para toda a sociedade. Por outro lado, Simonsen destaca uma outra dinâmica de integração desses novos capitais no Brasil:

Os seus detentores podem dilapidar essas riquezas, facilmente adquiridas, em permuta com artigos de consumo imediato. Esgotados esses valores, ficam os indivíduos depauperados, desiludidos, e tanto mais sofreadores quanto se habituaram a um nível de vida inatingível com seus ganhos ordinários. Podem ainda os beneficiários dessas rápidas fortunas pertencer a uma sociedade improvisada, que não possua organização produtora de elementos essenciais à vida, e, então, é com a exportação do próprio ouro que se podem adquirir tais elementos. Foram esses dois aspectos que se conheceram no Brasil colônia. (SIMONSEN, 1969, p.270).

Apesar da incapacidade da mineração em promover mudanças de vulto na economia brasileira, Simonsen (1969) não ignora algumas transformações de menor porte desencadeadas por esta atividade, a saber:

- a) vultuosa imigração para o centro-sul e ocupação definitiva dos sertões;
- b) criação de um grande mercado de gado e tropas; mudança da capital para o Rio de Janeiro e criação a partir de então de fortes elementos de progresso;
- c) concentração e formação de capitais em escravos e tropas, que posteriormente permitiu a lavoura de café no Vale do Paraíba.

A interpretação de Simonsen – que toma as ideias dos ciclos e aplica à evolução da economia brasileira – apresenta uma clara influência da obra de João Lúcio de Azevedo *Épocas de Portugal Económico*, de 1929² (BORJA, 2013; CURI, 2014; MANZATTO (2018); SAES (2009); SZMRECSÁNYI, 2004). Curi (2014) argumenta que a interpretação formulada por Simonsen para economia brasileira é indissociável de seus escritos mais estritamente econômicos. Sua abordagem de ciclos é coerente com o projeto nacionalista-industrialista e lança bases para interpretações posteriores.

Na *História Economia do Brasil* de Roberto Simonsen, a ideia de ciclos é central. Como destacado por Saes (2009), não se trata dos ciclos econômicos das economias capitalistas. O que Simonsen buscou delinear foram os chamados ciclos de produção da economia colonial (pau-brasil, açúcar, ouro, etc.)³.

A narrativa de Simonsen é caracterizada por um grande esquematismo. O início do ciclo é marcado apenas pela existência de recursos naturais. A fase ascendente (mais ou menos longa) se estabelece com a exploração destes recursos, por meio do trabalho mobilizado pelo capital. Esta produção se realiza através das exportações e, assim, acumulam-se riquezas. Ao alcançar o auge, tem-se o início do declínio do ciclo. Nesta fase, a riqueza acumulada vai sendo dilapidada, de maneira que no fim do ciclo pouco resta daquela atividade que logrou tanta prosperidade (SAES, 2009). A mineração é um exemplo mais extremo deste esquema de análise:

Os campos de mineração brasileiros, no entanto, são constituídos em grande parte de terras pobres, e as cidades formadas nas proximidades de nossas jazidas mineradoras tiveram uma prosperidade efêmera, de poucos decênios, em harmonia com a produção das jazidas. Ouro Preto, Diamantina, Mariana, e tantas outras cidades mineiras, ostentam vestígios de um passado grandioso e curto, demonstrando pela modéstia das obras de arte remanescentes que não houve o tempo necessário para que a sociedade alcançasse ali suficiente evolução progressista. A pobreza do meio contribuiu também para que os mineradores esgotassem rapidamente, na procura infrutífera de novas jazidas, os recursos auferidos nos tempos de prosperidade. (SIMONSEN, 1969, p. 374-375).

A riqueza gerada por esses ciclos não era permanente. Simonsen argumenta que cada ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Por turno, a industrialização

² Neste livro, Azevedo (1928) se baseia na divisão da história de “Portugal Absolutista”, que compreende o período sua formação ao ano de 1842. Azevedo divide sua obra em cinco capítulos, cada um correspondendo a um ciclo. Os dois últimos ciclos correspondem aos ciclos brasileiros. São eles: i) monarquia agrária; ii) ciclo da pimenta da Índia; iii) primeiro ciclo do ouro; iv) ciclo do açúcar; v) idade do ouro e diamantes. Este autor destaca o caráter pouco duradouro da riqueza gerada e o fato de Portugal pouco ter aproveitado – por uma série de motivos – as riquezas geradas pelas conquistas.

³ O livro de *História Econômica do Brasil (1500-1820)* não trata sobre o período da economia cafeeira. No entanto, no texto “Aspectos da História Econômica do Café” (1938), observa-se a mesma aplicação da análise de ciclos para este período.

seria a única via que possibilitaria a "evolução progressista" do Brasil por legar ao país uma riqueza permanente.

A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão, porém, desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional de suas próprias aspirações e necessidades, permitindo-lhes rotas políticas que lhes facilitaram uma mais rápida evolução econômica. (SIMONSEN, 1969, p. 50).

Curi (2014) qualifica Simonsen como um intelectual orgânico da burguesia industrial. Como intelectual e político, ele se dedicou à defesa de um projeto de classe⁴. Através de seus tratados econômicos e históricos, um dos seus eixos de atuação é associar a ideia de progresso nacional com o desenvolvimento industrial. Dessa forma, a viabilidade do Brasil como nação passaria pela sua transformação em um país industrializado.

3.2 CAIO PRADO JÚNIOR: O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO CÍCLICA

Caio Prado Júnior (1907-1990) mantém-se como uma referência essencial para a compreensão da formação econômica e social do Brasil. Isto se deve à originalidade e fecundidade de suas obras. Tosi Furtado (2009) salienta que a contribuição de Prado Júnior não se deve apenas à aplicação do materialismo histórico ao exame da formação econômica e social do Brasil. Para este autor, o aspecto mais original do pensamento de Caio Prado teria sido o de conceber o desenvolvimento histórico brasileiro como fruto da prematura expansão do capitalismo europeu, ainda em sua fase comercial. E sua contribuição mais significativa ao pensamento econômico brasileiro foi apontar o caráter predatório do capitalismo no Brasil.

A estreia de Caio Prado Júnior no campo da historiografia se deu por meio do ensaio *Evolução Política do Brasil: colônia e império* de 1933. Como elucidado no prefácio desta obra, o autor buscou elaborar uma síntese da evolução política do Brasil e não traçar sua história completa. Este ensaio é caracterizado por ser mais de história social e política, contudo, o autor buscou ir além do nível dos acontecimentos históricos para chegar também nas suas raízes econômicas. Szmrecsányi (2004) argumenta que esta obra serviu como esquema para Caio Prado (2011, 1970) na elaboração de seus livros mais difundidos no âmbito da historiografia

⁴ O reconhecimento de Simonsen como intelectual orgânico da classe industrial, segundo Curi (2014), não deve obscurecer as especificidades de seu pensamento, aquilo que o torna mais do que um apologista dos interesses da burguesia industrial. A sua robusta interpretação histórica e a sintonia com o pensamento econômico internacional - de autores como Friedrich List, Mihail Manoilescu, Rodbertus e Wagner e também autores russos como Prokopovitch e Woytinsky - justificam essas especificidades.

econômica: *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia em 1942 e História Econômica do Brasil em 1945*.

O marco interpretativo “sentido da colonização” foi cunhado por Caio Prado Júnior (2011) no livro de 1942. Nesta obra, o autor retoma algumas considerações já desenvolvidas no ensaio de 1933 e apresenta uma narrativa sobre o Brasil colônia dividida em três pontos: povoamento, vida material e vida social.

A compreensão do caráter da colonização é o ponto de partida de sua interpretação. Caio Prado argumenta que a indagação do sentido da evolução de um povo é fundamental para entender suas particularidades. Ele aponta que é necessário ir além da captação da conformação da economia e sociedade brasileira – baseada na grande propriedade, escravidão e monocultura – pois ela revela apenas a aparência. Para a apreensão da essência é preciso levar em consideração “[...] a iniciativa dela [colonização], os motivos que a inspiraram e determinaram, os rumos que tomou em virtude daqueles impulsos iniciais se perdem de vista” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.17). Ou seja, compreender a lógica em que esse fato histórico está inserido.

A colonização portuguesa na América não se constitui um fato isolado. Ela se situa em um contexto de expansão ultramarina europeia, fruto do desenvolvimento do comércio continental. Prado Júnior revela que a revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, no século XIV, gerou profundas transformações na medida em que deslocou a primazia comercial dos territórios centrais do continente para aqueles que formam a faixa oceânica.

Os portugueses foram pioneiros nesse processo. Eles buscaram rotas alternativas, procurando empresas que não encontrassem concorrentes mais antigos instalados. Assim, chegaram à costa ocidental da África e, posteriormente, se desenhou um plano mais amplo, de encontrar a passagem que permitiria o contato com a Índia. Neste contexto, Caio Prado aponta a inicial falta de interesse dos portugueses em povoar a América, dado as oportunidades mercantis que o Oriente poderia proporcionar.

Segundo o autor, a ocupação com povoamento efetivo em terras brasileiras surgiu como contingência. Portugal também foi pioneiro nesse processo, na medida que a colonização era entendida como estabelecimento de feitorias comerciais. A princípio, a ocupação dos territórios se deu com base no extrativismo (madeira, peles e pesca) e, posteriormente, sob uma base mais estável e ampla: a agricultura.

A forma como se organizou a produção tropical brasileira – isto é, grandes unidades produtoras que reúnem um número elevado de trabalhadores – foi resultante do contexto de “insuficiência” populacional que se encontrava Portugal em meados do século XVI, com áreas incultas e abandonadas, e pela crescente utilização de mão de obra escrava – inicialmente, dos

mouros e depois os africanos. Prado Júnior (2011) alega que este cenário colocou o colono europeu na única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural:

Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem na Espanha, nem em Portugal, a que pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 30).

Caio Prado se vale da interpretação de Leroy-Beaulieu (*De la colonisation chez les peuples modernes*, de 1874), no qual faz uma distinção entre as colônias de povoamento e exploração, para argumentar sobre o sentido da colonização brasileira. As primeiras, localizadas em zonas temperadas, foram constituídas por motivos de ordem política, econômica e religiosa⁵ e sua lógica se distanciou dos objetivos comerciais. Prado Júnior (2011, p.27) explica que esses colonos tinham em vista “[...] construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas”. O resultado foi “[...] uma sociedade, que, embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada à do continente de onde se origina. Será pouco mais que simples prolongamento dele”.

Por outro lado, o que se verificou nas zonas tropicais foi a colonização de exploração. Caio Prado Júnior argumenta que seu sentido toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. Dessa forma, a formação brasileira tem como base o caráter mercantil, com interesses voltados para fora do país:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 31).

A linha argumentativa que permeia a obra de Caio Prado é de contradição, sua interpretação da evolução brasileira se configura pela ótica da mudança com continuidade. Ele argumenta que o caráter da colonização se conserva na evolução país:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou

⁵ Pelo lado econômico, destaca-se o deslocamento em massa da população tendo em vista o cercamento dos campos na Inglaterra. As lutas político-religiosas mobilizaram diversos grupos para a América, como os puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, morátdos, schwenkfelders, inspiracionistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça.

negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, **cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país [...]** O 'sentido' da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. (PRADO JÚNIOR, 2011, p.32, grifo nosso).

A categoria sentido da colonização é central na interpretação de Caio Prado, como evidenciado acima. Prado Júnior (1972, p.37) ressalta que é a “[...] exploração que deu origem à colonização e ao Brasil”. Assim, este autor parte da motivação comercial do português para entender a formação brasileira, bem como insere a colonização no processo de formação e cristalização do modo de produção capitalista.

A organização da produção é para Caio Prado a “célula fundamental da economia agrária brasileira”, que se fundou na grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Segundo o autor, a grande exploração agrária resultou do caráter tropical da terra, em suas palavras: “A influência dos fatores naturais é tão sensível nesta discriminação de tipos agrários que ela se acaba impondo mesmo quando objetivo inicial e deliberado de seus proponentes é outro (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 125).

Para Prado Júnior (2011) a monocultura e a grande propriedade são correlatos e derivam da mesma causa, a produção de gêneros de grande valor comercial. Por sua vez, o trabalho escravo é retratado como questão de “necessidade”. Ele assinala que o tipo de colono que procura os trópicos é o explorador e não o povoador. Sua posição se impõe desde o início, como “empresário de um grande negócio” que vem para dirigir a grande empresa colonial.

Ao abordar a escravidão indígena, Caio Prado (1970, p. 35) aponta os motivos que inviabilizaram a utilização dessa mão de obra nas grandes plantações de cana de açúcar. Em suas palavras, “Além da resistência que ofereceu ao trabalho, o índio se mostrou mau trabalhador, de pouca resistência física e eficiência mínima. Nunca teria sido capaz de dar conta de uma tarefa colonizadora levada em grande escala”. A substituição do índio pelo escravo africano é a solução deste problema. Prado Júnior também discute a guerra entre os colonos e os indígenas, que perdura no período colonial. A caça ao índio, segundo o autor, é um dos principais fatores de grandeza do Brasil.

A escravidão é, para Caio Prado (2011, p. 288), a “trave mestra” da estrutura colonial, em outras palavras, “[...] o cimento com que se juntarão as peças que as constituem”. Segundo o autor, o escravo foi nessa sociedade uma simples máquina de trabalho bruto, sua contribuição para formação brasileira além da “energia motriz.”, foi quase nula. Isto significa que não houve por parte dessa população uma intervenção ativa e construtora e sim um papel totalmente

passivo, resultante apenas de sua presença e propagação do seu sangue. Prado Júnior não ignora toda a expressão cultural deste povo, mas aponta que ela foi abafada, aniquilada e, muitas vezes, deturpada pelo estatuto social, material e moral dos colonizadores.

Como debatido no capítulo anterior, Hodgson (1998) sugere um indissolúvel círculo de determinação mútua entre indivíduos e instituições, em que estes últimos moldam e são moldados pela interação humana. Ao analisar a escravidão, Caio Prado (2011) analisa como tal instituição social influenciou na formação de convenções sociais e hábitos da sociedade colonial. O primeiro se refere ao caráter deletério do trabalho:

Ao tratar da economia da colônia, já vimos que praticamente todo trabalho é, entre nós, servil [...] Assim, no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente. Torna-se muito restrito o terreno reservado ao trabalho livre, tal o poder absorvente da escravidão. **E a utilização universal do escravo nos vários mistérios da vida econômica e social acaba reagindo sobre o conceito do trabalho, que se torna ocupação pejorativa e desabonadora [...] no campo é a mesma coisa; nenhum homem livre pegaria da enxada sem desadouro.** (PRADO JÚNIOR, 2011, p.295-296).

Na pecuária mineira observa-se um ambiente um pouco diferente do descrito acima. Segundo Caio Prado, o proprietário e sua família participavam ativamente do manejo da fazenda: “A presença de escravos, portanto, não aristocratizou o criador sul-mineiro; e a pecuária traz aí, ao contrário da grande lavoura e da mineração, **uma colaboração mais íntima de proprietários e trabalhadores, aproximando as classes por um trabalho comum**” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 211, grifo nosso). Outro reflexo deste ambiente de intimidade descrito por este autor é uma “rudeza de hábitos e modos” nas classes superiores. Tal comportamento não se verificou nos distritos de mineração, dado a diferente função exercida pelo proprietário.

O ambiente de intimidade também é destacado no debate sobre patriarcalismo, contudo, ele apresenta outra dimensão. Ao tratar desta temática, Caio Prado Júnior não foca nos aspectos sociais e antropológicos, como faz Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*, e também não envereda na questão se o patriarcalismo se encontra em germe nas instituições portuguesas. Por turno, ele afirma que o clã patriarcal é algo específico da organização brasileira, resultado do regime econômico.

Este grande domínio absorveu a maior parcela da produção e riqueza da colônia. Em torno do proprietário e sua família se agrupam os escravos, de forma coercitiva, e os homens livres, que são atraídos porque este é o único centro existente de poder e riqueza. A fraca atuação da Coroa portuguesa reforçou a autoridade e o prestígio do senhor rural, em quem até a igreja

e o seu clero estão na sua dependência. Configurado em uma sólida base econômica, tal domínio tornou-se “célula orgânica da sociedade colonial” (PRADO JÚNIOR, 2011).

Embora a relação de dominação, Caio Prado ressalta ao ambiente de intimidade que é criado pela interação entre os diferentes atores sociais. Observa-se uma mútua influência que, em última instância, reforça a autoridade do senhor rural.

O senhor deixará de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu pessoal; o escravo também não será mais apenas a mão de obra explorada. Se trabalha para aquele, e até forçando pelo açoite do feitor ou do tronco da senzala, também conta com ele, e dele depende para os demais atos e necessidades de sua existência; toda ela se desenrola, do nascimento à morte, frequentemente por gerações sucessivas, na órbita do senhor e do seu domínio, pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza. **Multiplicam-se laços que, apesar das distâncias, vão atando um ao outro. O mesmo se dá com os trabalhadores livres e agregados; liberdade relativa que não vai além da de trocar um senhor por outro igual; e isto mesmo nem sempre** [...] constitui-se assim no grande domínio um conjunto de relações diferentes das de simples propriedade escravista e exploração econômica. Relações mais amenas, mais humanas, que envolvem toda sorte de sentimentos afetivos. E se de um lado estas novas relações abrandam e atenuam o poder absoluto e o rigor da autoridade do proprietário, doutro elas reforçam, porque a tornam mais consentida e aceita por todos. Ele já será ouvido como um protetor, quase um pai. Há mesmo um rito católico que se aproveitará para sancionar as situações e as novas relações: o testemunho nas cerimônias religiosas do batismo e do casamento, que criarão títulos oficiais para elas: padrinhos, afilhado, compadres. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 306).

Como já destacado, Hodgson (1998) ressalta a importância da interação dos agentes na formação de instituições e na ausência de padrões habituais, legais e políticos necessários para o funcionamento do mecanismo oferta-procura-preço, emergem deste ambiente de intimidade instituições informais que reforçam esta dominação, e que dispõem um caráter de permanência. Como destacado por Caio Prado (2011, p. 306): “É o contato prolongado, que se repete ao longo de gerações sucessivas, que vai modelando as relações internas do domínio e vestindo-as de roupagens que disfarçam a crueza primitiva do domínio escravocrata.”. Estando no centro da sociedade colonial, o senhor rural se aristocratiza, pois reúne os elementos básicos para tal, a saber: riqueza, autoridade e poder.

Além do racismo, Caio Prado discute a marginalização da população negra no Brasil como *path dependence* do regime servil. Segundo ele: “As raças escravizadas [...] mal preparadas e adaptadas, vão formar nela (sociedade brasileira) um corpo estranho e incômodo. O processo de absorção se prolongará até os nossos dias, e está longe de terminado.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 293). O que pesou neste processo, de acordo com o autor, foi o baixo nível desta população.

A administração colonial é uma temática amplamente discutida por Caio Prado Júnior. Em função dos objetivos deste estudo, não entraremos nos pormenores de sua análise, contudo, serão apontados os traços marcantes de governo colonial. O primeiro aspecto retratado por este autor é a imitação institucional, replicando na colônia algumas instituições presentes em Portugal. Prado Júnior (2011, p.320) ressalva: “[...] a falta de originalidade da metrópole no organizar administrativamente a colônia, a incapacidade por ela demonstrada em criar órgãos diferentes e adaptados a condições peculiares que não se encontrava no reino.”⁶. Outro elemento importante, segundo Caio Prado, é que a o Brasil não constitui uma unidade para efeitos da administração metropolitana.

O que havia nesta banda do oceano, aos olhos dela, eram várias colônias ou províncias, até mesmo ‘países’, se dizia às vezes, que, sob o nome oficial de *capitanias*, se integravam no conjunto da monarquia portuguesa, e a constituíam de parceria com as demais partes dela: as províncias do reino de Portugal e as do de Algarve, os estabelecimentos da África e do Oriente. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 322, grifo do autor).

A capitania forma a maior unidade administrativa da colônia. Para a administração geral havia o Conselho Ultramarino, no qual transitava grande parte dos negócios da colônia. Sua função não era restrita à direção geral, pois acabavam entrando no conhecimento de todos os assuntos coloniais na medida em que cabia-lhes resolver em segunda instância. O governador era o chefe supremo da capitania e sua função era essencialmente militar, contudo, suas competências extrapolavam a acima definida. Nas palavras de Caio Prado (2011, p. 326): “[...] o governador é a cabeça de toda a administração em geral.”. Este autor reforça que as demais autoridades da colônia, mesmo de categoria inferior, funcionavam como contrapeso à autoridade do governador. Isto se deve porque elas não se subordinavam totalmente à autoridade superior como simples cumpridores de ordens. A falta de simetria e organização hierárquica é uma das grandes críticas deste autor:

[...] a falta de organização, eficiência e presteza do seu funcionamento. Isto sem contar os processos brutais empregados, de que o recrutamento e a cobrança dos tributos são exemplos máximos e índice destacado do sistema geral em vigor. A complexidade dos órgãos, a confusão de funções de competência; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desconstruída e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verborragia abundante em que não faltam às vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas

⁶ As “donatarias” representaram uma inovação institucional. Contudo, com o desaparecimento dos donatários de maneira rápida fez com que fossem substituídos pelos governadores e capitães-generais (PRADO JR., 2011).

que se percorrem em lentos barcos a vela; tudo isto, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial. E com toda aquela complexidade e variedade de órgãos e funções, não há, pode-se dizer, nenhuma especialização. Todos eles abrangem sempre o conjunto dos negócios relativos a determinado setor, confundindo assuntos os mais variados e que as mesmas pessoas não podiam por natureza exercer com eficiência. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 353-354).

Caio Prado delimita como setores essenciais da economia colonial os que se voltam à produção de mercadoria exportáveis. O primeiro é a agricultura, que teve como primeira base a produção de açúcar⁷. Ao discorrer sobre a organização das grandes propriedades rurais da colônia açucareira, Prado Júnior (1970) aponta o engenho - conjunto da propriedade canavieira com suas terras e culturas - como elemento central. Metaforicamente, é um mundo em miniatura que concentra e resume a vida dessa parcela da humanidade. O engenho é um estabelecimento complexo, que compreende diversas construções e aparelhos mecânicos: moenda, caldeira, casa de purgar, além da habitação dos senhores (casa grande) e dos escravos (senzala). O número de escravos é variável e os trabalhadores livres são raros, apenas em funções de direções e nas especializadas.

O segundo setor é a mineração. Em 1696 fazem-se as primeiras descobertas de ouro no centro do Brasil. Os achados se multiplicam e foi atingido, em meados do século XVIII, a maior área de extensão geográfica e seu mais alto nível de produtividade. Caio Prado Júnior (1970) destaca a mineração por seu regime minucioso e de rigorosa disciplina, diferente do que se deu na agricultura:

[...] para dirigir a mineração, para fiscalizá-la e cobrar o tributo (o quinto, como foi denominado) criava-se uma administração especial, a Intendência de Minas, sob direção de um superintendente; em cada capitania em que se descobrisse ouro, seria organizada uma destas intendências, que independia inteiramente de governadores e quaisquer outras autoridades da colônia, e se subordinava única e diretamente ao governo metropolitano de Lisboa. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 58).

Caio Prado apresenta dois tipos de organização da indústria mineradora. O primeiro é o das lavras (organização que corresponde ao período áureo da mineração), que são estabelecimentos que dispunham de um alto aparelhamento especializado, sob única direção, e que reunia vários trabalhadores, majoritariamente escravos africanos. Do lado oposto estão os fiscadores, que são indivíduos isolados munidos de instrumentos rudimentares caracterizador por serem nômades. Este autor afirma que em maior ou menor proporção a atividade desse

⁷ É sabido que a produção brasileira não se restringiu ao açúcar. Desenvolveu-se o cultivo de tabaco, algodão, cacau. Tais produtos tropicais tinham mercados de dimensões menores, porém, constituíram-se como base da agricultura brasileira.

segundo tipo sempre existiu na mineração. Seu volume tendeu a aumentar com a decadência do ouro. Alguns dos fiscadores eram trabalhadores livres e outros eram escravos, que tinham que entregar uma quantidade fixa de ouro para seus senhores.

Prado Júnior também destaca a produção de diamante no Brasil, que contam com os primeiros achados em 1729. Essa exploração, que, inicialmente, era outorgada para algumas pessoas que eram obrigadas a pagar uma quantia fixa pelo direito de exploração, passou a ser exclusiva da Real Fazenda em 1771. A decadência do diamante foi mais ou menos paralela à do ouro. Por turno, ele enumera algumas causas.

O fator principal foi o esgotamento das jazidas⁸. Outro importante ponto refere-se à deficiente técnica de exploração, que não permitiu dedicar-se à pesquisa e entranhar-se no solo para encontrar depósitos mais profundos. A terceira causa refere-se ao sistema geral de regulamentação da atividade.

Não se deu um passo para introduzir na mineração quaisquer melhoramento; em vez de técnicos para dirigi-la, mandava-se para cá cobradores fiscais. O pessoal com que se formava as intendências eram burocratas gananciosos e legistas incumbidos de interpretar e aplicar os complicados regulamentos que se destinavam, quase unicamente, a garantir os interesses do fisco. Não se encontra nelas, durante um século de atividades, uma só pessoa que entendesse de mineração. E enquanto os mineradores se esgotavam com o oneroso tributo que sobre eles pesava, qualquer crítica, objeção ou simples dúvida era imediatamente punida com castigos severos. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 63).

O terceiro setor das grandes atividades fundamentais da economia colonial é o extrativo, que esteve circunscrito quase exclusivamente ao vale do Amazonas. Tratava-se de uma exploração primitiva e rudimentar e de caráter não permanente. Tal atividade organizou-se de forma diferente, na medida em que não teve por base a propriedade territorial. No entanto, não apresenta distinção com relação à organização do trabalho e estruturação econômica. Mesmo não sendo proprietário fundiário, o empresário dirigia e explorava uma vasta mão de obra que trabalhava para ele sob seu comando (PRADO JÚNIOR, 2011).

Para além das atividades essenciais, Caio Prado elenca as denominadas de segunda ordem, são elas: pecuária e subsistência. Tais atividades são assim descritas, pois não representam a “razão se ser” da colônia, nas palavras de Prado Júnior (1972, p. 44): “Tudo é mais acessório daquela função comercial.”

⁸ Ele explica que o ouro brasileiro é, em sua grande maioria, de aluvião e se encontra no leito do curso das águas e em suas margens. “Ele resulta de um processo geológico milenar em que a água, tendo atacado as rochas matizes onde antes de concentrava o metal, o espalhou por uma área superficial extensa” Caio Prado (1970, p. 62).

A análise da economia de subsistência é muito importante por apresentar características próprias, mas também por fornecer conclusões de grande relevo na vida e evolução econômica da colônia. Subjacente ao setor exportador, essa economia apresenta outras formas e tipos de organização. No meio rural, a produção de gêneros alimentícios, de um modo geral, era caracterizada por sua autonomia em prover suficientemente a sua subsistência. Incluídas no próprio domínio da grande lavoura, praticava-se subsidiariamente no terreno dedicado à cultura principal ou em terras a parte destinados a esse fim. Segundo Prado Júnior (1970), formou-se um tipo de exploração rural diferente, cuja organização se aproxima do tipo camponês europeu. Esse autor afirma que a população indígena teve um papel importante para essa classe de pequenos produtores, que raramente possuía algum escravo.

A pecuária - atividade ligada à subsistência – se desenvolveu no sertão nordestino, com vistas ao abastecimento do litoral norte, e no Rio de Janeiro e São Vicente, para o abastecimento nos núcleos coloniais do sul. Por apresentar uma posição secundária, a ocupação no Nordeste se estabeleceu em terras desfavoráveis para realização dessas atividades. Caio Prado (1970) evidencia as precárias condições e qualifica a produção nordestina por seu pouco valor, baixa produtividade e ínfima qualidade (fornecia no máximo 120 kg por animal). Na região sul, o produto apresentava uma maior qualidade, tendo em vistas as condições naturais mais favoráveis.

Este papel secundário da pecuária e do abastecimento alimentar da colônia, marcou profundamente sua formação e evolução econômica. De um modo geral, este contexto apresentou interferências diretas na subsistência biológica da população. Segundo Caio Prado, o quadro da vida colonial é marcado por dois extremos: abundância e fome.

A população colonial, com exceção apenas das classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição. A urbana naturalmente sofrerá mais; mas a rural também não deixará de sentir os efeitos da ação absorvente e monopolizadora de cana-de-açúcar, que reservara para si melhores terras disponíveis [...] (este é o) quadro característico da vida da colônia: de um lado abundância, propriedade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 44).

Na medida em que as instituições e a estrutura da sociedade colônia foram moldadas pelo caráter comercial, Caio Prado Júnior (2011, p. 129) resume seus os traços fundamentais: “[...] de um lado, essa organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 129).

Depreende-se que a análise de Caio Prado está em consonância com afirmação de Chang (2001), que assinala que as instituições são importantes para determinar quem pode participar das trocas, bem como para especificar o modo dessa participação. Aguilar Filho (2019) chega a essa mesma conclusão em seu estudo e afirma que a restrição ao mercado ocorreu pelo lado da demanda e da oferta. No tocante a este último, tem-se que a estrutura produtiva da colônia – baseada na grande exploração, monocultura e trabalho escravo – limitou a circulação de mercadoria internamente. Já pelo lado da demanda, a concentração de renda impulsionava o significativo fluxo de importações pelas elites e o baixo consumo pela população. Como resultado, observa-se o atrofiamento do mercado interno e o contexto de pobreza e fome vivido por parte da maioria da população.

Uma estrutura social como esta não oferece condições favoráveis para servir de base a um mercado que se apresente oportunidades comerciais interessantes às atividades produtivas. **A demanda efetiva nesse mercado se dividirá em dois setores praticamente exclusivos**, ou largamente predominantes: **de um lado, um consumo de padrão elevado** – o da categoria privilegiada da população – **que a produção da colônia não está em condições de atender, e que será satisfeita essencialmente pela importação [...]** e que de qualquer modo expressão quantitativa global muito pequena, porque aquela categoria privilegiada é numericamente insignificante. **O outro setor da demanda efetiva é de consumidores que embora constituindo a massa da população, são de nível econômico extremamente baixo, ou se acham fora do comércio, como os escravos.** Não apresentam, por isso, apesar de seu grande número, uma demanda efetiva global apreciável. **E assim o mercado colonial interno e seus diferentes setores se mostram, embora por motivos diferentes, mas coincidentes em seus efeitos de conjunto, muito limitados, e incapazes por isso de oferecerem perspectivas apreciáveis à produção.** (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 49, grifo nosso).

Outro importante aspecto ao analisar os escritos de Caio Prado refere-se à discussão sobre capitalismo. Embora sejam escassas as referências diretas à obra de Marx, observa-se claramente sua adesão a tal *approach* teórico. Prado Júnior não afirma que houve relações sociais capitalistas da colônia portuguesa. Contudo, ao abordar a colonização no quadro amplo de formação e consolidação do sistema capitalista, esse autor evidencia o caráter “capitalista” das unidades produtivas coloniais escravistas.

Ao analisar a escravidão colonial brasileira na perspectiva de Caio Prado, Ferrari e Fonseca (2011) argumentam que o caráter capitalista das colônias latino-americanas é desvendado tão logo o “sentido da colonização” imprimia sua evolução. Não se pode afirmar que houve capitalismo nas colônias, pois tampouco existia na Europa. Mas as colônias faziam parte deste sistema, à medida em que este se constituía⁹.

⁹ O debate sobre quando se formou efetivamente as relações capitalistas de produção no Brasil será aprofundado no próximo capítulo.

A coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha no período que compreende os anos de 1580 a 1640. Este fato histórico é visto com extrema importância para compreender as subsequentes transformações políticas e econômicas vivenciadas por Portugal e sua colônia. Caio Prado (1970) destaca a frágil posição dos portugueses ao fim da dominação espanhola: efetivamente, só lhe restaram a colônia brasileira – em que a soberania portuguesa corria risco – e algumas posses na África, que valia apenas como fornecedores de escravos. A análise deste autor se direciona para a apreensão das mudanças na política de Portugal com sua colônia, na medida em que a existência do reino português passou a depender exclusivamente da colônia brasileira, assim, eles buscaram tirar o maior proveito possível dessa relação.

Com o empobrecimento de Portugal houve, em meados do século XVII, uma considerável emigração para o Brasil. As consequências desse processo foram, inicialmente, um crescimento populacional e expansão da colonização, invadindo áreas que legitimamente era da Espanha. Posteriormente, houve um grande distúrbio do equilíbrio econômico e social da colônia, tendo em vista os conflitos gerados pela concorrência dos recém-chegados com os já estabelecidos. Como reflexo desse processo, Caio Prado observa uma centralização da política e administração metropolitana com relação ao Brasil enfraquecendo, por consequência, as autoridades locais. Atrelado a isto, estava a nova política econômica, que reservava exclusivamente aos portugueses o comércio e o direito de se estabelecer no Brasil.

O pacto colonial impedia a produção de qualquer gênero que não interessasse à metrópole e o seu comércio, ou que fizesse concorrência a produção local. Prado Júnior (1970) afirma que a nova política da metrópole, que substituíra o liberalismo do passado, buscou compensar o que se perdera no setor oriental. Tal objetivo só seria alcançado com um regime de restrições econômicas e opressão administrativa, em contrapartida, abafou a maior parte das possibilidades para o país.

O Brasil vivenciou no final do século XVIII um “renascimento” da agricultura. Diversos acontecimentos políticos e econômicos foram importantes para tal fato, a saber: Guerra da Independência dos EUA, Revolução Francesa, posteriormente as guerras napoleônicas, o colapso do Haiti, dentre outros.

Caio Prado (1970) destaca o papel da Companhia Geral do Comércio do Grã Pará e do Maranhão como essencial para o progresso do plantio do algodão na região. Ao perceber a crescente importância deste produto no comércio internacional, a companhia se antecipou e forneceu crédito, escravos e ferramentas para o desenvolvimento da cultura. Ele também destaca que tal progresso foi facilitado pela simplicidade da produção. Esta se disseminará pelo território brasileiro, alinhando colônia entre os grandes produtores mundiais. No entanto, esse

acesso é momentâneo. O autor elenca a queda dos preços no começo do século XIX, a crescente produção americana e o não acompanhamento do desenvolvimento da técnica, como fatores que contribuíram para restringir a atividade no Brasil.

O “ressurgimento” dos produtos tropicais brasileiros (algodão, açúcar, arroz) é visto sob uma perspectiva de precariedade. Embora significativo, Prado Júnior (1970) afirma que foi um processo em termos mais quantitativo do que qualitativo. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura era nulo:

Continuava em princípios do século XIX, e mais por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase de ocupação; mas começavam já, pela insistência neles, a fazerem sentir seus efeitos devastadores. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 94).

O baixo nível técnico das atividades agrárias brasileira, segundo Prado Júnior, não é fruto apenas da incapacidade do colono. Ele argumenta que a problemática está no próprio sistema. Em suas palavras “[...] um sistema de agricultura extensiva que desbaratava com mãos pródigas uma riqueza que não podia repor.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 98). Assim, a solução do problema é de difícil solução, pois não se tratava apenas de educar os colonos e aperfeiçoar suas técnicas. A questão é mais densa, sendo necessário modificar o sistema através de profundas reformas econômicas e sociais:

Seja como for, é em condições precárias, apesar do bafejo providencial de conjunturas favoráveis, que a economia brasileira entra no século XIX; século que a liberdade e a livre concorrência pô-la-iam, em campo aberto, em face de adversários infinitamente mais bem aparelhados. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 98).

Caio Prado (1972, p. 43) caracteriza o período colonial por sua rigidez, as transformações “[...] são mínimas, e no essencial, podemos dizer que nenhuma. A estrutura econômica da colônia não se terá alterado, e será, no fundamental, aquela que procuramos resumir.”. O sistema econômico se limitou ao alcance de seus objetivos comerciais, tendo em vista sua forma de organização, e isso fez com que retroagisse sobre seu próprio processo de desenvolvimento. A tendência era consolidar cada vez mais tais objetivos e se fazer mais exclusivo. Dessa forma: “O efeito se torna causa, e contribui assim para reforçar o caráter originário.” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 48).

Tal contexto de rigidez institucional está alinhado com a argumentação de Chang e Evans (2000). Estes autores ressaltam a importância da agência humana no processo de transformação e argumentam que certos grupos ou organizações moldam as instituições com

base em seus interesses. Tais interesses são determinados internamente e a visão de mundo desses agentes é fundamental para acompanhar o processo de transformação. Nesta visão é concebida a possibilidade de “manipulação cultural”, e a posição dos indivíduos em relação às instituições, legitimando ou contestando, é essencial para a transformação delas.

A estrutura excludente da sociedade colonial é um dos primeiros aspectos para compreender sua imobilidade ou ossificação da estrutura, nas palavras de Caio Prado. Outro aspecto importante é o interesse por parte das classes abastardas pela manutenção do *status quo*. A mudança não era uma pauta, assim, a conservação das instituições sociais era desejável por esses grupos.

Transparece aí nitidamente o interesse de classe gerado nas circunstâncias peculiares do sistema socioeconômico da colonização, bem como nas contradições a que ele dá lugar. Era o apelo do lucro comercial que barrava na aplicação de medidas que iam ao encontro das necessidades da massa da população que não participava daquele lucro. Aprofunda-se, contudo, a análise da questão, indagando por que a cultura da cana seria tão lucrativa e por isso atraente, e a mandioca, pelo contrário, desinteressante e por isso desprezada, embora atendesse a uma necessidade muito mais importante e da grade maioria da população. Resulta isto, diretamente, do próprio sistema em que se organiza a economia colonial e se dispusera a estrutura social erigida sobre aquela base econômica e por ela condicionada. (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 48)

Em decorrência de tais condições, a economia colonial esteve restrita a uma evolução cíclica, subordinando-se à conjuntura do mercado internacional (PRADO JÚNIOR, 1972). Sob as bases lançadas por Roberto Simonsen, Caio Prado apresenta uma interpretação que relaciona o caráter da economia brasileira com sua evolução cíclica. Assim, os ciclos não seriam vistos como fenômenos isolados, mas como manifestações específicas de um fenômeno mais amplo, determinado pela vasta empresa colonial constituída com o objetivo de explorar recursos da colônia.

Essa evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um ‘mecanismo’, de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. Subordina-se, portanto, inteiramente a tais objetivos e não conta com forças próprias. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que é capaz de fornecer impulsiona o seu funcionamento e dá a impressão puramente ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou que se esgotem os recursos naturais disponíveis, para que aquela produção decline e pereça, tornando impossível manter a vida que ela alimentava (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 133).

Segundo Caio Prado (1972), os ciclos vão se repetir no tempo e no espaço até as vésperas da emancipação política brasileira. A partir de então, novas circunstâncias e situações

vão permitir que a economia brasileira ingresse em uma nova fase, caracterizada por transformações. Tais mudanças abriram novas perspectivas para a superação definitiva da velha estrutura socioeconômica erguida pela colonização. A compreensão deste processo é fundamental no pensamento de Prado Júnior e será amplamente debatida no próximo capítulo.

3.3 CELSO FURTADO: O CARÁTER ESCRAVISTA DA PRODUÇÃO COLONIAL

Celso Monteiro Furtado (1920-2004) é autor de um dos livros mais difundidos na historiografia econômica brasileira, o “Formação Econômica do Brasil”. Para apreciação de sua interpretação, faz-se necessário analisar outras obras que precedem tal livro, como por exemplo: sua tese de doutorado, intitulada *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII* escrita em 1948 e traduzida para o português em 2001, o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira* de 1950 e o livro *A Economia Brasileira* de 1954. Tem-se, contudo, o objetivo de investigar as bases e evolução de seu pensamento.

Ao discutir a formação da colônia brasileira, Furtado (2001) divide sua interpretação em fases¹⁰. A primeira é a pré-colonial, em que disserta sobre a economia do pau-brasil. Este foi o único objeto de valor identificado pelos portugueses em sua chegada ao Novo Mundo. A exploração comercial era o objetivo central, assim, de imediato foi declarado monopólio da Coroa, que confiou a atividade a um determinado grupo de mercadores de Lisboa.

Os índios têm um papel fundamental nesse período pelo seu trabalho na busca, corte, serragem e descascamento da madeira. Segundo Furtado (2001), dos primeiros e esporádicos contatos de Portugal com Santa Cruz emerge a escravidão, tendo em vista a natureza do trabalho.

Essa cooperação foi conseguida, frequentemente, com dádiva de objetos de mínimo valor comercial, que satisfaziam a fantasia silvícola. **O homem da terra pelo seu estágio inferior de cultura, não estava, porém, preparado para disciplina do trabalho sistemático e rotineiro.** Quando não puderam suprir essa deficiência com toda sorte de engodos, os portugueses apelaram para a força. E com o trabalho forçado generaliza-se a escravidão, já anteriormente praticada com a exportação de índios para Europa. **Nessa fase preliminar, ainda pré-colonial, a economia brasileira, já se podiam identificar os elementos que, posteriormente desenvolvidos, marcarão o sentido da economia do país nos séculos seguintes.** (FURTADO, 2001, p. 73, grifo nosso).

Por meio da forma de exploração, o Estado português condicionou, desde o início, uma das instituições sociais da futura colônia: a escravidão. Destacam-se também outros traços

¹⁰ Embora este autor utilize em alguns momentos o termo “ciclos”, verifica-se esse não possui o significado apresentado por Roberto Simonsen. Ele é empregado como sinônimo de fases.

fundamentais deste período, que igualmente podem ser identificados como *path dependence*, a saber:

- a) subordinação do país aos interesses comerciais do Reino;
- b) o monopólio da Coroa, que trabalha, entretanto, em acordo com a classe comercial;
- c) caráter destrutivo da exploração comercial.

Furtado refuta a aproximação entre capitânicas coloniais brasileiras e as instituições feudais. Ele argumenta que não se deve restringir à sua configuração jurídica, torna-se necessário partir da análise dos fatos, ou seja, da realidade das capitânicas como empreendimentos capitalistas. O que predominou foi o sentido de empresa privada. O donatário, através da mobilização de seus recursos, visava exclusivamente interesses econômicos. Assim, observa-se que o sistema de donatarias estava inteiramente dentro das “normas burguesas” (FURTADO, 2001).

As capitânicas eram simplesmente amplas concessões territoriais feitas a grandes capitalistas para que estes empreendessem a exploração agrícola do país. O objetivo da Coroa era duplo: a) promover a efetiva posse da terra, b) criar riquezas que constituíssem objeto de comércio. D. João III, sabe-se, acresceu as vantagens que tinha em vista inicialmente oferecer, em face do pouco interesse despertado entre os grandes capitalistas pelas terras brasileiras. (FURTADO, 2001, p. 83).

Embora não trate de forma direta, Furtado assinala o caráter capitalista ao abordar a colonização brasileira no quadro de expansão comercial portuguesa. Isto não significa dizer que o autor afirma que houve relações sociais capitalistas, mas que a colônia foi parte do sistema capitalista, à medida em que este se constituía.

Ao abordar a organização da produção brasileira Furtado (2001) aponta que o latifúndio era um imperativo na região tropical nos séculos XVI e XVII, na medida em que a aspereza desse meio impunha por si só a centralização, inviabilizando, assim, os pequenos empreendimentos¹¹.

A exuberância e o rigor da natureza tropical não permitiam, nos séculos XVI e XVII, a atividade econômica do homem isolado. O sistema agrícola da pequena unidade produtiva era impotente em face do meio tropical. Os insetos, a vegetação daninha, as grandes florestas e o rigor do clima tornavam o trabalho agrícola extremamente penoso. A necessidade de tudo prover e a insegurança coletiva, que faziam a vida difícil mesmo nas regiões de clima temperado, concorriam para agravar aquelas dificuldades. (FURTADO, 2001, p. 109, grifo nosso).

¹¹ Furtado (2001) esclarece que apenas o extremo Sul do Brasil escapa deste imperativo latifundiário. Os fatores elencados por este autor para explicar tal distinção são: as condições climáticas, que não são as mesmas da faixa equatorial, e a colonização dirigida com fins políticos.

Os objetivos comerciais se impuseram desde o início. O Estado português confiou à iniciativa privada a tarefa da colonização, concedendo a esse grupo isenção de tributos, uma legislação especial e uma honraria especial, o de “senhor de engenho”. A monocultura, por sua vez, se estabeleceu como única maneira de tornar tal tarefa lucrativa (FURTADO, 2001). Em referência a Caio Prado, Celso Furtado argumenta que a monocultura e latifúndio são correlatos e derivam das mesmas causas, tendo em vista os grandes capitais exigidos pela empresa colonizadora.

A importância deste regime monocultural na formação da sociedade brasileira é grandiosa. Segundo Furtado (2001), tal relevância se expressa em dois aspectos: fome e dependência do comércio externo. Este último é tão mais grave quanto se efetiva a especialização em um único produto, na medida em que a economia fica “refém” das oscilações de preços no mercado internacional, impactando diretamente sua evolução. Com relação ao primeiro aspecto, tem-se que, ao absorver totalmente a escassa e cara mão de obra, observou-se em toda a vida colonial uma carência de alimentos. Quando possível, os alimentos eram importados e a criação de gado foi relegada ao interior do país, que, por sua vez, promovia um abastecimento bastante precário.

A escravidão emerge como sustentáculo desse sistema latifundiário monocultural. Furtado (2001) tenta se afastar das explicações de cunho culturalista, que relacionam o fracasso do índio como escravo apenas ao seu atraso cultural. Ele assinala outros fatores como escassez relativa e dificuldade crescente de manutenção do indígena como escravo. Por turno, os negros possuíam uma tradição de contato com culturas superiores e traziam uma experiência de trabalho agrícola, ou seja, um melhor “aparelhamento” para o tipo de trabalho neste regime. O Estado português legitimou este direito de propriedade e, segundo Furtado (2001), buscou sempre auferir o máximo de lucro do tráfico de escravos. Eles instituíram imposto de entrada, revenda e de transferência de escravo para outras atividades. No fim do século XVII, a Coroa passou a monopolizar esse comércio.

Ao analisar a escravidão, Furtado (2001) buscou captar como tal instituição social influenciou na construção de tradições, convenções sociais e hábitos da sociedade colonial, em consonância com Caio Prado.

Por onde havia trabalho, aparece a figura do escravo. Furtado (2001) afirma que esses possuíam o monopólio do trabalho. Usando os termos de um cronista da época, os escravizados eram considerados “pés e mãos dos senhores”.

O trabalho livre recua diante do trabalho escravo. E, progressivamente, trabalhar vai se tonando uma coisa indigna para um homem livre. Ninguém quer se confundir socialmente com o escravo, e a maior característica do escravo é o trabalho. (FURTADO, 2001, p. 127, grifo nosso).

Para além da escravidão agir rebaixando a condição social do trabalho, Furtado (2001) elenca sua influência na classe senhorial e na vida moral e sexual do brasileiro:

A escravidão não abastarda menos aqueles que mandam do que aqueles que são mandados. A influência da escravidão na classe senhorial brasileira pode ser estudada no comportamento social e, mais estritamente, na formação dos hábitos de vida familiar. No primeiro caso, haveria a considerar a tendência do brasileiro para arbitrariedade e para o mandonismo. A tradição do “coronel”, que se firmará na vida política do país, pode ser diretamente entroncada no comportamento do senhor de escravos. A influência da escravidão na moral e na vida sexual do brasileiro só ultimamente vem sendo apreciada. Durante muito tempo se atribuiu, ora ao clima ora à raça negra, influências que hoje em dia são, com mais justeza, imputadas à escravidão. Sem negar outras possíveis influências, cumpre salientar que o desregramento sexual do brasileiro é uma consequência das relações de senhores com escravos, do abuso de posse da criatura humana. (FURTADO, 2001, p. 128, grifo nosso).

Para compreender a complexidade de tal instituição social é preciso levar em consideração dois fatos, segundo Furtado (2001, p. 129). O primeiro é que a escravidão se baseou no contato de culturas altamente distintas e muito distanciadas no seu nível de desenvolvimento. Em segundo lugar, se tratava do “[...] domínio de uma raça sobre a outra”. Por conseguinte, este autor denota a persistência, ou melhor, o *path dependence* desta instituição na evolução social brasileira:

O negro escravo era utilizado na sociedade estritamente como máquina de trabalho. Seu patrimônio cultural havia sido desagregado e nada se lhe oferecia em substituição. O negro era conservado na mais completa ignorância e – afora aqueles que iam para os trabalhos domésticos – inteiramente alheio ao sistema de valores da civilização em que ingressava malgrado seu. As consequências desse estado de coisas podem ser observadas na influência social do escravo, seja na daqueles que adquiriram a liberdade. O peso que representou a população negra, com seu atraso e desajustamento social, se fará sentir até nos dias de hoje. A diferença de raça vinha agravar os males da escravidão em si mesma. A raça seria o estigma que marcaria a decadência dos escravos, fazendo muito mais duradouras as consequências deletérias da instituição. (FURTADO, 2001, p. 129, grifo nosso).

A análise de Furtado se aproxima da visão de Caio Prado, na medida em que assinala a unidade produtora como célula social. Ao tratar o patriarcalismo, Celso Furtado (2001) reduz a importância das tradições do regime familiar português, e foca na compreensão da unidade de produção, que foi o grupo básico na formação da sociedade colonial.

Dentro dessa unidade de produção, apresenta-se a seguinte divisão do trabalho: de um lado os escravos, uma massa “amorfa”, sem direitos e reduzida à uma condição de “gado humano”; no outro lado, o “senhor de engenho”, dono dos meios de produção, terra e dos homens; e ao redor, estavam homens livres, os assalariados e autoridades religiosas (FURTADO, 2001).

O grande domínio colonial, segundo Furtado (2001, p. 133), “[...] se economicamente estava em certos aspectos inteiramente voltados para o exterior, em muitos outros encontrava-se voltado para ele mesmo.” Para esse autor, não se pode falar em isolamento cultural, na medida em que a classe dirigente estava a par das criações da elite metropolitana e importava bens de luxo. Tal isolamento foi vivenciado pelas classes subalternas, pois foi a forma encontrada de estabilizar socialmente esse domínio. Esses grupos, por sua vez, estavam privados de qualquer contato com o exterior bem como da possibilidade de viver fora do domínio. Por conseguinte, “[...] permaneceram numa completa imutabilidade e na inércia, condições propícias ao florescimento da minoria dominante.” (FURTADO, 2001, p. 133). Ou seja, a estrutura social tendeu a se ossificar.

O poder do “senhor de engenho” foi reforçado pela quase total ausência de autoridades públicas portuguesas. Furtado argumenta que mesmo com a criação de um governo geral sediado na colônia, este quadro não se alterou. Isto deve-se ao papel desempenhado pelo Estado português, que esteve limitado a auxiliar os senhores privados e a defesa contra o invasor estrangeiro. Por consequência, observou-se um reforço das autoridades locais. Como elucidado por Furtado (2001, p. 131): “Onde já não existe a lei persistem o costume das autoridades locais.” O senhor latifundiário era solicitado para solucionar os conflitos internos com base em instituições informais que emergiram deste contexto:

Um grupo social que se isola e se sente fora da ação de uma autoridade exterior procura criar os seus próprios órgãos reguladores, seu poder legiferador. Num grupo social primário – à base de contatos diretos – como eram os núcleos agrícolas coloniais, a tendência será naturalmente para a cristalização de normas e costumes locais. Os conflitos resultantes da transgressão dessas normas e costumes deviam cair sob jurisdição de uma autoridade local. Não será sem razão, assim, que o governo português abandonará ampla parcela do poder público aos senhores de engenho responsáveis pela produção. (FURTADO, 2001, p. 131-132).

Outra peculiaridade da sociedade colonial trazida por Furtado (2001) é o ambiente de intimidade criado pelo domínio patriarcal sobre escravos, mulheres e agregados. Aguilar Filho (2019) também identifica este elemento na interpretação de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Tal ambiente acomodou as distintas concepções de mundo e a noção de propriedade

privada, bem como fez das relações sociais a principal moeda de troca na sociedade colonial. Para o homem livre e pobre, tais relações constituíram-se a possibilidade de ganhar vida e dispor cargos importantes, e para os escravos era a oportunidade de reduzir a opressão já vivida (AGUILAR FILHO, 2019).

Celso Furtado incorpora em sua narrativa o marco interpretativo “sentido da colonização”. Sua análise é convergente com a Caio Prado Júnior, que vê a colônia portuguesa como uma grande empresa produtora de bens tropicais destinados ao mercado europeu. Ele evidencia o papel passivo que o Brasil desempenhou em sua formação e as consequências nefastas dessa lógica tanto para Portugal quanto para a colônia. A manutenção da mesma linha política, que engajou o reino português nas aventuras com as Índias, tornara-os dependentes estritamente da produção da colônia para cobrir suas importações. O comércio era a única atividade lucrativa, na medida em que a agricultura, o artesanato e as indústrias locais se processaram em decadência.

Como também destacado por Caio Prado, Furtado (2001) aponta para a primazia dos interesses do comércio frente aos da colônia, colocando, assim, o centro da gravidade econômica fora do país. O grosso dos benefícios do trabalho realizado na colônia fora desviado para além das fronteiras. Segundo o autor, a pequena fração de renda que permanece era absorvida no âmbito da vida privada de uma pequena minoria e administração, como já descrito, voltava-se apenas para segurança externa e os interesses do comércio.

Aponta-se um Estado que se limita a tutelar a atividade produtiva da colônia e um mercado excludente, reservado a determinados grupos. A consequência deste caráter da colonização foi a dependência externa e uma restrição ao desenvolvimento do mercado interno.

Celso Furtado, contudo, não compartilha com a visão de continuidade do “sentido da colonização” de Caio Prado. Para ele, há uma ruptura dada com o processo de industrialização brasileira, na medida em que a economia se “volta para dentro”¹². No entanto, ele indica um claro *path dependence*: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo, que se configuram como atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente (FURTADO, 2001).

Ao analisar o desenvolvimento da economia brasileira, Furtado (1950) assinala alguns fatores que promovem seu desequilíbrio¹³, são eles:

- a) uma persistente piora na relação de trocas;

¹² Este assunto será melhor detalhado no capítulo 4.

¹³ Furtado (1950) argumenta que mesmo com a inviabilidade de estabelecer uma relação causal, tais fatores estão intimamente relacionados entre si.

- b) uma elevação não menos persistente da taxa cambial;
- c) uma inflação crônica do meio circulante, motivada em grande parte por déficits orçamentários.

Este texto indica uma mudança nos termos do debate de Furtado sobre a economia colonial. Apresenta-se uma clara influência do ambiente da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), a qual ele passou a integrar em 1949.

A principal força do desequilíbrio decorre do primeiro fator supracitado. Segundo Furtado (1950), a economia colonial brasileira se baseava na exportação de poucos produtos primários e na importação de manufaturas leves e semielaboradas. Por meio do mecanismo de câmbio, tal estrutura facilita a socialização das perdas dos reduzidos grupos de exportadores para as amplas massas importadoras¹⁴.

Por conseguinte, o crescimento no Brasil não se efetuou através de uma seleção interna, como ocorre em nações industriais. Em tais países uma contração cíclica impõe a eliminação de empresas menos qualificadas. A socialização de perdas, por sua vez, transfere para a massa os prejuízos do mercado externo. Por outro lado, nas fases de alta conjuntura internacional, a economia brasileira cresceu exclusivamente pelo aumento de exportações, não se verificando, assim, aumento de produtividade e ampliação do mercado interno, como ocorre em economias industrializadas (FURTADO, 1950).

A colonização, promovida nestes termos, apresenta uma racionalidade predominantemente oposta à capitalista. O crescimento da economia se fez em benefício de grupos restritos, sem que o mercado interno atuasse no centro da economia do país. Esta forma de crescimento - que foi delineada no parágrafo anterior - é a base para traços fundamentais da economia brasileira, que são enumerados por Furtado (1950):

- a) socialização das perdas e a concentração dos benefícios em reduzidos grupos, farão surgir um espírito de elevados lucros que passará da agricultura para indústria; b) a baixa produtividade geral e o elevado nível de gastos da classe dirigente [...] tornarão extremamente exígua a poupança nacional; c) o espírito de elevados lucros e a escassa poupança determinarão uma elevadíssima taxa de juros; d) o crescimento somente em extensão da economia nacional, ligado a outros fatores que referimos, por um lado, e a elevação permanente da taxa cambial encarecendo os produtos importados, determinarão uma depressão permanente dos salários reais; e) os baixos salários da agricultura [...] darão a pauta dos salários nas demais atividades, reforçando por essa forma o espírito de elevados lucros a que antes nos referimos; f) a estagnação ou depressão dos salários reais impossibilitará o crescimento da economia nacional em profundidade, razão pela qual será muito lenta a formação do mercado interno; g) os lucros excessivamente elevados, a socialização das perdas, o controle parcial das atividades agro-exportadoras por grupos financeiros estrangeiros, o elevado preço do

¹⁴ Perda esta resultante da piora nas relações de trocas, que, como já citado, é uma tendência secular, e das reduções bruscas dos preços dos produtos primários por ocasião das crises.

dinheiro e a debilidade do mercado interno – **todos estes fatores concorrerão para retardar a formação no país de um autêntico espírito de empresa, condição básica do desenvolvimento de uma economia capitalista** (FURTADO, 1950, p. 12, grifo nosso).

Nos escritos posteriores de Celso Furtado sobre a economia colonial, observa-se sua preocupação em analisar mais detidamente a unidade de produção escravista e seus mecanismos de capitalização, defesa e possibilidades de evolução. Verifica-se também um afastamento das ideias culturalistas sobre a escravidão. No livro *Formação Econômica do Brasil* ela deixa de existir e este autor passa a tratar a escravidão indígena de forma mais funcional. Furtado (2007) evidencia a importância da utilização do trabalho escravo nativo na etapa inicial da colonização, na medida em que o esforço inicial de acumulação de riqueza é maior. Para ele, o escravo africano chegou para a expansão da empresa já instalada. Superados as dificuldades de instalação – quando a rentabilidade da empresa comercial é assegurada– ele se torna base desse sistema de produção.

Segundo Furtado (2007), concorrem para o êxito da primeira empresa colonial europeia utilização do trabalho escravo e o poder financeiro dos holandeses. Esses últimos contribuíram não só com capitais para refinar e comercializar os produtos, como também financiaram a instalação produtiva e importação de mão de obra escrava. A utilização de trabalhadores europeus tornaria inviável economicamente a empresa colonial, tendo em vista as grandes inversões requeridas e o contexto de escassez de mão de obra e utilização crescente do trabalho escravo em Portugal no século XVI. A escravidão é tida como “condição de sobrevivência para o colono europeu na nova terra”.

Celso Furtado (1954; 2007) apresenta uma análise singular no que se refere às características da economia colonial escravista, questionando suas possibilidades efetivas de expansão e evolução estrutural. Ao examinar o processo de formação de renda e acumulação de capital, ele destaca o elevado montante de capitais investidos na pequena colônia ao final do século XVI, estimado em 1,8 milhão de libra aproximadamente. Por sua vez, a renda gerada na colônia estava fortemente concentrada nas mãos dos proprietários de engenho (cerca de 90%) e apenas uma pequena parte se destinava a gastos com transporte, armazenamento, assalariados dos engenhos, gado para tração e lenha para fornalhas (FURTADO, 2007).

Esse autor esclarece que parte considerável dessa renda era despendida com bens de consumo importados. No entanto, existia nessa economia uma enorme capacidade de capitalização, sendo suficiente para duplicar a capacidade produtiva a cada dois anos. Segundo Furtado (2007), a superprodução foi evitada tendo em vista a íntima coordenação entre as etapas

de produção e comercialização. Em outras palavras, na medida em que grande parte dos capitais pertenciam aos comerciantes, parte da renda permanecia fora da colônia na mão de não residentes.

As possibilidades de expansão e evolução estrutural da economia exportadora escravista são examinadas por meio de uma comparação dos efeitos de inversão nela e em uma economia industrial. Nesta última, o investimento aumenta a renda da coletividade em quantidade idêntica à mesma, na medida em que se transforma em pagamento de fatores de produção. Por outro lado, em uma economia colonial exportadora escravista, parte da inversão se transforma em pagamentos feitos no exterior, como a importação de mão de obra, equipamentos e materiais de construção. Entretanto, a maior parte da inversão é originada na utilização do trabalho escravo. Na medida em que o custo de reposição e manutenção dessa mão de obra e o valor do produto desse trabalho é lucro para o empresário, a nova inversão fazia crescer a renda apenas no montante de lucro. Segundo Furtado, o incremento da renda não tinha expressão monetária, tendo em vista que não era objeto de pagamento (FURTADO, 1954, 2007).

De forma similar estão os gastos com o consumo. Uma parte gasta no exterior, através da importação de artigos de consumo, e outra na utilização da força de trabalho escravo para realização de serviços pessoais, não dando origem também a um fluxo de renda monetária. Observada em seu conjunto, a renda monetária da economia colonial revertia-se em sua quase totalidade às mãos do próprio empresário. Essa renda expressava-se no valor das exportações e a quase totalidade dos dispêndios no valor das importações. Por turno, a diferença entre o dispêndio total e o valor das importações era traduzido pelo movimento das reservas monetárias, entrada líquida de capitais e serviços financeiros de fatores de produção de não residentes (FURTADO, 1954, 2007).

O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em seu conjunto, e o exterior. Pertencendo todos os fatores ao mesmo empresário, é evidente que o fluxo interno de renda se transformava em simples operações contábeis, reais ou virtuais. Não significa isso que essa economia fosse de outra natureza não monetária. Tendo cada fator um custo que se expressa monetariamente, o custo final do produto também tinha uma expressão monetária, e o empresário deveria de alguma forma saber como combinar melhor os fatores para reduzir aquele custo. (FURTADO, 1954, p. 76, grifo nosso).

Frente a esta conformação, Furtado (1954, 2007) argumenta que o crescimento da empresa escravista tendia a ser puramente em extensão, isto é, sem qualquer modificação sensível na estrutura do sistema. Ele também alega que não havia nenhuma possibilidade de

que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. A economia escravista dependia, quase exclusivamente, da procura externa. Entretanto, sua estrutura tornava-se bastante resistente aos períodos de arrefecimento à procura:

A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições de mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa. (FURTADO, 2007, p. 91).

Para entender como se estabeleceu um dos importantes traços do da evolução da economia brasileira, Furtado argumenta que é preciso analisar a decadência da economia açucareira *pari passu* a outro sistema econômico, a atividade criatória. Em sua etapa inicial, a expansão da pecuária no Nordeste foi induzida pela economia açucareira. Tratava-se de uma atividade com pouca expressão, constituída pelo gado vendido no litoral e pela exportação de couro, e estima-se que a renda total não excedia cinco por cento das exportações do açúcar (FURTADO, 2007).

Sobre as possibilidades de crescimento desse novo sistema, Furtado (2007) indica a disponibilidade de terras como condição fundamental e afirma que os limites a essa expansão estavam ligados apenas ao lado da procura. Segundo o autor, não houve obstáculos no que se refere à capacidade empresarial¹⁵ nem limitantes pelo lado da oferta. Até a metade do século XVII, período de rápido crescimento da produção do açúcar, verificou-se a grande penetração nos sertões nordestinos. Referente a esse processo de crescimento extensivo, Furtado apresenta importantes considerações:

A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação – em escala reduzida – de mão-de-obra. A possibilidade de crescimento extensivo exclui qualquer preocupação de melhora de rendimentos. Por outro lado, como as distâncias vão aumentando, a tendência geral é no sentido de redução da produtividade da economia. Dessa forma, excluída a hipótese de melhora nos preços relativos, à medida que ia crescendo a economia criatória nordestina, a renda média da população nela ocupada ia diminuindo, sendo particularmente desfavorável a situação daqueles criadores que se encontravam a grandes distâncias do litoral. (FURTADO, 2007, p.99).

¹⁵ “Essa atividade apresentava para o colono sem recursos muito mais atrativos que as ocupações acessíveis na economia açucareira. Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de gado [...] Tudo indica que essa atividade era muito mais atrativa para os colonos sem capital, pois não somente da região açucareira mas também da distante colônia de São Vicente muita gente emigrou para dedicar-se a ela.” (FURTADO, 2007, p. 98-99).

O processo de decadência da economia açucareira foi lento, tendo em vista sua capacidade de resistências às crises. Segundo Furtado (2007, p. 101), a forma com que assume os dois sistemas econômicos da economia nordestina – o açucareiro e o criatório – em tal processo “[...] constituem elementos fundamentais na formação do que no século XX viria a ser a economia brasileira.”.

Com a redução dos estímulos dinâmicos externos, a economia açucareira passa de uma situação altamente favorável para outra de rentabilidade mais baixa. A persistência desse contexto no longo prazo promove uma desorganização das unidades produtivas, em benefício daquelas que apresentam condições mais favoráveis de terra e transporte. No caso das atividades criatórias, observa-se o crescimento relativo do setor de subsistência. A redução da renda monetária se acentuava à medida que se distanciava do litoral e os criadores dessa região se tornavam “submarginais” (FURTADO, 2007, p.105).

Como nesta região a atividade de menor produtividade era a que apresentava melhores condições de alimentação, houve uma intensa migração em função do prolongamento do processo de depressão da economia do açúcar. Essa é a explicação, segundo Furtado (2007), para o crescimento populacional neste período¹⁶. Tal crescimento, contudo, constituiu um processo de involução econômica, na medida em que o setor de maior produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário crescia. A economia nordestina se forma nestes moldes e Furtado ressalta o *path depende* no seu processo de evolução.

A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. **A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores** – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial agrícola mais rentável de todos os tempos. (FURTADO, 2007, p. 106, grifo nosso).

A interpretação de Furtado (2007) sobre o período que Portugal esteve reunido à Espanha evidencia a posição débil que esse primeiro encontrara ao final dessa dominação. Esse autor esclarece que a evolução da colônia será marcada por esse novo rumo que toma Portugal como potência colonial. Ele assinala não só fatores econômicos - com a perda do comércio oriental e desorganização do mercado do açúcar - como também os fatores políticos, dado o não reconhecimento da independência de Portugal pela coroa espanhola por mais de um quarto de século.

¹⁶ Tal período compreende a segunda metade do século XVII ao final do século XVIII.

O principal acontecimento na história da América no século XVII, sob a perspectiva brasileira, foi o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado de produtos tropicais. A produção nas Antilhas francesas e inglesas têm uma enorme influência dos holandeses, que, após sua expulsão da costa brasileira, se empenharam em formar fora do Brasil um importante núcleo de produção de açúcar. Segundo Furtado (2007), as consequências da ruptura do sistema cooperativo dos portugueses com os holandeses foram mais duradouras que a ocupação militar no litoral nordestino. O resultado foi a desarticulação do sistema e a perda de monopólio de produção:

A etapa de máxima rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada. O volume das exportações médias anuais da segunda metade do século XVII dificilmente alcança cinquenta por cento dos pontos mais altos atingidos em torno de 1650 [...] tudo indica que a renda real gerada pela produção açucareira estava reduzida a um quarto do que havia sido em sua melhor época. (FURTADO, 2007, p. 44).

Em meio a fragilidade econômica e política da Coroa portuguesa, Furtado (2007) descreve como inevitável a alienação de parte de sua soberania à Inglaterra, grande potência imperialista. Segundo o autor, os acordos que estruturaram essa aliança, que datam de 1642, 1654 e 1661, marcaram profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes. Por turno, eles permitem explicar a persistência do pequeno e empobrecido reino como grande potência colonial na segunda metade XVII e sua recuperação no século XVIII.

Referenciando Alan K. Manchester, Celso Furtado (2007) classifica Portugal como vassalo comercial da Inglaterra. No entanto, ele ressalta que essas garantias de sobrevivência não solucionavam o problema fundamental de decadência da colônia, tendo em vista a desorganização do mercado do açúcar. As dificuldades econômicas continuavam a se agravar e repetiam-se as desvalorizações monetárias. Contudo, o desenvolvimento da produção do ouro, no primeiro decênio do século XVII, modificara os termos desse problema.

Celso Furtado (2007) apresenta algumas diferenças da economia mineira com a açucareira. A forma de organização do trabalho permitia que o escravo circulasse em um meio social mais complexo. Embora a base da economia fosse o trabalho escravo, o autor destaca que em nenhum momento eles chegaram a ser maioria da população¹⁷. Referente ao homem livre, as possibilidades de sua ascensão social eram significativamente maiores nessa economia,

¹⁷ Segundo Furtado (2007), muitos escravos chegaram a trabalhar por conta própria e pagavam uma quantidade fixa ao seu “senhor” periodicamente. Neste contexto, as possibilidades de um escravo comprar sua liberdade eram mais elevadas que na economia do açúcar.

na medida em que o capital que imobilizava por unidade de produção ou por escravo era muito menor comparado a um engenho de açúcar. Outro elemento de diferenciação se relaciona à organização de toda a economia, que é caracterizada pela modalidade da empresa, capital fixo reduzido (dado a incerteza), alta lucratividade e, por consequência, elevada especialização.

Na análise sobre o fluxo de renda desta economia, Furtado (2007) argumenta que, mesmo apresentando uma renda média inferior quando comparado à renda da economia açucareira, seu mercado apresentava maiores potencialidades. Nessa economia, a renda estava menos concentrada, tendo em vista que a proporção da população livre era maior. Esses fatores induziam uma composição da procura em que o mercado de bens de consumo corrente encontraria maior espaço. Além disso, a população estava em grande parte reunida em aglomerações urbanas ou semi-urbanas, e a distância dos portos encarecia os produtos importados. Tudo isto favorecia o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno, ao contrário do que ocorria na região açucareira.

Com o desenvolvimento da economia mineira, a pecuária já existente na região Sul encontrou um ambiente favorável para sua expansão¹⁸. Além do mercado de gado para corte, criou-se um mercado para animais de carga. A tropa de mulas era a base do sistema de transporte nessa região. Considerada em conjunto, Furtado (2007) aponta que a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao da economia do açúcar; e que seus benefícios para as regiões vizinhas foram maiores do que recebeu o sertão nordestino. Através de seus efeitos indiretos, essa economia permitiu uma articulação entre as diferentes regiões do Sul do país.

Ao contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul do país a pecuária preexistiu a mineração [...] Essas dissintas regiões [Piratininga, Rio Grande e Mato Grosso) viviam independentemente e tenderiam provavelmente a desenvolver-se, num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que as articulassem. A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas. Por um lado, elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro lado, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores. É um equívoco supor que foi a criação que uniu essas regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira. (FURTADO, 2007, p. 123).

¹⁸ Tal atividade subsistia pela exportação de couro e apresentava baixa produtividade. Com o advento da economia mineira, Furtado (2007) afirma que a pecuária sulista passou por uma verdadeira “revolução”.

Embora todo o contexto favorável ao desenvolvimento do mercado interno, Furtado (2007) argumenta que tal oportunidade de desdobramento e aprofundamento do tecido econômico foi perdida. Ele atribui, em maior medida, à incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável. Ao resgatar o *Tratado de Methuen* (1703), Celso afirma que esse destruiu o pequeno desenvolvimento manufatureiro português em fins do século anterior. Em menor medida, ele aponta à proibição de instalação de manufaturas no Brasil em 1785:

Houvesse chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer. (FURTADO, 2007, p. 126).

Na ausência da capacidade técnica, Frutado (2007) ressalta que o afluxo do ouro brasileiro beneficiou a Inglaterra, reforçando sua posição manufatureira e seu setor bancário. Por turno, esse país era dotado de melhores condições para abastecer o mercado luso-brasileiro em rápida expansão. Dessa forma, não se criaram, na região mineira, formas permanentes de atividade econômica, à exceção de uma pequena agricultura de subsistência. O declínio do ouro se traduziu na atrofia econômica rápida e geral, desarticulando a mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando a população na economia de subsistência de baixíssima produtividade.

O último quartel do século XVIII foi caracterizado por uma nova etapa de dificuldades para colônia. A renda per capita estava em torno de cinquenta dólares, sendo, provavelmente, o mais baixo observado em todo período colonial (FURTADO, 2007). Contudo, os acontecimentos políticos¹⁹ que sucederam foram favoráveis a todos os produtos da colônia, que se beneficiaram com a elevação dos preços internacionais. Observa-se, então, um crescimento das exportações dos produtos agrícolas entre os anos 80 do século XVIII e o fim da era colonial. No entanto, tal ressurgimento se apresentou sob bases muito precárias:

Entretanto, essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava. (FURTADO, 2007, p. 141).

¹⁹ Destacam-se: Guerra da Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa, guerras napoleônicas e Revolução haitiana.

Analisando o conjunto da economia brasileira, Furtado (2007) a apresenta como uma constelação de sistemas, em que alguns possuíam algum tipo de interrelação, enquanto outros permaneciam totalmente isolados. No primeiro caso, estavam a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão, que se interligavam, de maneira fluida e imprecisa, por meio do “hinterland” pecuário. E de forma autônoma encontrava-se o Pará, que vivia exclusivamente da economia extrativa florestal com base na mão de obra indígena. Segundo o autor,

O conjunto dessas unidades produtivas não chegava a constituir, portanto, um sistema econômico. Não existia entre as mesmas o grau de interdependência que é característica de um sistema. Observadas dentro de uma perspectiva ampla, aquelas unidades produtivas vinham a ser, cada uma delas, pontos terminais de uma corrente comercial. Era do ponto de vista dessa corrente que as distintas unidades produtivas podiam ser consideradas como um todo. (FURTADO, 1954, p. 79).

Através de uma apreciação aos escritos de Furtado (1954; 2007), observa-se que a categoria fundamental em sua análise da economia colonial é o caráter escravista e não os ciclos de produção. A abundância de terras, juntamente à utilização de mão de obra escrava, levou tal economia a se caracterizar pelo crescimento extensivo. Assim, a produção crescia pela incorporação de novas terras e compra de mais escravos, sem que houvesse evolução nas técnicas ou aumento de produtividade.

A estrutura escravista era mantida, estivesse a economia em uma fase de expansão ou em uma contração, pois o custo monetário era mínimo. Ela era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem alterar a sua estrutura. Furtado nega a possibilidade de que um impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão. Assim, eternizara-se uma economia exportadora, com riqueza concentrada e pequena dimensão de mercado interno.

Contudo, tal caráter só se altera quando se manifestou o problema de mão de obra, frente à expansão cafeeira. O trabalho assalariado do imigrante europeu foi o embrião de uma economia de mercado interno que gerou a integração do setor exportador com o setor de subsistência; e com o agravamento do desequilíbrio externo, na década de 1930, houve um “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira. Esses são os temas a serem tratados nos próximos capítulos.

4 OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, ABOLIÇÃO DO TRABALHO SERVIDO E TRABALHO ASSALARIADO

O foco do presente capítulo são os desenvolvimentos ocorridos ao longo do século XIX, com primazia dada à independência e consequente formação do Estado Nacional, a abolição do trabalho servil, a imigração e a constituição do mercado de trabalho assalariado. Tal como nos demais capítulos, iniciaremos com a análise de Roberto Simonsen, passando para Caio Prado Júnior e finalizando com a visão de Celso Furtado.

4.1 ROBERTO SIMONSEN: A TRANSFERÊNCIA DA COROA PORTUGUESA PARA O BRASIL E A INVERSÃO POLÍTICA

Na interpretação de Simonsen sobre a história econômica do Brasil do século XIX, preponderam os elementos externos à economia da colônia para a explicação das mudanças que aconteceriam em direção à formação de um Estado independente e as mudanças institucionais no que tange ao modo de trabalho. A chegada da Corte encontra-se como elemento de maior relevância para o desencadeamento de um movimento político emancipacionista e transformação da economia nacional.

Simonsen (1969) aponta que internamente, já no século XVIII, havia a formação de alguns sentimentos no sentido de autonomia brasileira. A estabilização da vida de portugueses em território colonial, o progresso e a formação de capital nesse período, o papel crescente da economia da colônia sobre a metrópole e duas regiões, Norte e Sul, com a formação de uma consciência de autonomia econômica – a primeira pela expansão de suas riquezas e a segunda pelo modo autárquico de vida – formariam o início de uma consciência nacional. Entretanto, a viabilidade de uma nação emergiria somente com a transferência da Corte para o Brasil e a consequente inversão política que esse fato estabeleceria.

Nesse estado de coisas, a mudança da família real para o Brasil, em 1808, transplantando para o Rio de Janeiro a sede do império português, representou um inestimável serviço prestado à colônia, que passou a gozar dos benefícios decorrentes da coincidência das diretivas políticas do império com o do núcleo econômico, já localizado na colônia. (SIMONSEN, 1969, p. 498).

Através de uma apreciação dos escritos de Simonsen (1969), observa-se que sua abordagem sobre a administração portuguesa é superestimada. Esse autor aponta que os atos

promulgados por Dom João VI – revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, fundação do primeiro banco, a isenção de impostos para novas culturas, introdução de colonos, a abertura de novas estradas, entre outros – seriam provas incontestáveis da determinação do governo em valorizar o país e transformá-lo em um grande império.

Ao transferir para o Brasil sua sede e em função da guerra europeia, a Corte vê-se forçada a estabelecer os contatos comerciais diretamente para a manutenção do progresso econômico brasileiro, mesmo com a perda de seus ganhos econômicos de entreposto. Para Simonsen (1969), a colônia não teria condições de continuidade da realização de seu comércio exterior e, por consequência, da capacidade de emancipação econômica e política posteriormente, se não fosse a própria cooperação de Portugal nesse processo. Entretanto, deve-se considerar que o comércio exterior também financiava o erário régio através das tarifas alfandegárias.

A administração portuguesa buscava manter e transformar a sua nova sede nos padrões nobres de sua tradição de grande império, transplantando para a colônia, por este motivo, organizações e estruturas de uma monarquia absolutista, derrubando aquelas que marcavam uma organização colonial, ao mesmo tempo em que atendendo as novas necessidades desse território. Desse modo, ensejaria uma nova nação capaz de ser independente. Referenciando Lemos de Brito, Simonsen (1969) argumenta que a mudança da Corte se apresentaria como uma revolução, acentuando-se os desequilíbrios entre metrópole e colônia de modo que “[...] importava na ruptura de um equilíbrio, que só a força da tradição e os vínculos de raça manteriam.” (SIMONSEN, 1969, p. 501).

Simonsen (1969) ainda sublinha e defende o papel de D. João VI como idealizador e realizador de políticas de estímulo ao desenvolvimento nacional durante sua estadia no país. Quanto à região sudeste, o Rei teria sido responsável pela ocupação dos sertões através da distribuição de sesmarias a portugueses imigrantes e a distribuição de sementes de café trazidas de Moçambique, estimulando os novos proprietários à adoção de tal cultura. Além disso, executou políticas de incentivo à siderurgia nacional e ordenou a montagem de uma usina “[...] capaz de abastecer o Brasil de ferro.” (SIMONSEN, 1969, p. 570). O setor fazia parte das preocupações da administração colonial desde 1765.

Dois medidas da Coroa destacam-se em sua narrativa para a compreensão da evolução da economia brasileira e seus efeitos sobre as mudanças políticas no país, a partir de 1808: a abertura dos portos, nesse ano, e o tratado com a Inglaterra, em 1810. Neste tratado, foi estabelecido uma tarifa geral *ad valorem* de 15% sobre as importações de produtos ingleses, 16% sobre produtos portugueses e 24% aos demais. Após a independência política, o governo

imperial estendeu esse tratamento para outras nações, em 1827, sendo modificado em 1844 com o reestabelecimento de maiores tarifas.

Na análise dessas políticas, Simonsen (1969) ao mesmo tempo em que aponta a necessidade de tais iniciativas, demonstra o aspecto protecionista de suas ideias ao ressaltar as desvantagens para a colônia da adoção, por parte de Portugal, dos princípios liberais, em uma visão de defesa da indústria nacional como fonte de autonomia econômica.

Não obstante, a necessidade do acordo com os ingleses para a defesa nacional e das duas medidas para manutenção do fluxo comercial, o acordo de 1810 seria mais favorável aos portugueses do que ao Brasil. Isso se agravava pelo fato de, mesmo em caso de retorno do Rei à metrópole, suas condições deverem ser mantidas de forma perpétua. Em linha com Oliveira Lima, Simonsen (1969), utiliza-se do termo de reciprocidade aparente para caracterizar o acordo, por motivo da superioridade da marinha britânica e dos produtos coloniais primários, os mais importantes da pauta de exportação brasileira, não terem entrado entre aqueles beneficiários de vantagens aduaneiras para não concorrer com as colônias inglesas. Com isso, a atividade econômica brasileira seria afetada negativamente, tanto por ter que concorrer na oferta de produtos tropicais, sem vantagens, no mercado internacional, quanto por ver seu surto manufatureiro eliminado pelo preço mais vantajoso de importação dos produtos ingleses. Enquanto isso, a Inglaterra manteria a condição de monopólio do fornecimento de manufaturados para o Brasil. Conjuntamente, a perda de Portugal como entreposto, embora barateasse os produtos nacionais no comércio externo, trazia a perda para a colônia de um monopólio no reino sobre o suprimento de produtos coloniais, ou seja, um mercado certo para exportações.

Apesar da baixa do custo de vida, consideradas nas análises imediatistas, o acordo de 1810, mesmo após a revogação da proibição da instalação de indústrias na colônia, afetaria negativamente a evolução econômica do país, pois “Este estaria, por dezena de anos, condenado a uma evolução econômica, baseada exclusivamente em política agrária [...]” (SIMONSEN, 1969, p. 505). O excesso de importações e os desequilíbrios no balanço de pagamentos, também compensariam os ganhos da menor tarifa aduaneira através das flutuações cambiais.

Diante disso, Simonsen (1969) enfatiza que a pressão externa dos ingleses acabaria levando Portugal a aceitar a adoção das políticas da Escola Liberal contrárias às medidas benéficas ao progresso econômico da colônia tomadas pela própria administração portuguesa¹.

¹ Como contrapartida, o autor exalta a política executada no Reino por Marquês de Pombal ao final do século XVIII, mantendo em suas mãos as diretrizes da política econômica. Tal teria exercido políticas visando o

A nova política comercial em um ambiente econômico internacional de mudança da técnica de produção e transporte imposto pela revolução industrial seriam danosos ao progresso econômico brasileiro. Porém,

Não era essa, infelizmente, a política comercial que conviria a uma país como o nosso, que apenas iniciava a sua economia independente. Tínhamos que abraçar, àquele tempo, política semelhante à que a nação norte-americana seguiu no período de sua formação econômica. Produtores de artigos coloniais, diante de um mundo fechado por “policiais coloniais”, tornamo-nos, no entanto, campeões de um liberalismo econômico na América. (SIMONSEN, 1969, p. 517).

Na análise de Simonsen (1969), a transição para uma país independente se daria pelas necessidades suscitadas pelas próprias ações políticas da Corte situada na colônia. A administração portuguesa teria organizado uma estrutura de um país já soberano, abrindo o país para o exterior e criando um poder central interno. Referenciando Euclides da Cunha, o autor encontra nessas ações a caracterização de uma nacionalidade brasileira. Os benefícios para a formação nacional se apresentariam de tal monta que mesmo os problemas legados nas finanças públicas e contas externas “[...] desaparecem ante o custo de uma guerra de independência e os perigos de desmembramento que nos ameaçariam.” (SIMONSEN, 1969, p. 574).

Para Simonsen (1969), outro aspecto para o qual a chegada da corte seria relevante para a evolução histórica brasileira relaciona-se à imigração europeia. A retirada do exclusivismo para imigrantes de nacionalidade portuguesa e a permissão de concessão de sesmarias para aqueles de qualquer nacionalidade europeia já teria favorecido determinado fluxo migratório para a colônia em vistas da expansão econômica por ela apresentada. A nova política liberal de imigração teria despertado interesses e curiosidade de estrangeiros, e também levado a maior conhecimento do Brasil internacionalmente. Ademais, diversas políticas oficiais fomentaram de modo mais direto a entrada de estrangeiro no país, por motivos de povoamento, desenvolvimento da agricultura ou até mesmo incentivos à entrada de mão de obra especializada para alguns setores, como o caso para o estabelecimento de produção para o arsenal inglês.

Essa política seria vista pelo autor como uma tentativa, por parte de D. João VI, de preparar a colônia para a possibilidade da abolição do trabalho servil. A despeito dos esforços políticos para atração de populações europeias, os resultados teriam sido exitosos somente para

desenvolvimento econômico de Portugal em termos de educação e preparo para utilização de novas técnicas de produção e atividades científicas, incluindo a melhor utilização dos recursos naturais (SIMONSEN, 1969).

a imigração de portugueses. Fatores da estrutura econômica e geográfica brasileira e a forma de estímulo à imigração adotada divergindo dos objetivos dos colonos impediram o sucesso desse empreendimento inicial da administração portuguesa.

A questão populacional e de mão de obra se agravariam ainda na primeira metade do século XIX, tornando-se um problema político da nação já independente. Após a independência, o café assumiria o papel central na atividade econômica brasileira. Na visão de Simonsen (1973), um dos fatores para a consolidação da economia cafeeira nesse período seria a farta mão de obra disponível na região sudeste em consequência da decadência das cidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro – revertida nesse último pela instalação da Corte – com a deterioração da economia de mineração. O Vale do Paraíba, região onde se concentram fazendas de café, utilizaria como força de trabalho os escravos deslocados dessas regiões.

No entanto, concomitantemente à expansão cafeeira, a demanda internacional se voltaria novamente ao açúcar brasileiro em razão da desorganização da produção nas Antilhas inglesas e da ampliação do consumo do produto na Europa. Tal fato incrementaria a procura por mão de obra escrava, logo, o tráfico africano. O fim desse em 1850 só não teria gerado a falta de mão de obra servil na produção do café porque o aumento da procura frente à oferta, e a conseqüente elevação do preço do escravo, desencadeou deslocamentos internos – dada a impossibilidade da pobre agricultura do Norte utilizar a cara mão de obra escrava –, permitidos pelo incremento da população do Norte, da mão de obra servil dessa região para as lavouras cafeeiras. A partir de 1870, a expansão cafeeira e a diminuição da oferta de escravos agravariam o problema da oferta de trabalho em definitivo, impondo a busca de novas soluções, como a imigração.

Para Simonsen (1973), o desenvolvimento da lavoura cafeeira não teria utilizado desde o seu início o trabalho livre ou adotado a solução da imigração europeia devido à natureza da implantação dessa cultura no país. O clima, o cultivo em regiões do sertão, e a demora na obtenção de ganhos teriam impedido o uso do trabalho europeu. Além disso,

O trabalho, nos grandes latifúndios fluminenses, precisava ser coletivo e disciplinado. A mão de obra escrava já existente facilitava o cometimento. Criado o tipo da grande lavoura de café baseada no braço escravo, não seria fácil uma rápida evolução para o regime de trabalho livre, mesmo depois de se tornarem menos inóspitas as condições de vida nos sertões da província. (SIMONSEN, 1973, p. 203).

Em função do modo de produção extensivo adotado, o problema da produtividade do trabalho servil não entraria em pauta enquanto esse fosse ofertado suficientemente para expansão. Entretanto, a questão emergiria com a expansão das lavouras cafeeiras – levando a

novas regiões, como a paulista – frente ao declínio da população escrava, e a deterioração das terras com o tempo de uso, diminuindo a produtividade.

Já em 1847 teriam sido feitas as primeiras tentativas de estímulo à imigração europeia de colonos para as fazendas cafeeiras paulistas. Na visão de Simonsen (1973), estas apresentariam a vantagem de melhor adaptação ao clima por parte do trabalhador. Apesar disso, a lei de imigração brasileira, o tratamento dado pelo latifundiário, acostumado ao comando sobre o trabalho servil, e a impossibilidade de o colono tornar-se independente, causada pelo regime de parceria adotado, levaram ao fracasso da iniciativa. Apesar do crescimento da imigração desde 1870, a política para a imigração somente tornaria o vulto necessário em 1886, sob a liderança dos paulistas. Nesse período, muda-se o regime de trabalho para o imigrante, o qual passa a receber por produção, ganha maior independência e possibilidades para plantar inclusive na própria lavoura cafeeira, entre os pés de café, outras culturas para sua alimentação.

Para Simonsen (1973), é na entrada de imigrantes para implementação do trabalho livre nas fazendas de café que se encontram os motivos para o sucesso da região paulista sobre a região do Vale do Paraíba, outorgando a produção cafeeira com papel central para a atividade econômica brasileira. Do mesmo modo, repercutiria no âmbito político, erguendo o fazendeiro à atuação política de relevo, não somente pelo seu poder econômico, mas por “[...] manter sempre firme o comando dessa multidão de invasores, conservando o sentimento nacional nos novos núcleos que se abriam.” (SIMONSEN, 1973, p. 212).

Essa evolução histórica é abordada por Simonsen sob argumentos culturalistas e antropológicos. O emprego do trabalho livre branco em comparação com o modo adotado predominantemente de trabalho, demonstraria, assim, a inferioridade da mão de obra escrava negra. O confronto da evolução paulista com o Vale do Paraíba corroboraria essa abordagem:

Extinto pelos idos de 1879 o êxodo dos negros do Norte para o Sul, encarecida a mão-de-obra, em declínio a produção de grandes fazendas foi se acentuando, no Vale do Paraíba, a inferioridade e a insuficiência do trabalho servil, em confronto com o das fazendas paulistas, onde, em grande parte, o trabalho era livre. (SIMONSEN, 1973, p. 207).

O trabalho escravo nas lavouras cafeeiras não somente seria inferior pela produtividade do trabalhador individual – apontada pelo baixo esforço, baixo intelecto do escravo e execução pouco cuidadosa –, como também pelos recursos humanos consumidos para a produção em termos de organização e fiscalização, muito superiores ao trabalho livre. O custo do escravo se tornou, portanto, elevado em relação a sua produção em razão dos altos adiantamentos necessários e custo de manutenção.

Além disso, para Simonsen (1973, p. 214), “[...] os valores produzidos para a comunidade pelo colono livre, seriam incomparavelmente maiores” comparados aos escravos. Dentre as justificativas para essa afirmação encontra-se o fato de que o fazendeiro, utilizando do trabalho servil, seria absorvido pela administração e organização de sua lavoura em seus detalhes, consumindo seu tempo para melhor conhecimento e planejamento de seu negócio. Junto a isso, resultaria numa mestiçagem moral – utilizando de conceito de Silvio Romeiro – pela promiscuidade entre os descendentes de fazendeiros e escravos.

Em termos de acréscimos à economia nacional, o escravo somente trabalharia de forma mecânica sem contribuir para o desenvolvimento de novas atividades. Em contrapartida, o colono livre por sua maior inteligência, e oportunizado o plantio em suas pequenas propriedades ou entre pés de cafezais, produzia novas culturas para sua alimentação e para o comércio. A busca do colono por adaptação frente às novas circunstâncias compensaria a diminuição da produção cafeeira em terras já desgastadas pela introdução e produção de novas culturas.

Para Simonsen (1973, p. 210), a superioridade comprovada dos trabalhadores imigrantes livres sobre o trabalho servil negro, aos olhos dos lavradores paulistas, fez com que esses “empenharam-se no incremento da imigração e aguardaram, sem temor, a abolição da escravidão”. Além disso, leis provinciais, associações de auxílio ao imigrante e políticas de estímulo regionais à imigração foram sistematicamente implementados. Por turno, as lavouras já em decadência do Vale do Paraíba veriam o processo de seleção acelerado pela abolição da escravidão.

A abordagem de Simonsen (1973) fundamenta a transição entre os modos de trabalho pelo “progresso material da civilização”. Desse modo, em sua análise a abolição e o desencadeamento dos fluxos migratórios para o abastecimento do mercado de trabalho livre estariam relacionados na mesma linha de evolução histórica. Como consequência da utilização da mão de obra imigrante europeia nas lavouras de café, seria diminuída a relevância do trabalho servil. Com isso, o quadro econômico – de expansão e consolidação da economia cafeeira no oeste paulista – foi um elemento fundamental na transição ao trabalho assalariado, tendo em vista a evidência da possibilidade de a cultura prosperar com o colono europeu.

Simonsen (1973) elenca os seguintes fatores que favoreceram a transição ao trabalho livre:

- a) a natureza arbórea do cafeeiro e a sua longa duração;
- b) o progresso da navegação, resultando no barateamento do transporte do imigrante;
- c) elevação da população do velho continente;
- d) clima temperado do oeste paulista.

Antes do progresso material refletido na viabilidade do uso do trabalho livre imigrante na lavoura cafeeira, não havia interesses econômicos para o fim da adoção do trabalho servil, em razão do seu uso e necessidade de modo geral na vida econômica. “No Brasil a ideia emancipadora era pregada pelos espíritos liberais, movidos por sentimentos de respeito à liberdade humana.” (SIMONSEN, 1973, p. 258). Assim, esse autor tece críticas às análises que apontam para uma abolição lenta e tardia no país, a qual desconsideraria os progressos imprescindíveis no campo material a serem alcançados para viabilizá-la economicamente.

Mesmo considerando os avanços materiais necessários, refletidos no forte surgimento de correntes emancipacionistas com interesses econômicos no Norte e Sudeste, Simonsen (1973) avalia negativamente a forma como se deu a abolição no país, construída sob a ideia da relação entre o atraso econômico do país com o regime servil, sendo este o obstáculo para progresso nacional.

O elemento fundamental residiria no valor do capital representado pelos escravos, o qual superaria o das terras e das benfeitorias nelas realizadas. A abolição simples, sem indenização, perturbaria a organização do trabalho e arruinaria muitos proprietários que viviam em regime deficitário, confiscando grande parte de seu patrimônio. No entanto, pondera o autor,

Nada deveria também sofrer a fortuna social do Brasil, pois que os valores humanos incorporados à sociedade e que passariam a exercer o trabalho livre, deveriam compensar, em muito, valor da propriedade escrava destruída pela Lei Aurea. (SIMONSEN, 1973, p. 261).

A falta de um programa político para a adaptação do escravo recém-liberto, para o ressarcimento das perdas dos proprietários e para suprir a falta de numerário de modo que o trabalho livre não agravasse o desequilíbrio monetário, é o que prejudicaria o progresso econômico e social brasileiro. A abolição de forma abrupta desencadearia medidas de política econômica expansionistas tendo como um dos objetivos minorar a perda dos antigos proprietários de escravos, de modo fortalecer a imagem da Coroa na classe até então detentora de maior poder econômico, em vistas do avanço da propaganda republicana. Simonsen (1973, p. 265) caracteriza tal período que repercute nos anos iniciais da República como um “delírio progressista” que resultaria “[...] no Brasil o maior período de jogo e especulação que nossa história registra.”.

Ao analisar esse período tão representativo da história econômica do Brasil, Roberto Simonsen ressalta a baixa capacidade que a estrutura colonial possuía para desencadear internamente um processo de mudança. O progresso material dos diferentes ciclos econômicos

e todos os outros aspectos elencados pelo autor como formadores de uma consciência de autonomia nacional representam sementes, que geminaram com a inversão política. Traçando um paralelo com os escritos de Chang (2008), aponta-se que a internalização do poder foi essencial para as transformações institucionais que se sucederam. Contudo, torna-se importante ressaltar que essa só foi efetiva em função da legitimidade política junto aos membros da sociedade. Destaca-se a mudança de visão de mundo dos agentes para acompanhar tal transformação institucional.

As medidas deliberadas por D. João VI em direção a um desenvolvimento nacional apresentam um caráter limitado para a evolução brasileira. Isto se deve ao tratado de 1810. Como delineado no capítulo anterior, a economia do Brasil repercute e participa do processo de consolidação do capitalismo. Por meio da adoção desta política comercial liberal, o Estado Português relegou uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho: o de produtor de produtos agrícolas. Embora a narrativa superestimada de Simonsen sobre a administração da Coroa, verifica-se um certo distanciamento das funções essenciais delimitadas por Evans (1993) e Chang (1994).

Se a política comercial marcou a evolução brasileira no sentido negativo, a política de imigração atuou na direção inversa. Os fatores externos são preponderantes na explicação de Simonsen sobre o fim do tráfico de escravos, contudo, os resultados alcançados pela economia cafeeira paulista foram essenciais para a transição do trabalho servil para o livre. Sob a perspectiva institucionalista, aponta-se o que Hodgson (2006) denomina de *reconstitutive downward causation*. O progresso material alcançado por meio de trabalho livre reduziu a relevância do trabalho servil. Ou seja, atuou alterando crenças, hábitos e instituições. A noção de mudança institucional de Chang e Evans (2000) se enquadra neste contexto, que consiste na transformação do mundo material e simbólico, envolvendo não só a estrutura de poder e interesse, como também suas definições.

4.2 CAIO PRADO JÚNIOR: AS CONTRADIÇÕES DO SISTEMA COLONIAL

Caio Prado Júnior abordou os fenômenos históricos da formação de um Estado independente brasileiro, a abolição da escravidão e a imigração, a partir de uma perspectiva política, procurando identificar os mecanismos pelos quais a sociedade colonial foi se transformando em uma nação. Sua análise da independência política do Brasil remete a variáveis externas e internas. Entretanto, esse autor considera que a essência dessas transformações deve ser buscada no caráter geral do sistema colonial, o qual não permitiu a

formação de um sistema econômico nacional capaz de fornecer a subsistência de sua própria população, dado ter como seu único objetivo o comércio internacional para benefício da metrópole (PRADO JÚNIOR, 1970). Com isso, o autor reitera o condicionamento da formação da sociedade brasileira à estrutura econômica: “Tal base, com o desenvolvimento da população, com o concurso de outros fatores vários, se torna através do tempo, restrita e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 381).

Por consequência, na formação social e política brasileira encontram-se diversas contradições que posteriormente servirão como fundamento para as forças renovadoras que desencadearão os fenômenos históricos supracitados (PRADO JÚNIOR, 1970).

O modo como ocorreria a formação política nacional durante a colônia teria impedido a integração das diversas regiões do país. Estabelecidos grandes centros rurais autônomos, as lavouras cujas produções voltavam-se ao exterior centralizavam a vida política ao redor do proprietário, incluindo até mesmo os pequenos centros urbanos próximos e a economia de subsistência local, tornando desnecessário maiores vínculos econômicos com outras regiões. As principais ligações regionais dar-se-iam apenas para o atendimento do comércio exterior.

Para Caio Prado Júnior, o poder político de Portugal sobre sua colônia também teria chegado ao seu limite entre o final do século XVIII e início do XIX. A metrópole se tornaria um mero intermediário, não sendo consumidor final da produção nacional, de modo a transformar-se em um parasita de sua colônia, auferindo receitas alfandegárias do seu monopólio comercial. Junto a isso, para garantir sua posição, impedia qualquer substituição local dos produtos por ela importados, mesmo que, devido às poucas forças de sua marinha mercante, não atendesse de maneira suficiente as demandas internas. Representando, assim, “[...] um obstáculo intolerável, oposto ao desenvolvimento do país.” (PRADO JÚNIOR, 1970 p. 125). Igualmente, o modo de constituição da própria monarquia portuguesa se refletiria na incapacidade da execução de reformas efetivas necessárias em face das perturbações sociais levantadas pelas contradições do sistema. A monarquia deveria ser vista como um negócio do Rei e para os interesses dele e sua corte deveria convergir seus resultados. A preocupação política se dirigira somente para as finanças e não para as questões de estruturação econômica e social. Sendo nessa empresa comercial a colônia apenas um setor (PRADO JÚNIOR, 2011).

Externamente, surgiria um anacronismo entre as relações entre os países ibéricos e suas colônias, e o contexto internacional durante o final do século XVIII. Por consequência, o declínio do sistema colonial, fundado no pacto colonial, teria resultado em parte de uma transformação profunda na economia internacional: o surgimento do capitalismo industrial em substituição ao decadente capitalismo comercial. Para esse novo sistema econômico, o

comércio totalmente livre seria crucial a fim de ampliar a demanda para seus produtos utilizando-se dos mercados mundiais. Portanto, a quebra do monopólio de correntes comerciais de entrada e saída das colônias fazia-se um imperativo para seu pleno desenvolvimento. A desagregação dos impérios ibéricos resultaria de tal imposição histórica e dos conflitos europeus.

Em sua abordagem, portanto, as contradições geradas pela própria estrutura interna do sistema colonial gerariam as forças renovadoras capazes de transformar a colônia em nação na oportunidade oferecida pela circunstância histórica internacional:

Será pelo favor de circunstâncias internacionais que este sistema de restrições cairá por terra [...] Mas, iniciada por aí a desagregação do regime colonial, o resto não tardará. Será toda a estrutura que nos vinha de três séculos de formação colonial que é abalada [...] Mais profundamente ainda, será abalada a própria estrutura tradicional de classes e mesmo o regime servil. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 126)

A fuga da coroa portuguesa para o Brasil e, por conseguinte, a abertura dos portos (1808), representaria o rompimento efetivo dos laços da colônia com a metrópole, desmantelando sua base, o monopólio comercial português. Caio Prado Júnior esclarece:

Destruía-se assim, de um golpe, a base essencial em que assentava o domínio colonial português. Medida de tamanho alcance, tomada assim de afogadilho, explica-se pelas circunstâncias do momento, pois o comércio português ultramarino achava-se virtualmente interrompido pela ocupação inimiga do território metropolitano; e a menos de isolar completamente o Brasil do mundo exterior, não havia senão franqueá-lo ao comércio e a navegação de outros países (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 135).

Tal medida, contudo, não foi ditada por uma alta consideração política ou por uma nova deliberação com relação aos negócios coloniais, mas por uma simples contingência do momento para Portugal. Por outro lado, funcionava como uma compensação aos desdobramentos da guerra na Europa para a Inglaterra, convertendo Portugal a seu protetorado em contrapartida de benefícios comerciais para com a colônia. A pujança da marinha inglesa frente à decadente marinha portuguesa acabaria por excluir a última de seu antigo papel de dominação do comércio do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1970).

Se, por um lado, a abertura dos portos introduz novas possibilidades econômicas para o Brasil, através de maior comércio com o exterior, por outro, o acordo entre Portugal e Inglaterra firmado em 1810, com redução tarifária para produtos transportados por navios ingleses, impossibilitaria o desenvolvimento da manufatura nacional. Afirma o autor:

[...] enquanto perdurou a tarifa primitiva, tornou-se impossível desenvolver a produção nacional num país como Brasil, pobre de recursos, de defeituosa organização produtiva, frente à concorrência quase sem restrições da produção estrangeira. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 144).

Dentro dessas circunstâncias, Caio Prado Júnior (1970) afirma que as alternativas para produção brasileira se restringiram à especialização cada vez maior em poucos gêneros agrícolas destinados à exportação. Desse modo, passadas as restrições do regime colonial, operava-se a partir de então uma liberdade comercial no sentido de assegurar uma organização econômica disposta somente a produzir tais bens, relegando, assim, a viabilidade das indústrias que tinham conseguido se estabelecer no Brasil (têxtil e metalúrgica). Afirma o autor: “[...] prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 134). Surgem, por consequência da desorganização das atividades industriais incipientes e da concorrência de comerciantes de outras nacionalidades, perturbações sociais ao lançar uma massa de mão de obra para a desocupação nos centros urbanos.

Somam-se a isso os desequilíbrios na vida financeira do país ocasionados pela transferência da coroa e abertura portuária. Novos hábitos inseridos na sociedade pelos estrangeiros e pela corte geram novas necessidades de consumo, a qual a estrutura produtiva não estaria apta a atender. A demanda direcionada ao exterior, com a oportunidade de tarifas menores, gera contínuos déficits comerciais e desorganização nas finanças de determinadas classes sociais.

Ademais, a transferência do governo metropolitano geraria um desequilíbrio nas finanças públicas pela instalação de um complexo aparelhamento administrativo e criação de novos serviços requeridos pela nova situação da Colônia, desnecessário na situação colonial anterior. Os problemas de financiamento público ainda seriam agravados pelas Guerras do Prata e da Guiana Francesa e pelos juros de empréstimos obtidos no exterior para saldar déficits públicos acumulados (PRADO JÚNIOR, 1970).

Apesar dos desequilíbrios e perturbações sociais, segundo Caio Prado (1970), existiram aspectos positivos na instalação da administração da corte portuguesa no Brasil para o processo de uma transformação no sentido da independência política e econômica. Para esse autor, os resultados são muitas vezes sobrestimados, porém, ele destaca que as medidas adotadas, como a construção de estradas, portos e políticas migratórias, voltam-se nesse período em parte para os interesses locais, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois libertaram a colônia de entraves ao seu livre desenvolvimento e procuraram estimular as

atividades econômicas. Tais ações foram os primeiros passos para grande transformação as quais se operariam no Brasil.

Na visão de Caio Prado Júnior (1970), a história econômica do período imperial pode ser dividida em dois períodos. Até a primeira metade do século XIX ocorreria um ajustamento à independência e à autonomia política e econômica. A partir de 1850, se consolida a transformação na estrutura econômica, sendo remodelada a vida material do país.

A interpretação de Caio Prado Júnior sobre as décadas seguintes à independência política se apresenta sob a perspectiva de contradição, que se faz presente em toda sua obra. Ao resumir esse período, ele aponta para as continuidades na estrutura política: “O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.147); e na estrutura econômica “[...] um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.149). Entretanto, ele também ressalta as mudanças ao afirmar que o país entrava em um período distinto:

É aliás na base das contradições geradas por aquela estrutura na nova situação e ordem para ela criadas que evoluirão os acontecimentos. Existe um desacordo fundamental entre o sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada. [...] Ela nos levará a uma evolução também contraditória: de um lado, como vimos, assistiremos à ampliação considerável das forças produtivas e progresso material acentuado e rápido. Para este progresso concorrem também [...] o desenvolvimento técnico do século XIX, que permitirá aparelhar convenientemente o país e impulsionar as atividades econômicas [...] Mas ao par daquele progresso econômico sofremos também, como vimos, um desequilíbrio profundo, que afeta todos os setores da nossa vida e que se agrava sem cessar. Esta situação se prolonga até meados do século, quando, então, mercê de circunstâncias surgidas deste mesmo processo contraditório de evolução que acabamos de ver, entramos numa nova etapa de relativo ajustamento. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 150).

As contradições da estrutura econômica legada pela situação colonial frente ao novo período de independência refletir-se-iam na formação do Estado e na sua governabilidade. A dificuldade de acréscimos de receita fiscal, dada a forma de arrecadação majoritariamente sobre comércio exterior, acentuada pela minoração das tarifas alfandegárias impostas pelo acordo com a Inglaterra de 1810, prejudicaria a obtenção dos recursos necessários para manter a administração de uma nação. Diante disso, o Império vê-se em face da necessidade de contínuas emissões e empréstimos internacionais, acentuando os desequilíbrios das contas públicas e exteriores, levando à desvalorização da moeda, aumento do custo de vida e descrédito do governo.

Entretanto, de acordo com Prado Júnior (1970), a mais longa e profunda contradição gerada por essa situação seria o trabalho em regime servil. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (2011), incorporando a visão de Alberto Torres à sua análise, o autor toma a escravidão como a instituição que caracterizaria a sociedade brasileira: “Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir [...] seja diretamente, seja por suas repercussões remotas.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 285). Tal instituição, adotada como um recurso de oportunidade para exploração dos grandes territórios da colônia frente à capacidade populacional da metrópole, utilizada para ganhos dos empreendimentos puramente comerciais portugueses, criaria um ambiente prejudicial para a formação social e econômica do país. Sucedendo em uma sociedade de baixo teor moral devido ao raso nível de cultura dos escravos trazidos pelo tráfico, bárbaros ou semibárbaros, e o abafamento das possibilidades de contribuição cultural pelo modo de uso de seu trabalho.

Como já discutido no capítulo anterior, a utilização de maneira quase universal do trabalho escravo teria tornado o próprio trabalho um ato pejorativo, e impediu por motivos morais e culturais o uso do trabalho livre na produção colonial. Dessa forma, inibe mudanças nas formas de produção e acréscimos de produtividade e torna muito estreitas as alternativas de “ocupações dignas”. As contradições suscitadas pela utilização do trabalho servil se tornariam, por isso, aparentes também em uma economia pouco dinâmica e instável com uma grande massa de desocupados, a qual não faz parte da classe dos proprietários nem dos escravos (PRADO JÚNIOR, 2011).

Dessa forma, mesmo antes da conquista de autonomia política e dos conflitos políticos sociais que emergem no processo de transição, o volume de escravos – cerca de um terço da população – e as contradições que acarretavam sobre a sociedade brasileira, mesmo que não participassem de forma relevante dos movimentos políticos, fazia-se questionar o sistema servil.

A partir da independência política em 1822, a escravidão foi perdendo cada vez mais sua base moral em diversos setores da opinião pública. Caio Prado Júnior (1970) demonstra através da citação de pronunciamento do primeiro ministro José Bonifácio Andrada e Silva a percepção já nos meios políticos dos problemas para constituição de um Estado brasileiro das contradições sociais acarretadas pela escravidão em termos de homogeneização e unidade. No entanto, não era uma questão amadurecida e unânime nos círculos de maior projeção política e social neste período. Ao mesmo tempo em que gerava um mal-estar em pontos da sociedade, fazia-se indispensável para a produção brasileira. Com isso, a posição escravista foi reforçada

após a independência, tendo em vista a ascensão ao poder e à direção política do novo Estado da classe dos proprietários rurais.

Caio Prado Júnior (1970) aponta que a oposição internacional teria sido um dos principais fatores que atingiriam a escravidão brasileira, com a Inglaterra exercendo o papel principal de oposição a esse modo de trabalho:

A eclosão e desenvolvimento de um verdadeiro espírito antiescravista no Brasil prende-se claramente aos fatores internacionais que agiam contra o sistema servil [...] apesar da resistência dos interesses materiais contrários a escravidão vai perdendo terreno no conceito comum. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 147)

Com base na ascendência que então gozava junto ao soberano, a diplomacia britânica empenhou-se para obter a extinção do tráfico de escravos estabelecendo uma sucessão de tratados e acordos direcionando tal questão. Em 1810, a coroa portuguesa se comprometeu em cooperar na campanha contra o tráfico, através da proibição da captura de escravos fora de seus territórios africanos. Em 1815, os países europeus aboliram o tráfico negreiro ao norte do Equador. A pressão inglesa aprofunda-se com a independência requerendo medidas de contrapartida ao seu reconhecimento da soberania brasileira. Assim, foi assinado em 1826 um tratado que estabelecia que o comércio de escravos fosse considerado pirataria, no prazo de três anos após sua ratificação.

No ano de 1831, o Brasil promulga a lei em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os indivíduos que desembarcam a partir daquela data. Contudo, essas leis e acordos, segundo Prado Júnior (1970), foram letra morta por parte das autoridades brasileiras, principalmente devido à abdicação de D. Pedro I no mesmo período e a assunção do comando político do país pelos proprietários rurais. Em vista da hesitação do governo brasileiro em executar o acordo e colocar em prática medidas de combate ao tráfico, em agosto de 1845 foi baixado, de forma unilateral, o *Bill Aberdeen Act*, que permitia de forma lícita o confisco de qualquer embarcação de tráfico africano, pela frota inglesa. Conforme Prado Júnior (1970), as subsequentes intervenções inglesas e a necessidade do tráfico para o acompanhamento da entrada de escravos às necessidades de desenvolvimento econômico, somadas às contradições emergentes dos negócios ingleses no Brasil, tornam o tráfico negreiro uma questão de honra e soberania nacional, sendo respaldada sua defesa na Câmara pela dominância de políticos conservadores.

A falta de comprometimento das autoridades brasileiras com esses acordos agravou sua relação com a Inglaterra, dando origem a sucessivas questões diplomáticas. Caio Prado

(1970) assinala que só a partir de 1850 seriam adotadas medidas efetivas de repressão ao tráfico, com leis mais eficientes – como a Lei Eusébio de Queiroz – e ações mais severas e continuadas. Um elemento que veio em favor das pressões inglesas seria a posição financeira que os traficantes africanos teriam alcançado no período frente à classe com maior poder político. Embora o desprestígio social cercasse sua função, a riqueza acumulada fazia sombra aos proprietários rurais que, em regra, eram seus devedores.

A abolição do tráfico acabaria por evidenciar os problemas estruturais do sistema colonial, o qual se adapta a essas mudanças na sua fase de transição, colocando-o, na visão de Caio Prado Júnior, em sua trajetória de desaparecimento. Percebe-se com isso que a interpretação do autor aborda a escravidão como pilar do sistema colonial. Mesmo com a independência já concretizada, esse pilar precisaria ruir para ocorrer uma transformação do sistema. Por consequência, com a abolição do tráfico de escravos, em 1850, seria encerrada a fase de transição que se estendia desde a transferência da corte portuguesa em 1808. Completando as reformas e ajustes necessários para a integração do país a uma nova etapa de desenvolvimento, em um novo equilíbrio econômico e social, de modo a acalmar agitações sociais e políticas desse período. Afirmo o autor:

Ela será o último toque desta série de reformas consideráveis que se sucedem desde aquele momento e que modificariam tão profundamente o país, tornando-o de colônia inteiramente submetida ao exclusivismo mercantil da metrópole portuguesa em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 153).

Não obstante, o novo período que daí segue apresenta uma estabilidade aparente, na medida em que as contradições somente se abrandariam em razão da manutenção da estrutura econômica e social baseada na produção de bens primários para o exterior sob o regime de trabalho servil.

Diferentemente da proibição do tráfico de escravos, desencadeada por constrangimento externo, o processo de abolição do trabalho servil, por sua vez, esteve baseado em fatores internos. Caio Prado (1970) argumenta que é necessário reconhecer que as condições da época não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil por constituir-se na mola mestra da vida do país e nela repousar todas as atividades econômicas, não havendo um substituto aparentemente possível. Tal questão manifesta-se na conjunção da diminuição da entrada de mão de obra escrava com o aumento da atividade econômica da metade do século XIX.

Após a proibição do tráfico, ocorre uma liberação de capitais investidos nessa atividade, sendo direcionados, então, para novas atividades comerciais, financeiras e industriais. Além disso, a consequente melhora das relações com a Inglaterra permitiu o incremento do afluxo de capitais internacionais. A expansão produtiva e financeira, considerada aqui a política expansionista do Banco do Brasil, seria de tal monta que resultaria nas crises de 1857 e de 1864.

O período de reajustamento ao novo equilíbrio pelo qual o país estava passando, além do *boom* na atividade econômica, levaria a melhores resultados das finanças públicas, devido à reforma tarifária de 1844, a qual aumentou as tarifas de importação, e a superávits comerciais, em parte por razão do peso que o tráfico de escravos representava nas importações. A folga nos indicadores externos e o alívio no Tesouro permitiriam a melhoria no padrão de vida da sociedade e a importação do necessário para o aparelhamento do país. “O Brasil tomará pela primeira vez conhecimento do que fosse o progresso moderno e uma certa riqueza e bem-estar material.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 168).

Dentro desse contexto, o problema da mão de obra residiria no atendimento da demanda por trabalho do setor mais importante para o incremento da atividade produtiva e o reajustamento ao novo equilíbrio, a lavoura de café. No momento de rompimento da corrente mais relevante de povoamento, a expansão do café gerou deslocamentos internos de escravos em direção às regiões sul e sudeste, tornando-se estas o centro da reação escravocrata de oposição ao movimento abolicionista. O poder político e econômico concentrado nas regiões produtoras de café impediria mudanças bruscas na instituição da escravidão.

Por outro lado, contradições na continuidade de tal modo de trabalho emergiam. O desequilíbrio demográfico e de força de trabalho entre regiões agravado por tais deslocamentos internos de escravos faria surgir movimentos emancipacionistas daquelas prejudicadas. Ao mesmo tempo, o princípio de atividades industriais acentuaria as contradições do trabalho servil, ao mostrá-lo inadequado e pondo em questão, assim, o quão oneroso seria a adoção desse modo vis-à-vis o trabalho livre (PRADO JÚNIOR, 1970)

Em suma, segundo Caio Prado Júnior (1970), a evolução para o fim da escravidão teria sido um processo lento porque, mesmo entrando na discussão política e na vida social pelas contradições que o baseiam, ocorreram avanços de forma somente gradual pela necessidade de harmonização de interesses, observada a detenção do poder político e econômico pelas forças conservadoras e a expansão do café. O gradualismo pode ser notado nas medidas adotadas até a radicalização dos movimentos abolicionistas, quando as

contradições chegariam ao auge da crise, na década de 1880, como a lei do ventre livre, de 1871, e dos sexagenários, de 1885.

Em um país de grande extensão territorial cujo modo de trabalho dominante, servil, entra em decadência e não há substituto viável para manutenção da atividade produtiva devido à sua própria formação social, surge a imigração europeia como solução. Para Caio Prado Júnior (1970, p. 183), a imigração do século XIX e a escravidão fazem parte “[...] de um mesmo acontecimento fundamental da evolução brasileira, que é a grande transformação do regime de trabalho no país”. Alternativamente às imigrações do século XVIII e início do século XIX, espontâneas, principalmente de portugueses em busca de novas oportunidades na colônia, os influxos de imigrantes europeus passaram a ocorrer de modo estimulado por política oficial de povoamento ou por meio da iniciativa privada de fazendeiros demandantes de mão de obra (PRADO JÚNIOR, 1970, 2011).

Anteriormente, foram executadas tentativas excepcionais de política oficial para imigração com o objetivo de povoamento da colônia. Contudo, teriam somente objetivos demográficos ou de defesa, com a ocupação populacional de áreas estratégicas do território colonial. Com a chegada da corte portuguesa, se alterou a compreensão e a abordagem de tal política por parte dos dirigentes portugueses. O estabelecimento da Coroa na colônia e a possibilidade de longa duração ou até mesmo o seu assentamento em definitivo por motivo do desenrolar da guerra europeia, colocaria em novas perspectivas o problema da forma de povoamento através de uma massa volumosa de escravos frente à pouca corrente de colonos brancos. A necessidade da organização de forças armadas para garantir a soberania, a segurança interna e o próprio problema da mão de obra já apareciam nas preocupações dos dirigentes do Reino.

Tais são, entre outras semelhantes, as circunstâncias que tornam indispensável uma nova política de povoamento, capaz de transformar esse aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que constituíam o país, numa base segura para o trono português e para sede de uma monarquia europeia. (PRADO JÚNIOR 1970, p. 185).

Apesar disso, as imigrações sob a égide da Corte portuguesa e mesmo nos governos subsequentes já como nação independente não teriam sido de relevância suficiente para mudar as características populacionais e ensejar a mudança no modo de trabalho dominante (PRADO JÚNIOR, 1970). Porém, Prado Júnior (2011) acrescenta que o traslado da Coroa e as guerras suscitaram fluxos migratórios espontâneos para a ocupação por portugueses de postos da administração pública e profissões liberais, em caso do imigrante não ter recursos necessários

para tornar-se proprietário de terra, mudando a composição étnica dos centros urbanos, através da concentração do elemento branco.

Para Caio Prado Júnior (1970), fatores como o clima brasileiro, a organização social, política e econômica, com restrições à liberdade civil, sobretudo a religiosa – a qual inviabilizara a imigração proveniente de países protestantes –, e a suficiência de suprimento de mão de obra pelo tráfico africano seriam adversos à realização e sucesso de empreendimentos imigratórios. Somente com a aproximação da interrupção do tráfico de escravos a questão se tornaria novamente central na política. A insuficiência da mão de obra para as lavouras como resultado da proibição do influxo de novos escravos daria origem a um novo tipo de colonização, no qual os colonos seriam fixados nas próprias fazendas em um regime de parceria. Uma solução que encaminharia diretamente a mão de obra imigrante para o local de sua demanda. Entretanto, problemas surgiriam no início desse processo de implementação da mão de obra livre do imigrante: inadequação do comportamento dos proprietários de terra frente a seu trabalhador, má formulação dos contratos, impraticabilidade da coexistência do trabalho livre com o servil e na forma de recrutamento do colono europeu. No mesmo período, haveria ainda a liberação da mão de obra escrava pela decadência da região do Vale do Paraíba, eliminando a concorrência pela demanda desse tipo de trabalho para o Oeste Paulista, também região produtora de café.

A expansão e o progresso de vulto da economia cafeeira e a oferta bastante limitada de escravos agravaria o problema da mão de obra nos anos 1870. A resolução será o desencadeamento de uma nova fase de políticas migratórias, porém, bem sucedida de acordo com seus objetivos. Atuariam a seu favor, para Prado Júnior (1970): a política de restrições à imigração dos EUA, as perturbações políticas e sociais italianas – país que proveria um colono melhor adaptado ao clima e às condições de trabalho –, os resultados positivos da economia brasileira e a instituição de um novo tipo de imigração, a “imigração subvencionada”, na qual os trabalhadores seriam fixados nas lavouras pelo regime de trabalho assalariado. As novas relações do imigrante com a lavoura atenderiam melhor aos interesses dos proprietários das fazendas. Por consequência, a região cafeeira, com maior atração dos imigrantes, apresentaria redução contínua da utilização do trabalho servil.

Mas se este progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. Pondo em evidência as duas contradições no que diz respeito a sua insuficiência, tanto quantitativa como qualitativa, irá cada vez mais minando suas bases e apontando para o caminho do futuro. Doutra lado, a presença do trabalhador livre, quando deixa de ser uma exceção, torna-se forte elemento de

dissolução do sistema escravista. Através do exemplo e da palavra, ela conspira permanentemente contra a disciplina e submissão do escravo. Se dantes a servidão corrompia o homem livre, agora é a liberdade que corrompe o escravo. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 191)

Em nota de rodapé, Caio Prado Júnior (1970) aponta o custo relativo como um dos fatores a ser considerado acerca da incompatibilidade das duas formas de trabalho aplicadas conjuntamente e que teria influenciado o descrédito do trabalho escravo:

O trabalho escravo, outras circunstâncias iguais, é mais oneroso que o assalariado. O escravo corresponde a um capital fixo cujo ciclo tem a duração da vida de um indivíduo [...] forma um adiantamento a longo prazo de sobretrabalho eventual a ser produzido [...] O assalariado, pelo contrário, fornece aquele sobretrabalho sem adiantamento ou risco algum. Nessas condições, o capitalismo é incompatível com a escravidão; o capital permitindo dispensá-la, a exclui. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 175).

Tem-se, com isso, que é no declínio do trabalho servil que deve ser encontrados os elementos propulsores para o governo e os fazendeiros brasileiros tomarem a iniciativa de promoção da imigração europeia para o atendimento da demanda de mão de obra. Apesar disso, os dois processos se condicionariam mutuamente.

No processo de transformação institucional delineado nessa seção estão contidos dois elementos propulsores: a nova ordem internacional, com a emergência capitalismo industrial; e a frágil capacidade colonizadora de Portugal. O resultado foi um novo equilíbrio econômico e político, com a organização do Estado nacional integrado ao capitalismo. A partir de então se delineou um processo que comandará a evolução histórica brasileira. Embora o destaque aos elementos externos na narrativa deste autor, é importante ressaltar sua ênfase nos determinantes internos. Prado Júnior (1972), destaca as contradições do sistema colonial, pois este operava unicamente em benefício do Reino, e a metrópole decadente, por sua vez, não oferecia impulsos ao crescimento.

Na interpretação de Caio Prado, pode ser observada nitidamente o papel constitutivo das instituições, que foi delineado por Chang e Evans (2000). Dado o novo contexto de nação politicamente independente, o trabalho servil passou a ser moralmente condenado, tendo em vista que representava uma contradição interna frente cenário de liberdade.

Com a influência dos fatores externos, tem-se em 1850 o fim do tráfico de escravos. Segundo Prado Júnior (1972), isto representou a uma segunda etapa de transformações, que remodelou profundamente a vida do país. A análise de Caio Prado integra a história econômica brasileira no sistema capitalista, onde vincula a aparição do trabalho assalariado à época do capitalismo industrial. Para o autor, as relações propriamente capitalistas se firmaram nesta

nação após o fim do pacto colonial e com a abolição do trabalho servil. A interpretação deste autor é coerente com as colocações de Hodgson (2001, 2015), que não define o capitalismo a partir de seus resultados e sim por meio das estruturas sociais que criam a motivação para obtenção de lucros; e que busca compreender a evolução da formação social não apenas pelos elementos essenciais, mas também pelas impurezas, como por exemplo a escravidão. Na visão de Caio Prado Júnior,

[...] a abolição e a imigração têm uma consequência de ordem econômica da maior importância e de considerável impacto, **que vem a ser impulso que trazem para a ampliação do consumo de bens econômicos e crescimento do mercado interno.** A abolição, porque transformando escravos em livres vendedores de força de trabalho, e portanto detentores de dinheiro, gera 700 e tantos mil novos compradores – numa população do país que andava em torno de 10 milhões. A imigração, por sua vez, porque é de europeus que, embora originários sobretudo de regiões relativamente pobres e de baixo nível econômico, **introduzem no Brasil padrões de comportamento e de consumo de ordem consideravelmente superior à presente na massa popular e trabalhadora do país.** (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 69, grifo nosso).

Por fim, aponta-se o resultado de todo este processo de transformação o desenvolvimento do mercado interno. Já não se encontra, como apontado no capítulo anterior, a limitação pelo lado da demanda, dado a deslegitimação do trabalho servil. Adicionalmente, o imigrante tem um papel dinâmico nesse processo ao promover uma elevação das aspirações e exigências populares, acentuando, assim, o crescimento.

4.3 CELSO FURTADO: A EMERGÊNCIA DA CLASSE CAFEIEIRA

De acordo com Furtado (2007), as perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII e os conflitos do início do século XIX influenciaram decisivamente os movimentos emancipacionistas na colônia. Esses acontecimentos externos, junto aos acordos comerciais firmados com a Inglaterra em 1810 e 1827, contribuiriam para prolongar as dificuldades econômicas originadas na decadência da economia de mineração no Brasil.

Furtado (2007) traz uma reflexão sobre as consequências da forma peculiar como se processou a independência política no país, mediante a ausência de conflito bélico, sobre o subsequente desenvolvimento da economia brasileira e sua unidade política e territorial:

Transferindo-se o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e operando-se a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os primeiros privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. (FURTADO, 2007, p. 69).

O acordo de 1810, garantindo o protetorado inglês sobre Portugal em troca de privilégios comerciais, principalmente através de uma tarifa alfandegária preferencial instalada a Corte no país, transferiria para a colônia as relações entre Inglaterra e o Reino. A posição inglesa, definida no acordo, tornaria mais difícil politicamente o processo de independência do Brasil, pois não poderia ser desencadeado através de declaração que pudesse ser interpretada como agressão à metrópole em vistas da possível reação inglesa. Assim, a aceitação da Inglaterra deveria ser obtida por meio de negociação comercial, com a assunção de parte do passivo português pela antiga colônia, a qual resultou no reconhecimento, em 1827, através de novo acordo, do país como potência privilegiada, mantendo a tarifa alfandegária reduzida.

A continuação dos privilégios concedidos aos ingleses geraria dificuldades econômicas, reduziriam a ação do governo, sobretudo devido à redução tarifária – maior fonte de receitas do governo central –, limitando a capacidade de ação sobre a política econômica. Além disso, geraria focos de conflitos e desagregação regionais, por consequência dos efeitos negativos do acordo sobre a economia, refletindo no custo de vida, principalmente da população urbana. Dado o problema de financiamento público, o governo federal passaria a financiar seu déficit através de emissões de moeda-papel. Considerando o reduzido mercado interno, a propensão da demanda de voltar-se à importação e as baixas tarifas estabelecidas no acordo de 1827, os déficits do governo resultariam em desvalorização cambial e inflação.

Entretanto, deve-se salientar que, na abordagem de Furtado (2007), a situação comercial privilegiada da Inglaterra seria produto natural da forma como teria decorrido a independência brasileira, evitando desgastes de recursos e a conflagração de uma luta prolongada cujos resultados poderiam ser de desagregação da unidade territorial. Não haveria uma região no Brasil dotada de força de convergência capaz de impedir essa desagregação, porque “[...] os interesses regionais constituíam uma realidade muito mais palpável que a unidade nacional, a qual só começou realmente a existir quando se transferiu para o Rio de Janeiro o governo português.” (FURTADO, 2007, p. 143-144).

Além disso, a interpretação de Furtado (2007) sobre as vantagens comerciais concedidas à Inglaterra reconhece as limitações econômicas impostas - especialmente do lado das finanças públicas - tendo em vista a queda na arrecadação fiscal, mas argumenta que: “[...] seria um erro supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX.” (FURTADO, 2007, p. 144). Deste modo, ele aponta para outros elementos como explicação do nível insatisfatório de desenvolvimento da economia

brasileira, buscando demonstrar que não seria a falta de autonomia para políticas econômicas a responsável pela trajetória brasileira.

Diante da ausência de uma classe comerciante de significativa importância na colônia, os grandes proprietários rurais de produtos para exportação eram a única classe com expressão. Por conseguinte, qualquer que fosse a maneira que se processasse a independência política, estes ocupariam o poder – tendo sua ascensão consolidada com a saída de D. Pedro I, em 1831. Neste momento, a grande agricultura tinha em mente o quão oneroso era o entreposto português e quão vantajoso seria a liberdade de comércio para os mesmos, tendo em vista a redução do preço dos produtos exportados, a redução nos preços das importações, maior abundância de suprimentos, facilidade do crédito, entre outros. O liberalismo, por isso, passa a ser adotado como base ideológica da classe detentora do poder. Não haveria, portanto, interesse político para medidas governamentais em direção à mudança da estrutura econômica brasileira.

Logo, os conflitos entre a classe agrícola brasileira e os ingleses no início do século XIX – que contribuíram de forma indireta para a criação de consciência da necessidade de lograr a independência política – não teriam sido originados das divergências de ideologia econômica:

Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810 [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências Antilhas. **Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar serias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país** (FURTADO, 2007, p.145, grifo nosso).

Furtado (2007), então, traz a discussão se faria ou não diferença para o desenvolvimento econômico do Brasil uma maior capacidade, restrita pelo acordo de 1827, e vontade governamental para execução de política econômica externa, permitindo a aplicação de tarifas com objetivos protecionistas e fiscais. As baixas tarifas seriam um problema somente no aspecto fiscal por razão das maiores necessidades de gastos de um país independente. Pois, em termos de política comercial, a própria forma de financiamento do governo refletindo sobre a desvalorização cambial resultou em maior efeito protecionista do que “[...] se se houvesse adotado, desde o começo, uma tarifa geral de 50% *ad valorem*” (FURTADO, 2007, p. 151).

Para a economia brasileira ter se desenvolvido no sentido de maior industrialização na primeira metade do século XIX, a condição básica teria sido o incremento na capacidade de importar, em vista da defasagem de base técnica nacional. Tal seria dependente da expansão das exportações, não sendo suficiente a adoção de medidas protecionistas para esse fim.

Portanto, a causa do “grande atraso” econômico residiria, principalmente, no estancamento das exportações brasileiras, apesar de não subestimar o papel da atuação governamental. Esse período seria marcado, em termos das contas externas, pelo declínio dos preços dos produtos exportados – açúcar e algodão – e estabilidade nos importados, agravando a situação tarifária vantajosa para importação. Era necessária a reintegração nacional ao comércio exterior não somente para gerar divisas, como também para atrair capitais estrangeiros – no contexto histórico, predominavam as inversões diretas – mediante expansão da economia. Só assim, a economia poderia desenvolver-se ao ponto de alcançar determinado grau de complexidade para voltar-se ao desenvolvimento baseado no mercado interno.

Dessa evolução histórica, narrada por Furtado (2007), surge uma contradição entre os processos de evolução econômica e políticas nacionais. Fazia-se necessário um setor exportador forte, mas o qual ao refletir-se no poder político central da classe proprietária rural dificultava a realização de política econômica voltada ao desenvolvimento da estrutura produtiva.

Por esse conjunto de fatores, o período até a metade do século XIX poderia ser considerado como de transição na direção da consolidação da integridade territorial e independência política, marcado por dificuldades econômicas. Ao aproximar-se a metade do século, emergem novas circunstâncias que consolidariam esse processo despertando uma nova fase na história econômica brasileira.

O café surgiria nesse período como fonte de riqueza e renda, tornando-se o principal produto de exportação cumprindo o papel central na expansão econômica brasileira:

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma **etapa de transição econômica**, assim como a primeira metade desse século representou **uma fase de transição política**. (FURTADO, 2007, p. 71, grifo nosso).

A expansão da produção e exportação cafeeira permitiria a afirmação da autonomia política na medida em que tinha como seu principal importador os EUA. Os vínculos comerciais e de solidariedade entre duas nações do mesmo continente contribuiriam para reforçar a relação de independência perante a Inglaterra, permitindo a resistência às pressões inglesas para um novo acordo em 1842, quando expiraria então o vigente desde 1827. A partir de 1844, por consequência, o governo teria capacidade de reajustar as tarifas e fortalecer o poder central mediante maiores recursos financeiros.

Além da independência consolidada, a expansão do café mudaria a estrutura do poder político brasileiro, deslocando-o para os proprietários das lavouras cafeeiras. A primeira fase

dessa expansão tomaria como base os recursos liberados e ociosos das regiões mineiras decadentes. Com isso, instala-se na região próxima à capital e ao porto com mão de obra escrava abundante proveniente daquelas regiões. No terceiro quartel, a expansão seria de tal monta, devido à recuperação dos preços do produto nos mercados internacionais, que em vista da abolição do tráfico de escravos, causaria pressão para deslocamentos de escravos do Norte para o Sul. Para Furtado (2007), nesse período se forma a nova classe empresária, fundamental para o desenvolvimento nacional e para a futura estruturação do poder político no país.

Tal classe é formada por empresários comerciais estabelecidos no Rio de Janeiro com o objetivo de aproveitar os novos hábitos de consumo legados pela instalação da Corte, tornando-se essa região o principal mercado de consumo do Brasil. Os empresários ali instalados comerciavam gêneros e animais dos núcleos rurais mineiros para a cidade. O elevado fluxo comercial lhes permitiu acumular capital, o qual posteriormente, com a expansão e a consequente oportunidade de lucro oferecida, seriam aplicados no cultivo do café.

O grande diferencial dessa classe dirigente frente à anterior – a açucareira – residiria no modo de sua formação. Sua origem encontrava-se na experiência comercial, por isso, não se isolariam no processo produtivo deixando as decisões fundamentais da atividade econômica serem tomadas externamente. Pelo contrário, integrariam os interesses das etapas de produção e comercialização, englobando sobre a mesma direção todo o processo, da obtenção dos recursos produtivos à etapa comercial, inclusive considerando dos efeitos da política sobre seus negócios:

Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação dos instrumentos políticos aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se República. (FURTADO, 2007, p. 172).

Para Furtado (2007), não seria o controle do governo que caracterizaria essa nova classe dirigente, mas a sua utilização para objetivos definidos em base de uma consciência de seus interesses.

Em um primeiro momento, a formação de um sólido núcleo político e econômico na região central formaria um centro de resistência às forças desagregadoras, estabilizando em parte as perturbações políticas. Entretanto, os interesses heterogêneos a serem atendidos pelo governo central levariam ao incremento da força política estadual, a qual proporcionaria maior inserção da classe dirigente da economia cafeeira na administração política.

Com isso, a expansão do café garantiria as condições econômicas, através do aumento das exportações e da renda, e políticas, pela formação de uma nova classe dirigente organizada,

para o desenvolvimento brasileiro. O problema a ser resolvido seria a mão de obra. Um legado da estrutura econômica colonial baseada no trabalho escravo.

A abundância de terras, juntamente com a possibilidade de mão de obra escrava, levou a economia colonial a se caracterizar pelo crescimento extensivo. Assim, a produção se ampliava pela incorporação de novas áreas de terra e escravos, com as mesmas técnicas e sem o aumento de produtividade. Além disso, a economia escravista era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem alterar a sua estrutura, dado que os fatores de produção já estavam presentes e o custo monetário era mínimo. Assim, perpetuava-se uma economia voltada às exportações de produtos agrícolas, com riqueza concentrada e pequena dimensão de mercado interno. Para Furtado (2007), o caráter escravista da economia brasileira só se alteraria quando manifestado o problema de mão de obra como resultado da expansão cafeeira e a melhora no preço do algodão, incentivando a cultura do Norte, de modo a restringir os deslocamentos de escravo dessa região.

Na metade do século, a força de trabalho brasileira era constituída em sua maior parte por escravos negros, entretanto com uma evolução de seu volume limitada, pois mesmo com a elevação da importação de escravos antes da proibição do tráfico ao aproximar-se do final do século seu número seria reduzido. Tal fato encontraria explicação nas condições de vida do escravo no país, extremamente precárias, tendo por consequência uma taxa de natalidade menor do que de mortalidade. Com isso, a qualquer expansão produtiva, baseada em sistema extensivo, haveria a oposição de uma oferta de mão de obra inelástica. Essa questão seria reforçada pelo aumento do preço do escravo, via deslocamento externo e elevação do preço do café, ocasionando a intensificação da utilização da mão de obra escrava, aumentando o desgaste dessa população.

O recrutamento interno seria excluído das possibilidades de solução por causa do problema da absorção das duas principais fontes prováveis de oferta de mão de obra, excetuando-se a escrava, no setor de maior produtividade. A economia de subsistência apresentava-se dispersa tornando à tarefa de deslocamento de grupos de trabalhadores de difícil e custosa realização, além de necessitar da cooperação dos proprietários das fazendas as quais as propriedades de subsistência orbitavam. Na população urbana, também, podia ser encontrada uma massa de trabalhadores desocupados, porém pesaria para não utilização destes as questões de adaptação às condições da grande fazenda.

A imigração europeia surge como alternativa ao problema, apontando-se para o sucesso do fluxo europeu para os EUA. Ainda no governo sob direção portuguesa, já haviam sido implementadas ações nesse sentido. Contudo, “As colônias criadas em distintas partes do

Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico” (FURTADO, 2007, p. 183). Os subsídios aos colonos e a instalação de infraestrutura para a colônia eram demasiado custosos frente à evolução dos resultados dos empreendimentos, os quais em sua maioria apresentavam uma regressão da colônia em economia de subsistência.

Na metade do século, a classe dirigente da economia cafeeira reconhecera as falhas das iniciativas anteriores executadas pelo poder central. Por isso, passaria ela própria a lidar com a questão da imigração. A primeira iniciativa, por parte do Senador Vergueiro, formatou-se com o governo financiando a parte principal dos custos, as passagens, e o imigrante vendendo o seu trabalho futuro. Nesse regime de parceria, o colono endividado não teria tempo limite para pagar sua dívida através de uma renda incerta, pois dividia os riscos com o proprietário de terra. Esse regime acabaria degenerado em uma forma de servidão temporária, de modo a desincentivar fluxos futuros de trabalhadores europeus.

Com o agravamento do problema da mão de obra, nos anos de 1860-1870, busca-se um desenho alternativo de política de imigração. A adversidade maior residiria no gasto com as passagens. Se o colono tivesse que pagá-las ou financiá-las não teria estímulo para imigrar. Pelo lado dos fazendeiros, somente os mais ricos conseguiriam arcar com o elevado custo.

Portanto, a nova política aplicada em 1870, teria o custeio das passagens pelo governo imperial, ficando a cargo do fazendeiro cobrir os gastos do imigrante no primeiro ano, além de oferecer terras para o colono cultivar para subsistência de sua família. Para Furtado (2007), essa política, somada às condições favoráveis do lado da oferta, devido aos distúrbios políticos na Itália e à desorganização de sua economia, viabilizariam a expansão da economia cafeeira.

Diante das profundas modificações na base do sistema econômico mundial, com o surgimento do capitalismo industrial, achava-se consumada a condenação do tráfico de escravos já no início do século XIX, movimento encabeçado pela Inglaterra. Para além das razões morais, Furtado (2007) afirma que a Coroa inglesa também procurava defender os interesses antilhanos, que viam no trabalho escravo no Brasil o motivo da redução do preço do açúcar. Com o fim do tráfico, a questão principal da economia brasileira se tornou, então, a mão de obra, sendo resolvida pela imigração europeia. Entretanto, restaria resolver a “questão do trabalho servil”. Furtado (2007) aponta para um temor dos contemporâneos de uma abolição precipitada:

Constituindo-se a escravidão no Brasil a base de um sistema de vida secularmente estabelecido, e caracterizando-se o sistema econômico escravista por uma grande estabilidade estrutural, explica-se facilmente que para o homem que integrava esse sistema a abolição do trabalho servil assumisse as proporções de uma “hecatombe social” [...] Prevalecia então a ideia de que um escravo era uma “riqueza” e que a

abolição da escravatura acarretaria o empobrecimento do setor da população que era responsável pela criação de riqueza no país. (FURTADO, 2007, p. 198-199).

No entanto, este autor destaca que a abolição do trabalho servil não constitui nem criação nem destruição de renda, apenas redistribuição de propriedade dentro da coletividade. O aspecto fundamental para análise econômica seria os efeitos dessa nova distribuição na organização produtiva e na distribuição da renda. “Somente em condições muito especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados.” (FURTADO, 2007, p.199).

Furtado (2007) afirma que a abolição do trabalho escravo foi uma medida mais política do que econômica, tendo em vista que esta tinha maior relevância como base do sistema regional de poder do que como forma de organização produtiva. Não ocorrem, por isso, após a abolição, alterações significativas na estrutura de produção e de renda. Entretanto, a eliminação dessa viga básica do sistema de poder herdado do período colonial constituiu um importante avanço, na medida em que o trabalho escravo era um fator de entorpecimento do desenvolvendo econômico brasileiro.

Tem-se que o início do processo de mudança institucional, diante dos séculos de imobilidade da estrutura colonial, foi desencadeado por elementos externos. A transferência da Corte portuguesa para o Brasil permitiu unidade, pois até então os interesses regionais eram mais proeminentes. Aponta-se uma relação bidirecional, nos termos de Hodgson (2006), entre instituições e indivíduos, em função das instituições criadas e novos hábitos decorrentes tal transferência. Furtado restringe essa mudança para integralidade territorial e independência política, pois no aspecto econômico há uma continuidade.

Esta limitação é explicada pelos interesses da classe que assume o poder a partir de 1931. Como delimitado por Chang e Evans (2000), os interesses de determinados grupos moldam as instituições e sua visão de mundo vão cercar as possibilidades de transformação. Ao contrário de Simonsen, que via a possibilidade de desenvolvimento da economia brasileira, caso tivesse adotado medidas protecionistas em vez das liberais. Celso Furtado reduz a importância do acordo de 1810 nessa determinação, pois apenas ele não seria suficiente para prover uma transformação profunda da estrutura institucional da economia brasileira. Os interesses do Estado brasileiro eram alinhados com a nação inglesa. O que gerou conflito, culminando no processo de independência política, foi a falta de coerência da aplicação do acordo. Não havia, por exemplo, disponibilidade de romper com a estrutura de trabalho servil.

A mudança no aspecto econômico, como detalhado anteriormente, seria viabilizada pelo fim do trabalho servil, crescimento do setor exportador com vistas a viabilizar um aumento

da capacidade de importação. Caminhando, assim, para um desenvolvimento do mercado interno. Essas circunstâncias só foram despertadas com a evolução da cultura do café. Apresenta-se uma alteração na estrutura de poder, através da emergência dessa nova classe. Destaca-se a dimensão simbólica, por meio de seus valores e visão de mundo, nesse processo de transformação. Diante do contexto externo de proibição do tráfico, a alternativa encontrada frente à escassez de mão de obra foi, mesmo que de forma gradual, findar o trabalho servil. Só a partir de então, o direito de propriedade foi considerado prejudicial ao desenvolvimento econômico.

O trabalho assalariado do imigrante europeu se constituiria no embrião de uma economia de mercado interno, gerador da integração do setor exportador com o setor de subsistência. Desse modo, os novos fluxos de renda por ele gerados tornam-se fundamentais para as transformações na estrutura econômica brasileira da primeira metade do século seguinte.

5 OS INTÉRPRETES DO BRASIL EM PERSPECTIVA: A INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

No presente capítulo, será explorada a visão dos três autores quanto às origens da indústria em nosso país. Serão discutidos os primeiros surtos industriais e, principalmente, qual a gênese da nossa indústria. Roberto Simonsen destaca a desvalorização cambial e o impacto da Primeira Guerra Mundial. Já Caio Prado Júnior ressaltava as conexões de nossa indústria com o sistema capitalista em geral, e mais especificamente com o imperialismo. Celso Furtado, por sua vez, dá primazia à crise de 1929 em conjunto com a política governamental de controle do preço do café, que manteve a demanda interna aquecida. Os aspectos institucionais da análise de cada autor serão discutidos ao longo do texto.

5.1 ROBERTO SIMONSEN: A DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL CRÔNICA E A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS

Inicialmente, Roberto Cochrane Simonsen (1973) apresenta uma análise descritiva da evolução industrial no Brasil. Ele aponta que o desenvolvimento das atividades fabris foi muito tímido no período colonial, tendo em vista as medidas cercadoras da metrópole como a proibição dos ourives em 1766 e o alvará 1785, que limitou as atividades de fiação e tecelagem. Como debatido na temática anterior, o autor avalia como positivas as iniciativas da Corte portuguesa no Brasil. No entanto, o tratado de 1810 impediu “[...] a evolução de qualquer atividade industrial, de que houvesse congênera na Grã-Bretanha.” (SIMONSEN, 1973, p.14).

Durante o Império, teria havido o desenvolvimento de algumas manufaturas, sobretudo têxteis. Diversas foram, porém, as limitações. Uma era o alto preço dos maquinários e utensílios de ferro, fazendo com que a atividade permanecesse em bases manuais/artesanais. Outro limitante era a ausência de indústrias de materiais básicos, como a siderúrgica. Simonsen ressaltava que D. João VI tentou desenvolver uma indústria siderúrgica no país, mas sem sucesso. Isso ocorreu, segundo o autor, devido a duas características do setor siderúrgico: a necessidade de que combustíveis e matérias-primas se localizassem em áreas próximas uns dos outros, e que houvessem atividades econômicas que demandassem o ferro em um montante suficiente para compensar o estabelecimento de uma siderúrgica¹. No Brasil, os minérios se encontravam espalhados por grandes distâncias, em uma época de meios de transporte insuficientes, além de

¹ A questão do tamanho dos mercados é um ponto fundamental da análise de Roberto Simonsen, como será detalhado a seguir.

as atividades agrícolas usarem pouco metal, não estimulando a evolução da indústria siderúrgica, de modo que “[...] o consumo de metal não era de molde a justificar o fomento de nossa siderurgia.” (SIMONSEN, 1973, p. 10).

Essas não foram, porém, as únicas dificuldades da indústria brasileira ao longo do Império. Simonsen (1973) argumenta que a perda da exclusividade do mercado português foi outro problema, pois diversos setores de nossa economia que encontravam em Portugal um mercado cativo para os seus produtos passaram a enfrentar concorrência de outras nações. Outra adversidade foi a política livre-cambista com a Inglaterra, que perdurou até 1844, que desestimulou fortemente as manufaturas brasileiras, as quais não conseguiam concorrer, nem em preço, nem em qualidade, com os produtos ingleses. Por fim, o autor destaca ainda a ausência de combustíveis apropriados, a falta de concentrações populacionais que provessem os braços necessários à indústria, e as deficiências de capital do país. Frente a tantas dificuldades, os investimentos voltaram-se para a lavoura de café, que apresentava alta produtividade e, portanto, lucratividade.

Depois desse período, Simonsen (1973) identifica dois surtos industriais no Brasil. O primeiro foi entre 1880 e início de 1890, fase de crescimento do volume de exportações de café que permitiu a formação de capitais. Tal momento também é caracterizado pela prosperidade mundial, afluxo de capitais e aumento dos meios de pagamento no Brasil pela nova política monetária da República. Um fator interessante, apontado por este autor para explicar o primeiro surto industrial, é de ordem psicológica. Segundo ele, o trabalho de Visconde de Mauá e de uma elite de engenheiros brasileiros, atuantes na propaganda e na construção de vias férreas e outras obras de engenharia, despertaram o interesse da elite econômica do país para o uso do maquinário industrial².

O que Simonsen denomina de ordem psicológica, compreende-se no arcabouço institucionalista de papel constitutivo das instituições (CHANG; EVANS, 2000) ou *reconstitutive downward causation* (HODGSON, 2006), como já demonstrado anteriormente por meio de outros exemplos. Aponta-se uma dupla causalidade, em que o novo contexto institucional com a República, mudança de regime de trabalho e progresso econômico influenciaram os hábitos e crenças dos indivíduos, incorporando novos valores e visão de

² Em suas palavras: “[...] fatores de ordem psicológica, provocados, em boa parte, por Mauá e por uma “elite” de engenheiros brasileiros que, na propaganda e na execução das primeiras vias férreas do país e em outros cometimentos, puderam despertar uma melhor compreensão do uso da máquina, também contribuíram para o início desse movimento [a indústria se fortalecendo a partir de 1885].” (SIMONSEN, 1973, p. 19).

mundo. Ao mesmo tempo, os agentes influenciam na forma com que essas instituições são formadas e dirigidas.

O segundo surto industrial data do início do século XX. Simonsen (1973) assinala para diversos fatores como explicação desse fato. Um deles é o refluxo de colonos do campo para a cidade, causado pelas primeiras crises do café. Muitos desses, que eram imigrantes em sua maioria da Itália, tinham alguma experiência industrial, além de terem melhores níveis educacionais, o que forneceu mão de obra abundante e de qualidade para a indústria. Outro fator foi a instalação de usinas hidroelétricas, principalmente no estado de São Paulo, o que forneceu energia barata às indústrias. Cabe citar, ainda, o progresso e o barateamento de máquinas operatrizes e o surgimento de melhores meios de transporte, pela construção de estradas de ferro e rodovias.

O principal elemento da evolução industrial, porém, é a desvalorização cambial crônica. Simonsen argumenta que este fenômeno reflete os desajustes entre a demanda e a produção interna. Ou seja, enquanto a demanda se caracteriza pela diversificação baseada em produtos agrícolas e indústria, a produção era baseada em produtos primários de voltados ao comércio exportador:

Como fenômeno econômico geral, as nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar os produtos industriais reclamados pelo consumo interno. A baixa do câmbio brasileiro reflete, em grande parte, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamento no exterior, para os produtos que necessita. **Essa contínua depressão das taxas cambiais, passou a ser uma forte emulação para o nosso desenvolvimento industrial.** (SIMONSEN, 1973, p. 12, grifo nosso).³

A industrialização resultou, portanto, desse novo contexto, em que se verificou a ampliação da economia monetária, crescimento populacional e do mercado interno. Nas palavras de Simonsen: “A indústria se tem constituído graças às solicitações do consumo, como resultante da impossibilidade absoluta da nação de obter, no exterior, os meios de pagamento necessários à importação.” (SIMONSEN, 1973, p. 29)⁴. Este autor deixa claro que este progresso industrial é, em sua grande maioria, alheio à ação dos governos e à política interna.

³ Mais adiante, ele repete o raciocínio: “O exame dos gráficos que organizamos demonstra que, muito mais do que qualquer proteção tarifária, **exercem acentuada influência sobre o nosso crescimento industrial a crescente desvalorização de nossas taxas cambiais e o rápido aumento de uma população que se vai cada vez mais educando**”. (SIMONSEN, 1973, p. 22, grifo do autor).

⁴ Algumas páginas antes, ele apresenta o mesmo raciocínio: “A nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se podia abastecer no exterior dadas as deficiências de nosso poder aquisitivo externo.” (SIMONSEN, 1973, p. 22-24).

Ele argumenta, diversas vezes, que as políticas tarifárias levadas a efeito pelos diversos governos tinham mais um objetivo fiscal do que um propósito protecionista.

A ideia de “choques adversos” é presente na narrativa de Simonsen: “[...] a partir de 1905, observa-se um ritmo sempre crescente na evolução industrial do país, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919, devido à conflagração europeia.” (SIMONSEN, 1973, p.16-17). Ele argumenta que a Primeira Guerra mundial daria a esse surto novos impulsos e direções.

Contudo, não se pode atribuir apenas a tal fato as razões para as origens do processo de industrialização no Brasil:

Não procede, pois, a afirmação de que a indústria brasileira originou-se apenas da guerra européia. Teve esta, de fato, uma pronunciada influência no seu desenvolvimento posterior, por ter provocado uma notável diversificação na fabricação de novos produtos. As necessidades do consumo, impossibilitado de abastecer nos únicos mercados fornecedores de então, estimularam o nascimento de uma multiplicidade de pequenas indústrias, que se desenvolveram principalmente em São Paulo (SIMONSEN, 1973, p. 20).

Diante destes condicionantes, o parque industrial brasileiro configurou-se em artigos de consumo imediato, com pouco desenvolvimento da indústria de base. Fora a produção de cimento, produtos químicos e algum instrumental mecânico, a indústria pesada não se desenvolveu de forma satisfatória, de acordo com Simonsen. Uma política adequada para o desenvolvimento de industriais básicas era o fator essencial para que se promovesse o progresso. O autor se debruça sobre importantes setores, considerados estratégicos em sua visão, tais como: eletricidade, extração de carvão mineral, siderurgia, prospecção de petróleo e cimento. Ele também aborda sobre os setores têxtil e os estabelecimentos frigoríficos.

Curi (2014) destaca que, diferente dos outros setores estudados por Simonsen, os ramos da indústria voltados ao mercado interno não tinham caráter cíclico. Ele argumenta que todas as atividades citadas no livro “Evolução Industrial no Brasil e outros estudos” tinham uma evolução incipiente, porém, eram promissoras e independentes das oscilações da economia internacional.

Simonsen acredita que a comunhão entre as atividades industriais e a agricultura era fundamental para o progresso da primeira:

Nota-se, cada vez mais, a necessidade de uma profunda harmonia de vistas entre os grandes interesses da agricultura e da indústria, pois que, vivendo a maioria das nossas populações no campo e dada a extraordinária grandeza de nossas terras e a facilidade da produção de artigos para alimentação e vestuário, o progresso da indústria está

intimamente ligado ao enriquecimento da lavoura, parte importantíssima dos mercados internos. (SIMONSEN, 1973, p. 48).

Simonsen (1973) identifica inúmeros entraves ao desenvolvimento da indústria no país. Um desses, frequentemente citado por este autor em diversos textos, é o baixo número de indústrias pesadas e de base. Estas, por sua vez, encontram como obstáculos a insuficiência de capitais e a ausência de “uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial.” (SIMONSEN, p. 1973, p. 30). Além disso, ele afirma que a procura dos bens da indústria pesada é relativamente baixo, o que cria uma barreira à implementação de fábricas de grande porte. Para ele, há um ciclo vicioso, especialmente na siderurgia: o mercado interno pequeno não favorece a implantação desse setor, e a ausência de uma indústria siderúrgica impede que o país se desenvolva e, conseqüentemente, que o mercado interno cresça.

Sua análise da questão da siderurgia e das indústrias de base em geral segue um padrão que se repete em outros temas. Por um lado, Simonsen dá muita relevância a questões do lado da oferta, como o clima, a existência de minerais, de energia barata, de meios de transporte adequados, e da disponibilidade de capitais e de mão de obra. De outro lado, a demanda é, também, relevante. Para ele, a siderurgia depende tanto da disponibilidade das matérias primas quanto da existência de um mercado consumidor de sua produção. A mesma dinâmica de relação entre oferta e demanda aparece em sua explicação para o sucesso industrial de São Paulo. Por um lado, havia disponibilidade de energia elétrica; a existência, entre os imigrantes, de muitos artífices industriais; o clima favorável ao plantio do café; a localização geográfica da cidade de São Paulo, que era um centro ferroviário; por fim, os lucros da lavoura cafeeira, que haviam gerado um grande volume de capitais. De outro lado, havia a concentração de colonos europeus no planalto paulista, que possuíam um “[...] nível de vida muito mais elevado do que o dos primitivos habitantes.” (SIMONSEN, 1973, p. 25), o que criou um mercado para produtos industriais.

Outro entrave levantado pelo autor para a evolução industrial do país é a questão das leis trabalhistas. Simonsen (1973) enumera várias delas, como as férias anuais, licença maternidade, seguro contra acidentes, contribuição previdenciária, jornada semanal de 48 horas, salário mínimo e justiça do trabalho, com tons positivos⁵. Ao final da exposição, porém,

⁵ O autor é ambíguo no tratamento dessa questão. Em certo ponto, ele afirma: “O Brasil muito se avantajou na adoção de normas do direito social. A simples enumeração do que aqui já se adotou em poucos anos, não deixará de admirar mesmo aos norte-americanos, tão acostumados a ritmos agigantados de progresso” (Simonsen, 1973, p. 44). No final do texto, porém, ele defende a visão de que todas essas leis atravancam o desenvolvimento industrial do país.

ele afirma que “as complicações de ordem administrativa, que todas essas medidas têm trazido ao nosso parque industrial, contribuem, porém, para retardar, de alguma forma, novas iniciativas.” (SIMONSEN, 1973, p. 45).

O maior dos problemas, porém, é a baixa capacidade aquisitiva do país. Para Simonsen, a condição de autarquia de boa parte do território nacional, produzindo para o próprio consumo, reduz o tamanho dos mercados internos. Além disso,

[...] as facilidades de alimentação e a clemência do clima, que permite sensível economia de vestuário, aliadas as restrições internacionais opostas pelos países imperialistas ao comércio de produtos tropicais, limitam, consideravelmente, o estímulo ao trabalho e às possibilidades de empreendimentos agrícolas lucrativos, em vastas zonas brasileiras.” (SIMONSEN, 1973, p. 34).

O autor, porém, atenua suas preocupações ao argumentar que esse baixo poder aquisitivo pode, por outro lado, representar um enorme mercado de expansão do qual as indústrias brasileiras poderão dispor, mas isso apenas “[...] quando, por uma política econômica adequada e por um esforço conjunto da nação, pudermos alcançar um estágio mais adiantado em nossa evolução econômica.” (SIMONSEN, 1973, p. 35).

Dada a importância do tamanho dos mercados no pensamento de Simonsen, não é de se estranhar que a superação desse problema de baixa capacidade aquisitiva é um dos seus principais objetivos intelectuais. Para ele, “[...] é pelo aumento da produção em geral que temos de obter o aumento do ganho médio e, portanto, o aumento do consumo médio por habitante.” (SIMONSEN, 1973, p. 61)⁶.

É com essa preocupação com o aumento geral da produção e do consumo que Simonsen dá início à famosa controvérsia do planejamento com Eugenio Gudín. Para ele, o Brasil não logrará aumentos expressivos em sua produção através de meios clássicos de política econômica, aqui se referindo às políticas inconsistentes realizadas pelo governo da época e às políticas liberais. Simonsen defende uma outra rota, a do planejamento econômico, para que o Brasil cresça e atinja um nível de vida semelhante a países mais ricos. Para ele,

O planejamento é um esforço constante para dirigir a energia humana, objetivando uma finalidade racionalmente predeterminada. É uma técnica, um processo, uma metodologia, e não um sistema de governo. Como tal, pode ser adotado em toda e qualquer forma de governo. (SIMONSEN, 2010, p. 154).

⁶ Cavalieri e Curado (2016) vão procurar as origens intelectuais dessa ideia.

Simonsen não vê contradição entre planejamento econômico e democracia. Segundo o autor, o planejamento, feito em um regime democrático, “[...] tem que ser elaborado e executado pelo consentimento consciente das suas forças vivas, sob o controle direto dos órgãos representativos desse regime, da imprensa e da opinião pública.” (SIMONSEN, 2010, p. 154). Não há também, na visão do autor, contradição entre planejamento econômico e propriedade privada, uma vez que o planejamento “[...] cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade.” (SIMONSEN, 2010, p. 135).

De acordo com Simonsen, não se trata de escolher entre intervencionismo e liberalismo. Analisando a história, bem como a configuração econômica brasileira da época, ele afirma que sempre há intervencionismo: em diversos setores, o Estado interfere no financiamento, no estabelecimento de preços mínimos e na regularização da produção⁷; em outros, o controle é explícito, como no mercado de câmbio, de crédito, no sistema monetário, na distribuição de energia elétrica e nos principais meios de transporte. Conclui o autor: “Estamos, portanto, diante de uma situação de fato. Não se trata de escolher entre a presença ou a ausência do intervencionismo, mas, sim, entre o bom e o mau intervencionismo.” (SIMONSEN, 2010, p. 134).

Percebe-se um alinhamento de Simonsen com a visão da EPI sobre a relação entre Estado, mercado e política. Ele enxerga o mercado como construção social, assim, debater se ação estatal pode ser considerada intervencionismo ou não, é algo problemático. Aponta-se um papel ativo do Estado que, através do planejamento, deve direcionar a economia no sentido ao desenvolvimento econômico. Para ele, a industrialização é o meio para superar os entraves da dimensão limitada do mercado interno. Como exposto anteriormente, a ausência de uma política bem delineada no início desse processo foi um dos elementos de entrave para sua evolução.

5.2 CAIO PRADO JÚNIOR: A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS E O IMPERIALISMO

Ao se debruçar sobre a evolução da indústria no Brasil, Caio Prado Júnior (1970) aponta o grande hiato entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna manufatura. Segundo o autor, esta última “partiu do nada”, ou melhor, sem nenhuma tradição manufatureira e com precárias condições materiais e humanas. Em sintonia com Roberto Simonsen, Caio

⁷ Os setores são “[...] café, algodão, açúcar, cacau, borracha, sal, mate, carne e várias outras mercadorias.” (SIMONSEN, 2010, p. 133).

Prado remonta à abertura dos portos ao livre comércio exterior e ao acordo firmado com a Inglaterra em 1810 como as principais causas do aniquilamento da rudimentar indústria artesanal da colônia.

Entre o início da República e a primeira década do século XX, ocorrem diversos fenômenos importantes para a posterior industrialização brasileira. Um deles é a própria proclamação da República, cujo impacto não foi político ou social, já que, para o autor, a mudança de regime não passou de um golpe militar com participação de reduzidos grupos civis e sem nenhum engajamento popular. Para Caio Prado Júnior (1970, p. 228), o impacto se dá no terreno econômico, através da “[...] eclosão de um espírito que, se não era novo, se mantivera, no entanto, na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material.”. Exemplos dessa mudança de pensamento são a transformação na posição social relativa do homem de negócios, que passa de uma figura de segundo plano à posição central do novo regime, e também no comportamento de muitos indivíduos representativos da monarquia, os quais passam por uma mudança de atenções, da política para os negócios e a especulação. Segundo Caio Prado Júnior (1970, p. 229), “[...] o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas.”.

Outros fatores importantes são, no plano externo: o crescimento das economias europeias e norte-americana, o progresso da industrialização, as melhorias dos sistemas de transporte e o progresso das finanças. No plano interno, estão os crescentes fluxos imigratórios, que resolvem o problema da mão de obra, a implantação da energia elétrica e melhorias nos transportes marítimos e ferroviários (PRADO JÚNIOR, 1970).

Ao longo deste período, o Brasil se transformou em um dos principais produtores de matérias primas do mundo. O sucesso e a rentabilidade do café, da borracha, do cacau, do mate e do fumo acaba por absorver quase que a totalidade das capacidades produtivas do país. Tamanha é sua absorção que o país reduziu a produção de gêneros alimentícios, itens cujo volume de importação se tornou crescente, chegando a figurar com cerca de 30% do total de importações do país⁸. Esse crescimento, porém, comprometeu a estabilidade da economia brasileira. A concentração crescente em uns poucos produtos exportáveis colocava nossa economia sobre uma base frágil: qualquer crise com esses produtos – como de fato ocorreram – resultariam em grandes perdas econômicas (PRADO JÚNIOR, 1970).

⁸ É interessante notar que Simonsen não cita esse importante elemento das importações do país. O grande volume de gêneros alimentícios importados é mais uma das atividades a absorver as divisas externas do país.

Prado Júnior (1970) argumenta que o aumento das exportações não era suficiente para cobrir as importações. Ele aponta que esse desequilíbrio nas contas externas, que gera um declínio constante do câmbio, foi um dos principais fatores a estimular a industrialização do país:

As exportações, donde provinham todos os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de crescimento da população e de suas necessidades. Isto se observa em particular no *déficit* constante do nosso comércio exterior, e que perdurará até meados do século passado. O desequilíbrio geral das contas externas do país se comprova aliás, como já foi notado, pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional. (PRADO JÚNIOR 1970, p. 284-285).

A narrativa de Caio Prado para explicar a depreciação do câmbio é muito próxima à de Roberto Simonsen. Os dois argumentam que a indústria nacional cresceu em função de desequilíbrio externo, tendo em vista que as exportações não geravam divisas suficientes para cobrir as importações de uma população que crescia e diversificava seu consumo. Saes (1989) alega que, mesmo sem oferecer uma proposição geral entre a crise do setor externo e a industrialização, a interpretação de Simonsen apresentou contornos mais precisos. Como será discutido mais adiante, Celso Furtado apresenta uma proposição melhor delineada sobre a crise do modelo agroexportador e a desvalorização cambial.

Somam-se à queda persistente do câmbio outros três elementos, na interpretação de Caio Prado, para explicar o surgimento da indústria em nosso país. A elevação das tarifas alfandegárias a partir de 1844 é o primeiro deles. Na mesma linha de Simonsen, Prado Júnior (1970) elucida que o determinante do crescimento das tarifas foram as necessidades financeiras do Tesouro público e não uma política consciente proteção à indústria nascente. Na medida em que a classe política hegemônica era a dos grandes proprietários rurais, os interesses não se voltavam à proteção da indústria, pois eram naturalmente contrários.

Outro fator favorável foi a produção local do algodão, matéria-prima de grande importância para a indústria têxtil, que representou grande parte da produção nacional. Por fim, a disponibilidade de mão de obra e seu baixo preço foram essenciais para o desenvolvimento da pequena indústria que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX.

Caio Prado caracteriza este desenvolvimento inicial como limitado a pequenos mercados. O primeiro surto industrial “apreciável” foi verificado na final do Império (1880-1889), devido à intensificação das atividades econômicas do Brasil, e se prolonga na República, sendo reflexo “[...] à febre de iniciativas dos primeiros anos do novo regime.” (PRADO

JÚNIOR, 1970, p. 286). Contudo, é com a primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se dará grande impulso à indústria brasileira.

Não somente a importação dos países beligerantes, que eram nossos habituais fornecedores de manufaturas, declina e mesmo se interrompe em muitos casos, mas a forte queda do câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. No primeiro grande censo posterior a guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio de 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra [...] Chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. (PRADO JÚNIOR 1970, p. 284-285).

Já na década de 1920, a indústria tornou-se um setor importante na economia brasileira. Boa parte dos artigos manufaturados consumidos internamente é de produção nacional, dispensando o gasto de divisas com sua importação do exterior. “É nesta conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento da economia brasileira, que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo o seu equilíbrio.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 288)⁹.

Devido a essa importância e à posição de relativa segurança, Caio Prado argumenta que a indústria fica sem estímulo suficiente para um progresso qualitativo:

A maior parte das indústrias brasileiras viverá parasitariamente das elevadas tarifas alfandegárias e da contínua depreciação cambial. Não terá havido para elas a luta pela conquista e alargamento de mercados que constitui o grande estímulo das empresas capitalistas e o responsável principal pelo progresso vertiginoso da indústria moderna. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 288).

Além dessa acomodação, o autor cita que a concorrência entre os diferentes produtores nacionais é débil. Isso deve ao fato de que o mercado era amplo demais¹⁰, e seus recursos eram muito reduzidos para que algum deles aspirasse tomar conta de todo o mercado. Segundo ele, “Os industriais brasileiros viverão em família; família pacífica em que fraternalmente se repartem as oportunidades.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 289).

Diante das barreiras alfandegárias e cambial e da baixa concorrência, este autor argumenta que surgem indústrias inteiramente fictícias, as quais dependem de fontes externas para o abastecimento de todos os seus insumos. Todo esse cenário “[...] resultará em uma

⁹ Note que o autor está falando de 1920. Ou seja, para ele, a indústria se torna indispensável antes do que é para Furtado.

¹⁰ A argumentação de Simonsen vai na direção contrária. Como delimitado anteriormente, para este autor, um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento da indústria é o reduzido tamanho dos mercados.

indústria rotineira e de baixo nível qualitativo. Não haverá no seu conjunto nem progresso técnico sustentado (uma das características essenciais da indústria moderna), nem a paralela e indispensável concentração da produção.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 289).

Há ainda outro fator importante a contribuir com a debilidade da indústria da época, a saber: a fraca acumulação capitalista, restrita a poucas fontes. Uma delas é a lucratividade da lavoura cafeeira. Outra são os frutos dos momentos de especulação financeira, como na alta da bolsa no início da República. Caio Prado (1970) argumenta que alguns especuladores privilegiados lograram obter altos ganhos na fase de alta, e os reinvestiram no setor industrial. Por fim, outra fonte de acumulação é pelos lucros acumulados e reinvestidos pela indústria e pelo comércio. Essa acumulação, porém, resulta em capitais escassos e que são obtidos às custas de um padrão de vida próximo da subsistência pelos capitalistas que acumularam capitais por essa via.

Diante da dependência das barreiras alfandegária e cambial, da baixa concorrência e da insuficiente acumulação de capital, Caio Prado conclui:

Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 292).

Caio Prado Júnior defende seu ponto de vista da debilidade da indústria e de sua dependência do câmbio desvalorizado ao argumentar que, com a valorização cambial e o fim da política de emissões que ocorre a partir de 1924, muitas empresas fracassam ou se aproximam de níveis mínimos de rentabilidade.

Novo impulso à indústria é dado com a II Guerra Mundial, quando o país é, mais uma vez, privado de diversas importações. Com isso, abre-se espaço para a produção nacional, tal qual ocorrera durante a I Guerra. Porém, dessa vez a escala de importações restringidas é maior. Além disso, a indústria parte agora de um nível industrial mais robusto, o que facilita a indústria no abastecimento dos produtos restringidos. Alguns produtos serão até mesmo exportados, como é o caso dos tecidos. Porém, ao fim do conflito a prosperidade se esvai. Ocorre um surto de importações e voltamos a ter déficits nas contas externas.

Como visto acima, a narrativa de Caio Prado utiliza claramente a ideia de choques adversos para explicar o processo de industrialização brasileira. Sua argumentação não enfatizou as transformações ocorridas na economia brasileira a partir de 1930, como faz Furtado

em sua clássica interpretação. Para Prado Júnior, as mudanças já vinham ocorrendo desde meados do século XIX e a industrialização teria sido um processo reativo iniciado a partir dessa época, diante das adversidades externas, o qual veio adquirindo uma importância crescente até alcançar certo vulto no início do século XX¹¹.

A ideia de choques adversos, porém, não é suficiente para entender com profundidade a narrativa de Caio Prado sobre o processo de industrialização brasileira. O imperialismo é uma categoria fundamental em sua argumentação:

Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 68).

A intervenção do capital estrangeiro na economia brasileira é amplamente debatida por Caio Prado Júnior. O marco interpretativo “sentido da colonização” revela como isto está preso às raízes da formação do país, elucidando a *dependência e subordinação orgânica funcional* da economia brasileira. Este contexto de vulnerabilidade explica a facilidade de penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega nesta fase de desenvolvimento. Segundo Prado Júnior (1970, p. 297), “O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações.”.

Os primeiros empréstimos da Inglaterra pós Independência política marcam a penetração do capital financeiro no Brasil. Contudo, o caráter desses empréstimos não representa o papel específico do capital financeiro dos tempos recentes, na medida em que sua função é sobretudo política e seu fim é quase exclusivamente comercial, segundo Caio Prado.

O final do século XIX marca a modificação das relações entre as grandes nações capitalistas e os demais países. Assim, são substituídos os objetivos de venda dos produtos industriais para a exploração do capital financeiro em todas as suas modalidades nas diferentes atividades econômicas.

A economia mundial evoluiu para um vasto sistema dominado pelo capitalismo financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Esse sistema, em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de

¹¹ Como será detalhado na seção seguinte, a crise da economia cafeeira já se delineava antes de 1930 na interpretação de Celso Furtado. A diferença apontada refere-se a designação do fato externo que desencadeou a indústria no Brasil, o denominado “choque adverso”. Para Caio Prado Jr. foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), já para Furtado foi a quebra da Bolsa de Nova York em 1929.

muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1º) permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2º) abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3º) porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 298).

A principal via de penetração do imperialismo e de suas operações no Brasil são pelas empresas subsidiárias de grandes trustes internacionais. Sua entrada no mercado brasileiro é anterior à Primeira Guerra Mundial. Porém, é a partir deste momento que alcança vulto considerável. Neste segmento de indústria manufatureira¹² as inversões do capital estrangeiro foram frutos da luta de grandes empresas pela conquista de mercado. Inicialmente, sua penetração no Brasil se estabeleceu por meio de agências comerciais e, posteriormente, por indústrias subsidiárias (PRADO JÚNIOR, 1970).

Caio Prado (1970) esclarece que o imperialismo não se define apenas pela inversão em uma atividade ou outra. Ele forma um sistema abrangente de organização econômica mundial, em que tais inversões “[...] não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 305). No sistema imperialista, o Brasil ocupa uma posição secundária, e os desenvolvimentos de sua economia são reflexos de mudanças nos objetivos do capital internacional. Como exemplos, ele cita o surto de algodão no início do século XX, fruto de uma disputa entre os impérios da Inglaterra e do Japão; o aumento na concorrência no café, pois foi do interesse do capital que a produção fosse para outras regiões, como a Colômbia e a América Central; e a própria industrialização:

Estimulados pela concorrência, os grandes trustes industriais resolvem descentralizar sua produção, disseminando suas unidades pelo mundo e localizando-as nos pontos estratégicos dos mercados e das fontes de matérias-primas; o Brasil recebe uma quota desta redistribuição e se industrializa. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 306).

¹² Caio Prado Júnior (1970) exemplifica as atividades que o capital financeiro internacional se desdobrou no Brasil. Inicialmente, o setor de café foi o que mais atraiu investimentos. Ele atuou nas diferentes fases, desde a produção até o consumo (transporte, distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto – torração, moagem e outras manipulações). Outro segmento explorado foi a especulação financeira. Em 1863 se organizou o primeiro banco estrangeiro destinado a operar no Brasil, na sequência forma-se, com capitais ingleses, o Banco Brasileiro e Português. Outro campo de operações foram os empreendimentos industriais, sobretudo em empresas de serviços públicos: estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica, etc.

Mas, segue este autor, tudo pode mudar bruscamente: “[...] qualquer nova conjuntura mundial, econômica ou política, pode tornar outro ponto mais interessante: para lá se abala a indústria recém-criada.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 306).

No pós-Segunda Guerra, diversos fatores contribuem para a intensificação da presença dos trustes internacionais no país. Um dos principais estímulos é a instrução 113 da SUMOC de 1955, pela qual o Banco do Brasil era autorizado a emitir licenças de importação sem cobertura cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de câmbio) de equipamentos industriais de inversões estrangeiras. Porém, os empresários nacionais eram obrigados a adquirir previamente as licenças de importação para poderem trazer equipamentos. Ao mesmo tempo, no plano internacional, intensificava-se o processo de *trustificação* das economias, bem como finalizava-se a recuperação das economias devastadas pela guerra. O efeito das restrições da instrução da SUMOC, aliada a esta conjuntura, intensifica o fenômeno das parcerias entre empresas estrangeiras e nacionais. Com estas, as empresas nacionais beneficiavam-se com as facilidades de importação, enquanto as empresas estrangeiras obtinham uma penetração mais cômoda e segura no mercado brasileiro. Isso, posteriormente, geraria desequilíbrios adicionais nas contas externas do país, devido aos fluxos de remuneração dos capitais investidos (PRADO JÚNIOR, 1970).

Segundo Prado Júnior, as empresas estrangeiras que se instalaram no país visavam conservar um mercado que já lhes pertencia. Decidem vir ao país devido às dificuldades e restrições impostas às nossas importações, tendo em vista os diversos processos já descritos. Destarte:

O processo de industrialização se faz entre nós simples expressão da política internacional de vendas de organizações estranhas que têm seus centros diretivos completamente fora do alcance da economia brasileira e de seus interesses próprios. É ao acaso – acaso para nós – dos impulsos e iniciativas desses centros que se está desenvolvendo e se desenvolverá sempre mais, a persistirem as circunstâncias vigentes, o processo da industrialização do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 351).

Para melhor entender a lógica de funcionamento dos trustes, é necessário compreender a visão geral de Caio Prado Júnior sobre o capitalismo da época. Para ele, o fator mais importante não é necessariamente a propriedade do capital, mas seu controle dele. Afirma que o lucro capitalista é função do alcance de seu domínio sobre o poder aquisitivo da massa consumidora.

Portanto, o objetivo dos trustes internacionais é o controle das economias nas quais se inserem, serão eles “[...] que fixarão as normas, o ritmo e os limites do desenvolvimento, para eles naturalmente determinados pelo montante dos lucros que a

economia brasileira é capaz de proporcionar.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 355). Esses limites são os saldos financeiros nas contas externas, pois são eles que permitem a liquidação efetiva dos lucros das filiais. Assim, para os trustes, o saldo entre nossas exportações e importações dá a medida dos lucros passíveis de serem enviados às suas matrizes. Lucros em excesso, no sentido de serem maiores que os saldos das contas externas, não são do interesse dos trustes, pois são lucros que não podem ser liquidados. Desse modo, eles fixam o limite de suas atividades no país e, indiretamente, determinam o próprio ritmo de desenvolvimento da economia brasileira.

Aqui, enfim, é possível visualizar a ligação do imperialismo com o sistema colonial. É deste último que surgem os saldos externos, por ser este um sistema baseado na exportação de produtos primários. O autor assim resume a ligação: “Considerada do ponto de vista geral do imperialismo, a economia brasileira se engrena no sistema dele como fornecedora de produtos primários, cuja venda nos mercados internacionais proporciona os lucros dos trustes que dominam aquele sistema.” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 355).

Porém, Caio Prado Júnior afirma que há uma restrição ainda mais grave gerada pelo imperialismo, que é sobre o progresso tecnológico do país. Isso porque, segundo ele, o progresso técnico é um elemento fundamental do capitalismo de sua época. Países nos quais não há pesquisa técnico-científica própria e autônoma ficam em uma posição dependente e subordinada em relação aos centros capitalistas.

Caio Prado Júnior concede que o imperialismo contribuiu para a industrialização e modernização do país. Porém, não se pode depender desse sistema:

Em suma, não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento. Ao contrário desse desenvolvimento, o que os empreendimentos imperialistas determinam, na atual conjuntura brasileira, é uma deformação e amesquinamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial, que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 358).

Refletindo sobre o processo de industrialização como um todo, Caio Prado (1970) argumenta que o fato de o desenvolvimento da indústria ter se dado em momentos de crises fez com que as fases de crescimento industrial coincidissem com momentos nos quais grande parte da população enfrenta dificuldades. Com isso, ocorre um desentrosamento entre as necessidades gerais do país. Além disso, diversos setores industriais derivam seus lucros de consumo suntuário, feito por parte pequena e abastada de nossa população. E assim resume sua visão:

Em suma, o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza de seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado, por força do baixo padrão dominante no país, mas sobretudo qualitativamente mal disposto e coordenado, por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que, organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apoia e articula nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral. (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 362).

A difícil transição entre economia colonial e nacional será o cerne de suas análises posteriores. Ao reduzir o significado da industrialização, este autor segue realçando o caráter colonial da economia, destacando os momentos de conservação na história econômica brasileira. Assim, observa-se que a dependência, justificada com o fato de voltar-se para fora, subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – Independência, República, Abolição, Industrialização, etc. Tais transformações foram fundamentais para economia brasileira, na medida em que sua evolução passou a ser baseada no impulso e comando do desenvolvimento capitalista, e não mais condicionada por um caráter cíclico. Como afirmado por Caio Prado, a economia ascendeu a um novo plano. Contudo, o Brasil manterá a mesma posição relativa nessa nova ordem, “[...] de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional.” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 55). Ou seja, nos termos institucionalistas, sua evolução apresenta um nítido e importante *path dependence*.

5.3 CELSO FURTADO: A IDEIA DE CHOQUES ADVERSOS E A POLÍTICA INCONSCIENTE DE MANUTENÇÃO DA RENDA

Na interpretação de Celso Furtado (1959), as transformações ocorridas na economia brasileira a partir de 1930 foram profundas. Sua tese clássica - a ideia de “choques adversos” e o conseqüente deslocamento do eixo dinâmico da economia brasileira para o setor de mercado interno, facilitado pela política macroeconômica do governo brasileiro – lançou bases para um intenso debate sobre temática¹³. Saes (1989) destaca que na narrativa de Furtado não se

¹³ Peláez (1968) destacou-se como um dos maiores opositores à interpretação de Celso Furtado. Seus principais argumentos seriam que a política de defesa do café não foi feita com base na expansão de crédito e sim por empréstimos externos, inicialmente, e por impostos sobre a venda de café. Além disso, criticou a tese de que a recuperação da economia brasileira nos anos 1930 tenha sido possibilitada pelo mercado interno. De acordo com o autor, a recuperação “[...] repousou sobre fatores externos, tanto diretos, mediante balanço de pagamentos, como indiretos, através do efeito que tiveram sobre o déficit orçamentário, em virtude da queda das importações [...]” (PELÁEZ, 1968, p.36). Tal controvérsia dividiu-se entre a “teoria dos choques adversos” *versus* industrialização induzida pelas exportações. A partir de 1970, diversos autores agregaram novos elementos ao debate original, tais como Warren Dean (1971), Albert Fishlow (1978), Flavio e Maria Teresa Versiani (1978), Anibal Villela e Wilson Suzigan (1973), Sérgio Silva (1976) e João Manuel Cardoso de Mello (1982).

encontram referências às origens da indústria no Brasil¹⁴. Isto se explica pelo fato de que indústria passa a interessá-lo apenas quando se processa o “deslocamento do centro dinâmico”.

O ponto de partida para a compreensão deste processo, volta-se ao entendimento da crise do sistema cafeeiro. A tendência de redução dos preços do café no longo prazo era muito clara para Celso Furtado (2007), na medida em que a elasticidade da oferta de mão de obra e abundância de terras caracterizavam os países produtores de café. No Brasil, tem-se uma expansão significativa da cultura cafeeira no final do século XIX. No início do século seguinte as primeiras crises de superprodução foram observadas.

A política de valorização do café, estabelecida através do Convênio de Taubaté em 1906, permitiu que os investimentos na lavoura cafeeira continuassem elevados, não apresentando, assim, uma solução definitiva para o crescimento da oferta:

Em síntese, a situação era a seguinte: a defesa dos preços proporcionava à cultura do café uma situação privilegiada entre os produtores primários que entravam no comércio internacional. A vantagem relativa que proporcionava esse produto tendia, conseqüentemente, a aumentar. Por outro lado, os lucros elevados criavam para o empresário a necessidade de seguir com suas inversões. Destarte, tornava-se inevitável que essas inversões tendessem a encaminhar-se para a própria cultura do café. **Dessa forma, o mecanismo de defesa da economia cafeeira era, em última instância, um processo de transferência para o futuro da solução de um problema que tornaria cada vez mais grave. O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até os fins do terceiro decênio do século XX. A crise mundial de 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável.** (FURTADO, 2007, p. 256, grifo nosso).

Segundo Furtado, existia um desequilíbrio estrutural entre oferta e procura desse bem. Em função dos estímulos *artificiais* a oferta crescia, ao mesmo tempo em que a demanda evoluía em linhas tradicionais. Ou seja, declinava pouco nas depressões e se expandia pouco nas etapas de prosperidade. Em tais condições era inevitável que os produtos coloniais apresentassem uma tendência de longo prazo à baixa de seus preços.

Esta seria a contradição do modelo agroexportador de economias periféricas, que se alinha com a clássica tese de deterioração dos termos de intercâmbio de Raúl Prebisch. Segundo esta tese, o comércio internacional prejudica os países periféricos – que eram especializados na produção de bens primários – na relação de intercâmbio comercial com países industriais. Sua capacidade de importar é declinante, na medida em que os preços relativos dos produtos primários reduzem mais que os preços dos bens industriais, bem como há uma tendência de longo prazo para seu barateamento. Este modelo condenava os países à estagnação e ao

¹⁴ Como já explicitado anteriormente, Celso Furtado (2007) aponta que seu objetivo no livro *Formação Economia do Brasil* não se volta à reconstituição dos eventos históricos, e sim a análise dos processos econômicos.

subdesenvolvimento, e as crises – “choques adversos” – poderiam ser uma alternativa para o rompimento com esta lógica e se industrializar.

Na interpretação de Furtado (2007), o crescimento industrial fora impulsionado pelo estrangulamento externo (crise de 1929), porém não se resume à sua decorrência. A política econômica governamental de Vargas, mesmo que de forma inconsciente, também contou a seu favor. Getúlio Vargas retomou a política de defesa do café a partir de 1930¹⁵. Segundo Furtado, ela foi reflexo da pressão dos cafeicultores e também dos *interesses nacionais*.

O instrumento clássico desta política de defesa se operou, em primeiro lugar, através da taxa cambial. A súbita queda no preço internacional do café e a falência no sistema de conversibilidade provocaram uma redução no valor externo da moeda. Esta depreciação da moeda, ao reduzir os impactos da baixa do preço internacional, poderia ser um estímulo a novos investimentos, porém, ela foi menor que a queda nos preços. Contudo, este mecanismo cambial tinha suas limitações. Furtado (2007) argumenta que ele não se constituía como instrumento efetivo, tendo em vistas a gravidade dos impactos da crise.

Atrelado ao que foi exposto acima, a compra e queima dos estoques de café foi outro instrumento fundamental desta nova política de defesa. Furtado (2007) esclarece que esta seria a única forma de evitar que o equilíbrio fosse obtido à custa do abandono da colheita. Ele argumenta que a utilização deste mecanismo era indispensável para evitar a baixa do preço do produto, tendo em vista a pressão dos estoques. Por meio desta política, o equilíbrio entre a oferta e a demanda era alcançado a um nível mais elevado dos preços.

A retenção dos estoques de café foi financiada pela expansão do crédito. Esta medida permitiu mais uma vez uma socialização dos prejuízos, na medida em que ela agravaria o desequilíbrio externo, contribuindo para a desvalorização da moeda e, por consequência, beneficiando indiretamente o setor exportador (FURTADO, 2007).

Consideremos mais detidamente as consequências da política de retenção e destruição de parte da produção cafeeira seguida, com o objetivo explícito de proteger o setor cafeeiro. Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria de produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia. (FURTADO, 2007, p. 269).

¹⁵ O governo de Washington Luís havia decidido não continuar com a política de defesa do Café, que se estabelecia pela compra de estoques excedentes, tendo em vista a impossibilidade de adquirir empréstimos no exterior.

O governo de Vargas transformava a política de defesa do café em um programa de fomento da renda nacional. Tal intervencionismo antecipara as medidas de sustentação da demanda agregada preconizadas anos depois (1936) por Keynes, com a publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Reitera-se a relevância do Estado nesse processo, pois a simples ocorrência dos “choques adversos” não é, nessa interpretação, condição suficiente para o impulsionamento industrialização brasileira. A política acima delineada, mesmo que de forma inconsciente, foi uma peça fundamental¹⁶.

O mecanismo de financiamento via expansão do crédito acarretou um desequilíbrio externo. Furtado (2007) argumenta que nos anos de depressão, as divisas proporcionadas pelas exportações não eram suficientes para cobrir as importações induzidas pelo crescimento da renda criada direta e indiretamente pelas exportações. Tem-se como consequência uma desvalorização cambial, encarecendo, assim, os artigos importados. E, de forma automática, reduzia o coeficiente de importações.

Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. **Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador.** Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era **a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital.** (FURTADO, 2007, p. 277).

Tem-se, então, o “deslocamento do centro dinâmico” da economia para o setor interno. Para o autor, “em sua primeira fase, a industrialização brasileira significa, essencialmente, implantação de indústrias para atender a uma demanda preexistente, isto é, para substituir importações.” (FURTADO, 1964, p. 113). A utilização da capacidade ociosa foi decisiva nesta primeira fase de expansão da produção industrial, a possibilidade de adquirir equipamentos de segunda mão a preços baixos no exterior também foi um ativo. De acordo com Furtado (2007), a partir de 1933 a produção industrial recupera o nível de 1929, inclusive verifica-se a instalação de bens de capital. Entre o período que compreende 1929-1937 a produção industrial cresceu

¹⁶ Uma importante contribuição a este debate foi dada por Fonseca (2003). Ele destaca a relevância das políticas de cunho keynesianos adotadas por Vargas e argumenta que tais medidas foram fundamentais para o posterior crescimento da economia brasileira. Resultado oposto foi verificado na Argentina, dado que em 1930 assume um governo liberal. Indo além, este autor discute a intencionalidade da política de Vargas. Ele argumenta que restringir-se apenas às políticas instrumentais – monetária, fiscal e cambial – como faz Furtado, não deixa claro sua intenção. Aponta-se para uma análise em conjunto das políticas “meio”, “fins” e institucionais. Seu estudo conclui que há evidências empíricas suficientes que demonstram a consciência do governo no sentido da industrialização. Assim, ela não pode ser considerada mero “subproduto” das políticas empreendidas em defesa da economia cafeeira.

cerca de 50%, o mercado interno mais de 40% e a renda nacional cerca de 20%, representando um incremento per capita de 7% (FURTADO, 2007).

Outra fase decisiva para a industrialização do país foi o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Segundo Furtado (2009), a combinação de falta de serviços básicos de transporte, de fontes de energia e de infraestrutura em geral, aliados à atividade interna aquecida, criou um surto inflacionário. À época, o diagnóstico dessa inflação era o de que os preços eram altos devido aos elevados custos industriais. Com o objetivo de forçar uma baixa nos preços, o governo fixou o cruzeiro em um valor muito baixo. O resultado foi um surto de importações que rapidamente esgotou as reservas acumuladas ao longo da guerra.

No início de 1948, essa política já não era mais sustentável. Devia-se optar entre a desvalorização ou o controle das importações. Optou-se por esta última, através de reduções nas importações de bens de consumo em benefício dos bens de capital e matérias-primas, o que beneficiou duplamente a indústria: por um lado, reduziu-se a concorrência externa em bens de consumo; por outro, permitiu que os bens de capital e as matérias-primas fossem adquiridas a preços relativamente baixos (FURTADO, 2007).

Ele resume esse período da seguinte maneira:

Assim como na década de 1930 as medidas tomadas para favorecer o setor exportador beneficiaram efetivamente o setor industrial, na década de 1940 medidas que visavam a forçar os industriais a baixar os seus preços, através da concorrência externa, vieram proporcionar uma proteção e favores ao setor industrial em escala nunca antes imaginada. (FURTADO, 2009, p. 211).

A política de restrição das importações, porém, gerou diversos desequilíbrios. O fato de se terem restringido com mais força as importações de bens não essenciais fez com que as indústrias desse tipo de bens se tornassem as mais rentáveis. Dessa forma, os investimentos “[...] concentraram-se na razão inversa da essencialidade da indústria.” (FURTADO, 2009, p. 211).

A consequência disso foi que não se estabeleceu, inicialmente, uma indústria de bens de capital e de certas matérias-primas. Com isso, “[...] simplesmente para manter operando as indústrias instaladas no país se necessitaria um volume de importações muito superior à capacidade para importar.” (FURTADO, 2009, p. 211). As soluções para o problema seriam reduzir o nível de atividade nas indústrias existentes e concentrar-se na substituição de importações, ou sacrificar os novos investimentos com vistas a manter o nível de emprego nas indústrias existentes. Segundo o autor, optou-se por uma junção de ambas as opções, gerando fortes pressões inflacionárias.

A inflação, aliás, é um elemento importante no pensamento do autor quanto à industrialização brasileira. Para Celso Furtado (1964; 2009), a inflação foi um instrumento de remoção de obstáculos à industrialização. Mais precisamente, “[...] a inflação é um processo de distribuição da renda, provocado por causas múltiplas, mas que sempre opera em benefício de grupos ligados aos investimentos.” (FURTADO, 1964, p. 116). Ele identifica três ondas inflacionárias, cada uma cumprindo um papel diferente no processo de industrialização. A primeira delas é causada pela política de defesa do café, que, ao manter a demanda aquecida, gerou pressões inflacionárias. A contrapartida dessa inflação foi um aumento na rentabilidade relativa do setor industrial, captando assim recursos que de outro modo iriam para a agricultura ou permaneceriam ociosos. A segunda volta-se ao primeiro decênio do pós-guerra. Com a combinação de taxa de câmbio estável, controle seletivo de importações e inflação interna, “[...] criaram-se as condições para as grandes transferências de renda que alimentaram a acumulação industrial no após-guerra.” (FURTADO, 1964, p. 116). Por fim, a terceira onda, da segunda metade da década de 1950, decorreu da aceleração de investimentos em setores básicos.

O autor explora cenários contrafactuais nos quais a inflação não ocorre. Ao discutir as duas primeiras ondas supracitadas – a da política de defesa do café nos anos 1930 e a da restrição às importações no pós-guerra –, conclui:

[...] a inflação desempenhou papel básico no processo da industrialização brasileira. No primeiro caso, sem a inflação, o nível de renda teria sido mais baixo e o de investimentos ainda muito mais baixo. A taxa de crescimento, portanto, teria sido muito inferior e quiçá negativa. No segundo caso, coube à inflação o papel principal de elevar a taxa de investimento e de concentrar esses investimentos no setor industrial. Sem a inflação a taxa de crescimento teria sido seguramente mais baixa. (FURTADO, 1964, p. 117).

Além de sua clássica interpretação do papel da crise de 1929 sobre a industrialização, Celso Furtado também explora outro acontecimento desta época e suas repercussões sobre a indústria. Para ele, “O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação” (FURTADO, 1964, p. 111). Além disso,

O oportunismo político dos novos dirigentes, muito menos rígidos em seus esquemas ideológicos que os homens de Minas e São Paulo que antes haviam governado a República, abriu indiretamente a porta à industrialização. A partir de então, a economia brasileira já não depende apenas, para crescer, de impulsos vindos do exterior. Criara-se no país um centro dinâmico apoiado no mercado interno. (FURTADO, 1964, p. 113).

O autor aponta, porém, que os novos dirigentes não se confrontavam de modo direto com as velhas classes ligadas à exportação. A política de defesa do café é um exemplo cabal da conciliação entre eles. A convivência, entretanto, não era pacífica. As disputas entre grupos ligados à lavoura e à exportação e aqueles ligados à indústria mantêm-se por anos. O ponto final dessa disputa pelos chamados “centros de tomada de decisão” é a política cambial no pós-segunda guerra. De início, prevaleceu o ponto de vista do primeiro grupo, com a fixação do câmbio em níveis baixos. Diante dos problemas, ganha proeminência a visão dos industriais, defendendo a restrição de importações. Outro embate foi quanto ao petróleo, com o primeiro grupo defendendo sua exploração pelo capital internacional, e com os industriais defendendo a exploração desse recurso com capitais nacionais. Para Celso Furtado, “[...] na medida em que estes grupos passaram a predominar no Brasil, firmou-se a mentalidade “desenvolvimentista”, que possibilitou a formação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio.” (FURTADO, 2009, p. 215).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou realizar uma comparação das interpretações de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado à luz da Economia Institucional, com base nas categorias de análise mercado, estado e capitalismo, sobre três temáticas da história econômica brasileira, a saber: a evolução colonial; a formação do Estado Nacional, abolição da escravidão e a emergência do trabalho assalariado; e a industrialização tardia. A revisão teórica se baseou majoritariamente nos trabalhos de Hodgson e da Economia Política Institucional de Chang, destacando as três categorias de análise, bem como abordando a discussão sobre instituições e mudança institucional.

Foi possível constatar uma consonância nas análises dos intérpretes no tocante ao mercado. Embora as narrativas tenham sido construídas focando diferentes aspectos, a conclusão foi a mesma: o atrofiamiento do mercado interno como resultado de restrições tanto do lado da oferta, quanto do lado da demanda. Como destacado por Caio Prado, no lado da oferta, aponta-se a estrutura da produção colonial que, baseada na monocultura, escravidão e na grande propriedade, limitou a circulação de mercadorias. Por outro lado, o baixo consumo da população atrelado demanda saciada com produtos importados pelas classes ricas acabou por frear o desenvolvimento da produção interna. A elevada concentração de renda gerou o que Simonsen chamou de “orgia de despesas improdutivas”. Furtado destacou que o crescimento da economia se fez em benefício de grupos restritos, sem que o mercado interno atuasse no centro da economia do país.

Outro ponto de consenso entre os três autores é a lógica de atuação do Estado português na colonização, a da exploração comercial. Simonsen e Furtado apontaram o quanto este caráter foi prejudicial para o desenvolvimento da colônia e da metrópole. Caio Prado Júnior, por sua vez, criou o marco interpretativo “sentido da colonização”. Tal categoria é central na análise deste autor. Através dela, o autor evidenciou a motivação comercial do Estado português, ao demonstrar que o “sentido” toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu.

A fraca atuação do Estado português na colônia é debatida tanto por Caio Prado e Furtado. Eles revelaram que a consequência foi a ampliação da autoridade e o prestígio do senhor rural. Caio Prado argumentou que o clã patriarcal é algo específico da organização brasileira, resultado do regime econômico colonial. Estando no centro da sociedade colonial, o senhor rural se aristocratizou, pois reunia os elementos básicos para tal, a saber: riqueza,

autoridade e poder. A análise de Furtado evidenciou que mesmo com a criação de um governo geral sediado na colônia, este quadro permaneceu. Deveu-se a isto o papel desempenhado pela Coroa portuguesa, que esteve limitado a auxiliar os senhores privados e a defesa contra o invasor estrangeiro.

Também foi possível observar na narrativa de Caio Prado e Celso Furtado o papel constitutivo da instituição escravidão na formação de hábitos, tradições e convenções sociais da sociedade colonial. Ambos destacaram o rebaixamento da condição social do trabalho. Furtado foi além e apontou também outros aspectos, como a tendência do brasileiro para arbitrariedade e para o mandonismo, a tradição do “coronel” na vida política, e o ambiente de intimidade criado pelo domínio patriarcal. Com uma clara influência de Gilberto Freyre, Celso Furtado revelou que tal ambiente acomodou as distintas concepções de mundo e a noção de propriedade privada, fazendo das relações sociais a principal moeda de troca na sociedade colonial.

Os autores apresentam divergências quanto ao entendimento da evolução colonial. A narrativa de Simonsen focou nos ciclos de produção colonial (pau-brasil, açúcar, mineração, etc.). Por meio de análise caracterizada pelo grande esquematismo ele argumentou que a riqueza gerada por tais ciclos não era permanente e que cada novo ciclo esgotava as potencialidades desse tipo de economia primária. Caio Prado apresentou uma interpretação que relaciona o caráter da economia brasileira com sua evolução cíclica. Assim, os ciclos não seriam vistos como fenômenos isolados, mas como manifestações específicas de um fenômeno mais amplo, determinado pela vasta empresa colonial constituída com o objetivo de explorar recursos da colônia. Por sua vez, a categoria fundamental na análise de Furtado foi o caráter escravista. A estrutura de produção colonial era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem gerar modificações estruturais. Assim, eternizara-se uma economia exportadora, com riqueza concentrada e pequena dimensão de mercado interno.

Como *path dependence* da escravidão no Brasil, os três autores apontaram o racismo e a marginalidade da população negra no país. Destacou-se, na interpretação Caio Prado Júnior, a permanência do o “sentido da colonização” na evolução do país. Embora incorpore esse marco interpretativo em sua tese de Doutorado, Celso Furtado não compartilha da visão de continuidade de Prado Júnior. Contudo, Furtado indica alguns atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente, que são: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo.

A categoria capitalismo foi trabalhada com ênfases distintas por cada autor. A existência do feudalismo no Brasil foi negada por todos, porém somente Caio Prado Júnior apresenta uma

contribuição mais nítida sobre esse modo de produção. Da narrativa de Simonsen e Furtado, captou-se apenas a inserção da colonização no quadro de expansão do capitalismo comercial e a identificação dos donatários como capitalistas.

Caio Prado Júnior foi além e relacionou não só com o processo de formação, mas também com o processo de consolidação do capitalismo industrial. Esta etapa fragilizou o pacto colonial e como resultado desse processo, a proeminência portuguesa finda enquanto o Brasil se organiza em um Estado Nacional, integrada a essa nova ordem. Desencadeou-se um processo de transformações que aboliu o regime de trabalho servil. A partir desse momento é que se firmaram as relações capitalistas de produção. Foi possível observar que a análise de Caio Prado é compatível com as colocações de Hodgson (2001, 2015), que não define o capitalismo a partir de seus resultados e sim por meio das estruturas sociais que criam a motivação para obtenção de lucros; e que busca compreender a dinâmica dessa formação social não apenas pelos elementos essenciais, mas também pelas impurezas, como por exemplo a escravidão.

Na análise da independência política brasileira foram elencados diferentes aspectos nas narrativas dos autores. Simonsen destacou os fatores externos em sua análise. A inversão política com a transferência da Coroa Portuguesa foi fundamental, pois promoveu uma coincidência das diretrizes políticas do império com o do núcleo econômico. Caio Prado enfatizou os fatores externos, contudo, os internos tiveram um peso maior nesse processo. Para ele, a essência das transformações deve ser buscada no caráter geral do sistema colonial, o qual não permitiu a formação de um sistema econômico nacional capaz de fornecer a subsistência de sua própria população, dado ter como seu único objetivo o comércio internacional para benefício da metrópole. As diversas contradições que emergiram deste contexto foram fundamento para as forças renovadoras. Por sua vez, Celso Furtado atribuiu as perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII e os conflitos do início do século XIX como elementos catalisadores para processo de independência política brasileira.

As visões dos autores também divergiram em alguns pontos sobre a atuação do Estado. Foi possível observar que a interpretação de Simonsen superestimou a administração de D. João VI, destacando a determinação do governo em valorizar o país e transformá-lo em um grande império. De forma mais moderada, Caio Prado compartilhou essa narrativa. Outro ponto de convergência dos autores foi o entendimento de que o acordo celebrado em 1810, que impossibilitou o desenvolvimento da manufatura nacional.

Por outro lado, Celso Furtado argumentou que o tratado não pode ser usado para explicar o nível insatisfatório de desenvolvimento da economia brasileira, pois diante da ausência de uma classe comerciante de significativa importância na colônia, os grandes proprietários rurais

de produtos para exportação eram a única classe com expressão. Sua ascensão foi consolidada com a saída de D. João VI e o liberalismo passou a ser adotado como base ideológica. Não haveria, portanto, interesse político para medidas governamentais em direção à mudança da estrutura econômica brasileira. Para a economia brasileira ter se desenvolvido no sentido de maior industrialização na primeira metade do século XIX, a condição básica teria sido o incremento na capacidade de importar, em vista da defasagem de base técnica nacional. Tal seria dependente da expansão das exportações, não sendo suficiente a adoção de medidas protecionistas para esse fim.

Após a emancipação política, o passo mais importante para as grandes transformações que sucederam na economia brasileira foi o fim do tráfico de escravos e do regime servil. Simonsen fundamentou a transição entre os modos de trabalho pelo “progresso material da civilização”. Como consequência da utilização da mão de obra imigrante europeia nas lavouras de café, seria diminuída a relevância do trabalho servil. Na interpretação de Caio Prado foi observado nitidamente o papel constitutivo das instituições, que foi delineado por Chang e Evans (2000). Dado o novo contexto de nação politicamente independente, o trabalho servil passou a ser moralmente condenado, tendo em vista que representava uma contradição interna frente cenário de liberdade. A análise de Furtado focou nas repercussões econômicas. Para ele, a abolição do trabalho escravo foi uma medida mais política do que econômica, tendo em vista que esta tinha maior relevância como base do sistema regional de poder do que como forma de organização produtiva. Verificou-se que os três intérpretes ponderam as críticas que denominam esse processo como lento e gradual, bem como eles ressaltam o trabalho assalariado do imigrante europeu como embrião de uma economia de mercado interno.

No debate quanto à industrialização, temos diferentes enfoques por parte dos intérpretes. As origens desse processo, para Simonsen, derivam das desvalorizações cambiais. A ideia de choque adversos é presente nos três autores, mas ela aparece com mais clareza na narrativa de Roberto Simonsen. Tal variável exógena – oriunda da Primeira Guerra Mundial – vai impulsionar e dar uma nova dimensão ao setor. Para Caio Prado, a ideia dos “choques adversos” não é tão linear. Ele resalta as conexões da industrialização brasileira com o Imperialismo. Por meio desse quadro de dominação, apontou-se um ambiente institucional que condiciona sua evolução. Já Celso Furtado dá primazia à crise de 1929, combinada à política de defesa dos preços do café, que manteve a demanda interna aquecida. A conjunção de restrição externa com demanda interna aquecida deu ímpeto à indústria nacional, causando um deslocamento do eixo dinâmico da economia. Ou seja, não foi apenas o “choque adverso”, o Estado teve um papel fundamental, mesmo que de forma inconsciente, nesse processo.

Verificou-se que o fio condutor da análise destes intérpretes do Brasil é o *path dependence*. Em diversas dimensões, os autores apontam entraves que permanecem na evolução econômica brasileira. Caio Prado, por sua vez, apresenta uma linha mais “radical”. Nos textos analisados neste estudo, constatou-se que ele seguiu realçando o caráter colonial da economia. Observou-se que a dependência, justificada com o fato de voltar-se para fora, subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – Independência, República, Abolição, Industrialização, etc. Embora em um outro patamar, este autor reforça a conservação da posição secundária do Brasil na “nova ordem econômica”.

Por fim, evidencia-se o potencial da economia institucional como marco de análise para entender a formação e evolução da economia brasileira. Como ficou nítido nas narrativas dos três intérpretes, a compreensão do processo evolutivo de uma nação perpassa pela análise de suas estruturas institucionais. Apesar das revisões de alguns tópicos de suas interpretações, as obras de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado se mantêm como leituras necessárias para a compreensão da dinâmica da economia brasileira.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR FILHO, H. A de. Enraizamento social do mercado no Brasil: uma abordagem a partir da economia política institucionalista e dos intérpretes do Brasil. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 27, p. 86-108, jan./jun. 2019.
- BIELSCHOWSKY, R. Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *In*: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (org.). **50 anos de Formação Econômica do Brasil**: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 49-70.
- BORJA, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**. 2013. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CAMPOS, M. M. S. **O processo de desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva institucionalista**: elementos de uma abordagem heterodoxa. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CANABRAVA, A. P. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 1., São Paulo, 1972. **Anais [...]**. São Paulo: IEB/USP, 1972. v. 2, p. 4-9.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CAVALCANTE, C. M. A economia institucional e as três dimensões das instituições. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 373-392, set./dez. 2014
- CHANG, H.-J. **The political economy of industrial policy**. London: MacMillan, 1994.
- CHANG, H.-J. **The political economy of industrial policy**. Hampshire: Palgrave Macmillan Press, 1996.
- CHANG, H.-J. The Economic Theory of the Developmental State. *In*: WOO-CUMINGS, M. (ed.). **The Developmental State**. Ithaca: Cornell University Press, 1999. p. 182-199.
- CHANG, H.-J. An institutionalist perspective on the role of the state: towards an institutionalist political economy. *In*: BURLAMAQUI, L; CASTRO, A.C; CHANG, H.-J. (Ed.). **Institutions and the role of the state**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. p. 3-26.
- CHANG, H.-J. **Breaking the Mould**: An Institutional Political Economy Alternative to the Neoliberal Theory of the Market and the State. Genebra: United Nations Research Institute for Social Development, 2001. (Social Policy and Development Programme Paper, 6).
- CHANG, H.-J. **Chutando a Escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHANG, H.-J. Um estudo sobre a relação entre instituições e desenvolvimento econômico: algumas questões teóricas fundamentais. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 13-31, 2008. Disponível em: <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/117>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CHANG, H.-J. **23 Things They Don't Tell You about Capitalism**. London: Penguin Books, 2011.

CHANG, H.-J. Institutions and economic development: theory, policy and history. **Journal of Institutional Economics**, Cambridge, v. 7, n. 4, p. 473-498, 2011b.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a construção de uma teoria econômica das instituições. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.23, n.1, p. 77-106, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C; GABRIANI, C. R. Institucionalistas e pós-keynesianos – ensaio sobre incerteza em uma economia capitalista financeira moderna. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 1-23, jan./abr. 2019.

CURI, L. F. B. **Entre a História e a Economia**: o pensamento Econômico de Roberto Simonsen. Dissertação (Mestrado em história econômica) – Departamento de História da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DEAN, W. A Industrialização de São Paulo. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

FAUSTO, B.; DEVOTO; F. J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FERRARI, A.; FONSECA, P. C. D. A escravidão colonial brasileira na visão de Caio Prado Junior e Jacob Gorender: uma apreciação crítica. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 161-196, jun. 2011.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *In*: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. de. (org.). **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1978. p. 7-40.

FONSECA, P.C.D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, v. 23, n.1, p.133-148, jan./mar. 2003.

FONSECA, P. C. D; SALOMÃO, I. C. Industrialização brasileira: notas sobre o debate historiográfico. **Revista Tempo**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 87-104, jan./abr. 2017.

FURTADO, C. Características gerais da economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

FURTADO, C. **A economia brasileira**: contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

- FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.
- FURTADO, C. **Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- GRAZZIOTIN, H. A.; AVILA, R. I.; HERRLEIN JÚNIOR, R. A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento. *In*: DATHEIN, R. (org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 113-156.
- HEILBRONER, R. **A História do Pensamento Econômico**. 6. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HODGSON, G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 16, n. 3, p. 285-301, 1992.
- HODGSON, G. M. On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 415-431, 1998.
- HODGSON, G. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998b.
- HODGSON, G. M. **How Economics Forgot History**: The problem of historical specificity in social science. London: Routledge, 2001.
- HODGSON, G. Institutions and Economic Development: Constraining, Enabling, and Reconstituting. *In*: DE PAULA, S.; DYMSKI, G. (ed.). **Reimagining Growth**: Towards a Renewal of Development Theory. London: Zed Books, 2005. p. 85-98.
- HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.
- HODGSON, G. M. Downward Causation: Some Second Thoughts. **Geoffrey Hodgson's website**, 1 March 2011. Disponível em: <http://www.geoffrey-hodgson.info/downward-causation.htm>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- HODGSON, G. M. **Conceptualizing Capitalism**: Institutions, Evolution, Future. Chicago: The University of Chicago Press, 2015.
- IGLÉSIAS, F. **Historiografia econômica brasileira**. Introdução à historiografia econômica. Belo Horizonte: FCE-UMG, 1959.
- JAMESON, K. Has Institutionalism Won the Development Debate? **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 40, n. 2, p. 369-375, 2006.

MANZATTO, R.F. **Formação e Revolução em Caio Prado Jr. e Celso Furtado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, L. S.; CASTELLI, J. R.; CLEMENTE, L. T. Um teste de quebra estrutural para a hipótese de deslocamento do centro dinâmico na indústria brasileira nos anos 1930. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 40, n. 72, p. 214-230, 2019.

POLANYI, K. **Primitive and Modern Economics**: Essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1971.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JÚNIOR, C. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **Evolução Política do Brasil**: colônia e império. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução Brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, n. 22, p. 15-47, 1968.

PELÁEZ, C. M. **História da industrialização brasileira**: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

REIS, J. C. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SAES, F. A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 20-39, set./dez. 1989.

SAES, F. A. M. Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, R. G. (org.). **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009. p. 90-107.

SAMUELS, W. J. Markets and their social construction. **Social Research**, v. 71, n.2, Summer, p. 357-370, 2004.

SILVA, S. S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SIMONSEN, R. C. **As Crises no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional: Editora da USP, 1973.

SIMONSEN, R. C. As consequências Econômicas da Abolição. *In*: SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 254-269.

SIMONSEN, R. C. Evolução Industrial do Brasil. *In*: SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 5-52.

SIMONSEN, R. C. Orientação Industrial Brasileira. *In*: SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 53-65.

SIMONSEN, R. C. Aspectos da História Econômica do Café. *In*: SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 163-234.

SIMONSEN, R. C. Recursos Econômicos e Movimentos das populações. *In*: SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973. p. 385-426.

SIMONSEN, R. C. A Planificação da Economia Brasileira. *In*: SIMONSEN, R.C; GUDIN, E.; VON DOELLINGER, C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 37-50.

SIMONSEN, R. C. O planejamento da economia brasileira- Réplica ao Sr. Eugênio Gudin. *In*: SIMONSEN, R.C; GUDIN, E.; VON DOELLINGER, C. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 129-179.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNYI, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte.v.14, n. 1, p. 11-37, jan. / abr. 2004.

TOSI FURTADO, A. As Contribuições de Caio Prado Júnior à Formação Econômica do Brasil. *In*: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, R. G. (org.). **Celso Furtado e a formação econômica do Brasil**: edição comemorativa dos 50 anos de publicação: 1959-2009. São Paulo: Atlas, 2009. p. 72-88.

VEBLEN, T. The Limitations of Marginal Utility. **Journal of Political Economy**, v. 17. n. 9. p. 620-636, 1909.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. *In*: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. **Formação econômica do Brasil**: a experiência da industrialização. Saraiva: São Paulo, 1978. p. 121-142.

VILLELA, A.V.; BAER, W. Crescimento industrial e industrialização: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 114-134, 1972.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**: 1889-1945. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

WEBER, MAX. **História Geral da Economia**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

WILLIAMSON, O. **Markets and Hierarchies**. New York: Free Press, 1975.

**APÊNDICE A – QUADRO DE RESUMO DOS PRINCIPAIS APONTAMENTOS
SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DE ROBERTO SIMONSEN, CAIO PRADO
JÚNIOR E CELSO FURTADO**

TEÁTICA 1 – EVOLUÇÃO DA ECONOMIA COLONIAL	
1. Atrofiamento do Mercado Interno	
Roberto Simonsen	<p>i) O atrofiamento do mercado interno foi resultado da estrutura econômica colonial. Os objetivos da colonização portuguesa não estavam em consonância com a “difusão do bem estar e da cultura pelo maior número, (e pelo) maior progresso distribuído pela maior massa” (SIMONSEN, 1969, p.144).</p> <ul style="list-style-type: none"> • ii) O Estado português limitou o desenvolvimento do mercado interno por meio da legitimação da escravidão, tirando acesso de grande parte da população; • iii) A demanda das classes ricas não gerava estímulos à produção nacional, que se voltava apenas para a importação de bens de luxo. O que o autor denomina de “orgia de despesas improdutivas”.
Caio Prado Jr.	<ul style="list-style-type: none"> • i) A restrição ao mercado ocorreu pelo lado da demanda e da oferta. • Oferta: A estrutura produtiva da colônia – baseada na grande exploração, monocultura e trabalho escravo – limitou a circulação de mercadoria internamente. • Demanda: a concentração de renda impulsionava o significativo fluxo de importações pelas elites e o baixo consumo pela população.
Celso Furtado	<ul style="list-style-type: none"> • i) Dentre os fatores que promoveram o atrofiamento do mercado interno, Celso Furtado Destaca a organização da produção. a concentração da renda e a estrutura da demanda, suprida pelo exterior. As possibilidades de expansão e evolução estrutural desta economia era nula e o crescimento puramente em extensão. ii) Em função da lógica que predominou a colonização, com uma racionalidade predominantemente oposta à capitalista, o crescimento da economia se fez em benefício de grupos restritos, sem que o mercado interno atuasse no centro da economia do país.
2. Estado	
Roberto Simonsen	<p>a. i) Predominou a lógica da exploração comercial, sendo prejudicial tanto para a metrópole quanto para colônia.</p> <p>ii) A política do Estado português esteve focada na conquista de riquezas e não se voltou para o desenvolvimento econômico da metrópole. Assim, gerou uma grande dependência de produtos externos para exportação, bem como de importação de alimentos. O tratado de <i>Methuen</i> (1703) é um exemplo disto. Portugal, por meio de tal acordo “[...] matou o seu parque industrial e se tornou definitivamente uma nação agrícola, baseada na produção vinícola” (SIMONSEN, 1969, p.267).</p> <p>iii) Para a colônia, a política do pacto colonial resultou no atrofiamento do mercado interno e em uma evolução cíclica da economia colonial. Um importante instrumento compensatório, utilizado pela Coroa Portuguesa para proteger a produção colonial da variação dos preços internacionais, foi a desvalorização cambial.</p>
Caio Prado Jr.	<p>i) A categoria sentido da colonização é central na análise deste autor. O “sentido” toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais em proveito do comércio europeu. Dessa forma, Caio Prado evidenciou a motivação comercial do Estado português.</p> <p>ii) O primeiro aspecto retratado por Caio Prado da administração colonial portuguesa é a imitação institucional, na medida em que replicou na colônia algumas instituições presentes em Portugal. Outro elemento importante é que a o Brasil não constituía unidade para efeitos da administração metropolitana.</p> <p>iii) O governador era a “cabeça” de toda a administração em geral. As demais autoridades da colônia, mesmo de categoria inferior, funcionavam como contrapeso à autoridade do</p>

	<p>governador. Isto se deve porque elas não se subordinavam totalmente à autoridade superior como simples cumpridores de ordens. A falta de simetria e organização hierárquica é uma das grandes críticas de Caio Prado.</p> <p>iii) A fraca atuação da Coroa portuguesa ampliou a autoridade e o prestígio do senhor rural. O clã patriarcal é algo específico da organização brasileira, resultado do regime econômico. Estando no centro da sociedade colonial, o senhor rural se aristocratizou, pois reunia os elementos básicos para tal, a saber: riqueza, autoridade e poder.</p>
Celso Furtado	<ul style="list-style-type: none"> • i) Furtado faz uso do marco interpretativo de Caio Prado “sentido da colonização” e aponta a motivação comercial portuguesa. • ii) A manutenção da mesma linha política, que engajou o reino português nas aventuras com as Índias, tornara-os dependentes estritamente da produção da colônia para cobrir suas importações. O comércio era a única atividade lucrativa, na medida em que a agricultura, o artesanato e as indústrias locais se processaram em decadência. <p>ii) O poder do “senhor de engenho” foi reforçado pela quase total ausência de autoridades públicas portuguesas. Furtado argumenta que mesmo com a criação de um governo geral sediado na colônia, este quadro não se alterou. Isto deve-se ao papel desempenhado pelo Estado português, que esteve limitado a auxiliar os senhores privados e a defesa contra o invasor estrangeiro. O senhor latifundiário era solicitado para solucionar os conflitos internos com base em instituições informais que emergiram deste contexto.</p>
3. Papel Constitutivo das Instituições	
Roberto Simonsen	X
Caio Prado Jr.	<p>i) Da Instituição Escravidão: o caráter deletério do trabalho.</p> <p>ii) A exceção foi na pecuária mineira. Em tal atividade os proprietários desenvolviam algumas atividades juntamente com os escravos. Deste “ambiente de intimidade”, Caio Prado destaca “rudeza de hábitos e modos” nas classes superiores.</p>
Celso Furtado	<p>i) Da Instituição Escravidão:</p> <p>a) rebaixando a condição social do trabalho; b) tendência do brasileiro para arbitrariedade e para o mandonismo; c) tradição do “coronel” na vida política; d) ambiente de intimidade criado pelo domínio patriarcal, que acomodou as distintas concepções de mundo e a noção de propriedade privada, bem como fez das relações sociais a principal moeda de troca na sociedade colonial.</p>
4. Evolução da Economia Colonial	
Roberto Simonsen	<p>i) Ciclos de Produção Colonial.</p> <p>Fase ascendente: exploração dos recursos naturais, por meio do por meio do trabalho mobilizado pelo capital. Esta produção se realiza através das exportações e acumula-se riquezas até alcançar o auge.</p> <p>Declínio: a riqueza é dilapidada, restando pouco da atividade que proporcionou tanta prosperidade.</p> <p>A riqueza gerada por esses ciclos não era permanente.</p>
Caio Prado Jr.	<p>i) O sentido da colonização e a evolução cíclica colonial.</p> <p>A economia colonial esteve restrita a uma evolução cíclica, subordinando-se à conjuntura do mercado internacional. Os ciclos não seriam vistos como fenômenos isolados, mas como manifestações específicas de um fenômeno mais amplo, determinado pela vasta empresa colonial constituída com o objetivo de explorar recursos da colônia. Segundo Caio Prado, os ciclos vão se repetir no tempo e no espaço até as vésperas da emancipação política brasileira. A partir de então, novas circunstâncias e situações vão permitir que a economia brasileira ingresse em uma nova fase, caracterizada por transformações.</p>
Celso Furtado	<p>i) O caráter escravista como categoria central da evolução da economia colonial</p> <p>A abundância de terras, juntamente à utilização de mão de obra escrava, levou tal economia a se caracterizar pelo crescimento extensivo. Assim, a produção crescia pela incorporação de novas terras e compra de mais escravos, sem que houvesse evolução nas técnicas ou aumento de produtividade.</p>

	A estrutura escravista era mantida, estivesse a economia em uma fase de expansão ou em uma contração, pois o custo monetário era mínimo. Ela era capaz de resistir longamente às fases de declínio, sem alterar a sua estrutura. Tal caráter só se altera quando se manifestou o problema de mão de obra, frente à expansão cafeeira.
5. Path Dependence	
Roberto Simonsen	i) Da instituição Escravidão: concentração de renda; desigualdade social e marginalização da população negra.
Caio Prado Jr.	i) Da instituição escravidão: racismo e marginalização da população negra. “As raças escravizadas [...] mal preparadas e adaptadas, vão formar nela (sociedade brasileira) um corpo estranho e incômodo. O processo de absorção se prolongará até os nossos dias, e está longe de terminado” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 293). ii) Da economia colonial: o caráter da colonização permanece na evolução do país.
Celso Furtado	i) Da instituição escravidão: racismo e marginalização da população negra. “O peso que representou a população negra, com seu atraso e desajustamento social, se fará sentir até nos dias de hoje. A diferença de raça vinha agravar os males da escravidão em si mesma. A raça seria o estigma que marcaria a decadência dos escravos, fazendo muito mais duradouras as consequências deletérias da instituição (FURTADO, 2001, p. 129). ii) Da economia colonial: concentração de renda e riqueza; atraso tecnológico e o patriarcalismo, configurando-se como atavismos bloqueadores para a construção de uma sociedade democrática e incluyente.
TEÁTICA 2 – FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL, ABOLIÇÃO DO TRABALHO SERVIL E TRABALHO ASSALARIADO	
1. Independência Política	
Roberto Simonsen	i) Contou, principalmente, os fatores externos. A transferência da Corte portuguesa para a colônia promoveu uma inversão política. Ou seja, uma coincidência das diretivas políticas do império com o do núcleo econômico. ii) Fatores internos também são apontados, como: a estabilização da vida de portugueses em território colonial; o progresso e a formação de capital nesse período; e o papel crescente da economia da colônia sobre a metrópole.
Caio Prado Jr.	i) A essência das transformações deve ser buscada no caráter geral do sistema colonial, o qual não permitiu a formação de um sistema econômico nacional capaz de fornecer a subsistência de sua própria população, dado ter como seu único objetivo o comércio internacional para benefício da metrópole. Dessa forma, encontram-se diversas contradições que posteriormente servirão como fundamento para as forças renovadoras. Fatores externos: o surgimento do capitalismo industrial em substituição ao decadente capitalismo comercial Fatores Internos: o poder político de Portugal sobre sua colônia também teria chegado ao seu limite entre o final do século XVIII e início do XIX.
Celso Furtado	i) Deve-se, principalmente, aos fatores externos. As perturbações políticas na Europa no fim do século XVIII e os conflitos do início do século XIX catalisaram o processo de independência política na colônia. Os conflitos entre a classe agrícola brasileira e os ingleses no início do século XIX (acordo 1810) contribuíram de forma indireta para a criação de consciência da necessidade de lograr a independência política. Contudo, destaca-se que estes não teriam sido originados das divergências de ideologia econômica e sim pela unilateralidade das medidas adotadas.
2. Estado	
Roberto Simonsen	i) Simonsen apresenta uma abordagem superestimada da administração de D. João VI. Para o autor, os atos promulgados pelo monarca – como por exemplo a revogação da lei que proibia indústrias no Brasil, fundação do primeiro banco, a isenção de impostos para novas culturas, introdução de colonos, a abertura de novas estradas, entre outros – seriam provas incontestáveis da determinação do governo em valorizar o país e transformá-lo

	<p>em um grande império. A nova política de imigração seria vista como uma tentativa de preparar a colônia para a possibilidade da abolição do trabalho servil.</p> <p>ii) Tais medidas apresentaram um caráter limitado ao desenvolvimento, tendo em vista a celebração do acordo de 1810. Em suas palavras, o país “[...] estaria, por dezena de anos, condenado a uma evolução econômica, baseada exclusivamente em política agrária [...]” (SIMONSEN, 1969, p. 505).</p>
Caio Prado Jr.	<p>i) As medidas adotadas por D. João VI voltaram-se, em partes, para os interesses locais. Contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico do Brasil, na medida em que libertaram a colônia de entraves ao seu livre desenvolvimento e procuraram estimular as atividades econômicas.</p> <p>ii) Análise sob perspectiva de contradição. “O império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.147); e na estrutura econômica “[...] um organismo econômico primário, destinado a produzir alguns gêneros tropicais para o comércio internacional” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.149).</p> <p>iii) O acordo de 1810 impossibilitou o desenvolvimento da manufatura nacional, pois restringiu à especialização cada vez maior em poucos gêneros agrícolas destinados à exportação.</p>
Celso Furtado	<p>i) O acordo de 1810 gerou dificuldades econômicas, reduzindo a ação do governo, sobretudo devido à redução tarifária (maior fonte de receitas do governo central), limitando a capacidade de ação sobre a política econômica. Contudo, ele não pode ser usado para explicar o nível insatisfatório de desenvolvimento da economia brasileira.</p> <p>ii) Diante da ausência de uma classe comerciante de significativa importância na colônia, os grandes proprietários rurais de produtos para exportação eram a única classe com expressão. Sua ascensão foi consolidada com a saída de D. João VI e o liberalismo passou a ser adotado como base ideológica. Não haveria, portanto, interesse político para medidas governamentais em direção à mudança da estrutura econômica brasileira. Para a economia brasileira ter se desenvolvido no sentido de maior industrialização na primeira metade do século XIX, a condição básica teria sido o incremento na capacidade de importar, em vista da defasagem de base técnica nacional. Tal seria dependente da expansão das exportações, não sendo suficiente a adoção de medidas protecionistas para esse fim.</p>
3. Abolição do Trabalho Servil	
Roberto Simonsen	<p>i) Simonsen fundamenta a transição entre os modos de trabalho pelo “progresso material da civilização”. Como consequência da utilização da mão de obra imigrante europeia nas lavouras de café, seria diminuída a relevância do trabalho servil. Com isso, o quadro econômico – de expansão e consolidação da economia cafeeira no oeste paulista – foi um elemento fundamental na transição ao trabalho assalariado, tendo em vista a evidência da possibilidade de a cultura prosperar com o colono europeu.</p> <p>ii) O autor tece críticas às análises que apontam para uma abolição lenta e tardia no país, a qual desconsideraria os progressos imprescindíveis no campo material a serem alcançados para viabilizá-la economicamente.</p>
Caio Prado Jr.	<p>i) A abolição do tráfico de escravos deve-se aos fatores externos. A pressão inglesa foi fundamental nesse processo.</p> <p>ii) Contou para a abolição do trabalho servil os fatores internos. Na interpretação de Caio Prado, pode ser observada nitidamente o papel constitutivo das instituições, que foi delineado por Chang e Evans (2000). Dado o novo contexto de nação politicamente independente, o trabalho servil passou a ser moralmente condenado, tendo em vista que representava uma contradição interna frente cenário de liberdade.</p> <p>iii) O fim da escravidão teria sido um processo lento porque, mesmo entrando na discussão política e na vida social pelas contradições que o baseiam, ocorreram avanços de forma somente gradual pela necessidade de harmonização de interesses, observada a detenção do poder político e econômico pelas forças conservadoras e a expansão do café.</p>

<p>Celso Furtado</p>	<p>i) Diante das profundas modificações na base do sistema econômico mundial, achava-se consumada a condenação do tráfico de escravos já no início do século XIX, movimento encabeçado pela Inglaterra. Para além das razões morais, Furtado afirma que a Coroa inglesa também procurava defender os interesses antilhanos, que viam no trabalho escravo no Brasil o motivo da redução do preço do açúcar.</p> <p>ii) a abolição do trabalho escravo foi uma medida mais política do que econômica, tendo em vista que esta tinha maior relevância como base do sistema regional de poder do que como forma de organização produtiva. Não ocorreu, após a abolição, alterações significativas na estrutura de produção e de renda. Entretanto, a eliminação dessa viga básica do sistema de poder herdado do período colonial constituiu um importante avanço, na medida em que o trabalho escravo era um fator de entorpecimento do desenvolvendo econômico brasileiro.</p> <p>iii) O lento processo deveu-se a falta de condições para uma mudança abrupta. Era temido uma “Hecatombe social”.</p>
<p>TEMÁTICA 3 – INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA</p>	
<p>1. Origens</p>	
<p>Roberto Simonsen</p>	<p>i) As principais causas para a industrialização brasileira foram desvalorização cambial crônica + ideia de choques adversos.</p> <p>O primeiro fator reflete os desajustes entre a demanda e a produção interna. Ou seja, enquanto a demanda se caracteriza pela diversificação baseada em produtos agrícolas e indústria, a produção era baseada em produtos primários de voltados ao comércio exportador. Não se pode atribuir apenas ao segundo fator a explicação para as origens do processo. No entanto, sua relevância é destacada. Para o autor, “[...] a partir de 1905, observa-se um ritmo sempre crescente na evolução industrial do país, bastante acentuado entre 1910 e 1914 e mais acelerado entre 1915 e 1919, devido à conflagração europeia” (SIMONSEN, 1973, p.16-17). A Primeira Guerra mundial daria a esse surto novos impulsos e direções.</p>
<p>Caio Prado Jr.</p>	<p>i) Três aspectos são importantes para explicar a industrialização tardia brasileira: a desvalorização cambial, ideia de choques adversos e o imperialismo.</p> <p>ii) A argumentação de Caio Prado é similar à de Roberto Simonsen ao abordar a desvalorização cambial como um dos principais fatores para explicar os surtos industriais iniciais. Adicionalmente, este autor também aponta a elevação das tarifas alfandegárias a partir de 1844 e a produção local do algodão, matéria-prima de grande importância para a indústria têxtil.</p> <p>iii) A ideia de choques adversos também é presente em sua argumentação. Para o autor, a primeira e segunda guerras mundiais promoveram um grande impulso à indústria brasileira. O segundo conflito apresentou um impacto mais significativo, dado que escala de importações restringidas foi maior. Além disso, a indústria partia de um nível industrial mais robusto, o que facilitou a indústria no abastecimento dos produtos restringidos.</p> <p>iv) A intervenção do capital estrangeiro na economia brasileira é amplamente debatida por Caio Prado. O marco interpretativo “sentido da colonização” revela como isto está preso às raízes da formação do país, elucidando a dependência e subordinação orgânica funcional da economia brasileira. Este contexto de vulnerabilidade explica a facilidade de penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega nesta fase de desenvolvimento. Segundo Prado Júnior (1970, p.297), “O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações”.</p> <p>A principal via de penetração do imperialismo e de suas operações no Brasil são pelas empresas subsidiárias de grandes trustes internacionais. O imperialismo não se define apenas pela inversão em uma atividade ou outra. Ele forma um sistema abrangente de organização econômica mundial, em que tais inversões “[...] não constituem mais que elementos (embora elementos propulsores) de um conjunto que vale sobretudo como conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1970, p.305). No sistema imperialista, o Brasil ocupa uma</p>

	posição secundária, e os desenvolvimentos de sua economia são reflexos de mudanças nos objetivos do capital internacional.
Celso Furtado	<p>i) A ideia de choques adversos + política de Vargas.</p> <p>O crescimento industrial fora impulsionado pelo estrangulamento externo (crise de 1929), porém não se resume à sua decorrência. A política econômica governamental de Vargas, mesmo que de forma inconsciente, também contou a seu favor. Getúlio Vargas retomou a política de defesa do café a partir de 1930. O instrumento clássico desta política de defesa se operou, em primeiro lugar, através da taxa cambial. Contudo, este mecanismo cambial tinha suas limitações. Furtado argumenta que ele não se constituía como instrumento efetivo, tendo em vistas a gravidade dos impactos da crise. Arelado a isto, a compra e queima dos estoques de café foi outro instrumento fundamental desta nova política de defesa. Por meio desta política, o equilíbrio entre a oferta e a demanda era alcançado a um nível mais elevado dos preços. A retenção dos estoques de café foi financiada pela expansão do crédito. Esta medida permitiu mais uma vez uma socialização dos prejuízos, na medida em que ela agravaria o desequilíbrio externo, contribuindo para a desvalorização da moeda e, por consequência, beneficiando indiretamente o setor exportador. O governo de Vargas transformava a política de defesa do café em um programa de fomento da renda nacional.</p>
2. Papel Constitutivo das Instituições e <i>Path Dependence</i>	
Roberto Simonsen	<p>i) o primeiro surto industrial é identificado por Simonsen entre 1880 e início de 1890, fase de crescimento do volume de exportações de café que permitiu a formação de capitais. Tal momento também é caracterizado pela prosperidade mundial, afluxo de capitais e aumento dos meios de pagamento no Brasil pela nova política monetária da República. Um fator para explicar tal surto é de ordem psicológica. Para o autor, o trabalho de Visconde de Mauá e de uma elite de engenheiros brasileiros, atuantes na propaganda e na construção de vias férreas e outras obras de engenharia, despertaram o interesse da elite econômica do país para o uso do maquinário industrial.</p> <p>ii) O que Simonsen denomina de ordem psicológica, compreende-se no arcabouço institucionalista de papel constitutivo das instituições (CHANG; EVANS, 2000) ou resconstitutive downward causation (HODGSON, 2006). Aponta-se uma dupla causalidade, em que o novo contexto institucional com a República, mudança de regime de trabalho e progresso econômico influenciaram os hábitos e crenças dos indivíduos, incorporando novos valores e visão de mundo. Ao mesmo tempo, os agentes influenciam na forma com que essas instituições são formadas e dirigidas.</p>
Caio Prado Jr.	<p>i) <i>Path Dependence</i>: Ao reduzir o significado da industrialização, Caio Prado segue realçando o caráter colonial da economia, destacando os momentos de conservação na história econômica brasileira. Assim, observa-se que a dependência, justificada com o fato de voltar-se para fora, subsistiu a todas as mudanças econômicas e políticas – Independência, República, Abolição, Industrialização, etc. Tais transformações foram fundamentais para economia brasileira, na medida em que sua evolução passou a ser baseada no impulso e comando do desenvolvimento capitalista, e não mais condicionada por um caráter cíclico. Como afirmado por Caio Prado, a economia ascendeu a um novo plano. Contudo, o Brasil manterá a mesma posição relativa nessa nova ordem, “[...] de uma área periférica e simples apêndice exterior e marginal dos centros nevrálgicos e propulsores da economia internacional” (PRADO JÚNIOR, 1972, p.55).</p>
Celso Furtado	X
3. Estado	
Roberto Simonsen	<p>i) Defende a rota do planejamento econômico e a intervenção do Estado na economia. Para ele é fundamental “uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial” (SIMONSEN, p. 1973, p. 30).</p> <p>ii) Simonsen deixa claro que o progresso industrial verificado no Brasil foi, em sua grande maioria, alheio à ação dos governos e à política interna. Ele argumenta, diversas</p>

	<p>vezes, que as políticas tarifárias levadas a efeito pelos diversos governos tinham mais um objetivo fiscal do que um propósito protecionista.</p> <p>iii) Percebe-se um alinhamento de Simonsen com a visão da EPI sobre a relação entre Estado, mercado e política. Ele enxerga o mercado como construção social, assim, debater se ação estatal pode ser considerada intervencionismo ou não, é algo problemático. Aponta-se um papel ativo do Estado que, através do planejamento, deve direcionar a economia no sentido ao desenvolvimento econômico. Para ele, a industrialização é o meio para superar os entraves da dimensão limitada do mercado interno. A ausência de uma política bem delineada no início desse processo foi um dos elementos de entrave para sua evolução.</p> <p>iv) O autor é ambíguo no tratamento das leis trabalhistas. Em certo ponto, ele afirma: “O Brasil muito se avantajou na adoção de normas do direito social. A simples enumeração do que aqui já se adotou em poucos anos, não deixará de admirar mesmo aos norte-americanos, tão acostumados a ritmos agigantados de progresso” (Simonsen, 1973, p. 44). No final do texto, porém, ele defende a visão de que todas essas leis travam o desenvolvimento industrial do país.</p>
<p>Caio Prado Jr.</p>	<p>i) Na mesma linha de Simonsen, Prado Júnior afirma que o determinante do crescimento das alfandegárias a partir de 1844 foram as necessidades financeiras do Tesouro público e não uma política consciente proteção à indústria nascente. Na medida em que a classe política hegemônica era a dos grandes proprietários rurais, os interesses não se voltavam à proteção da indústria, pois eram naturalmente contrários.</p>
<p>Celso Furtado</p>	<p>i) O governo de Vargas transformava a política de defesa do café em um programa de fomento da renda nacional. Tal intervencionismo antecipara as medidas de sustentação da demanda agregada preconizadas anos depois (1936) por Keynes, com a publicação da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Reitera-se a relevância do Estado nesse processo, pois a simples ocorrência dos “choques adversos” não é, nessa interpretação, condição suficiente para o impulsionamento industrialização brasileira. A política acima delineada, mesmo que de forma inconsciente, foi uma peça fundamental.</p> <p>ii) Outra fase decisiva para a industrialização do país foi o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Segundo Furtado, a combinação de falta de serviços básicos de transporte, de fontes de energia e de infraestrutura em geral, aliados à atividade interna aquecida, criou um surto inflacionário. À época, o diagnóstico dessa inflação era o de que os preços eram altos devido aos elevados custos industriais. Com o objetivo de forçar uma baixa nos preços, o governo fixou o cruzeiro em um valor muito baixo. O resultado foi um surto de importações que rapidamente esgotou as reservas acumuladas ao longo da guerra.</p> <p>iii) No início de 1948, essa política já não era mais sustentável. Devia-se optar entre a desvalorização ou o controle das importações. Optou-se por esta última, através de reduções nas importações de bens de consumo em benefício dos bens de capital e matérias-primas, o que beneficiou duplamente a indústria: por um lado, reduziu-se a concorrência externa em bens de consumo; por outro, permitiu que os bens de capital e as matérias-primas fossem adquiridas a preços relativamente baixos (FURTADO, 2007).</p> <p>iv) A política de restrição das importações, porém, gerou diversos desequilíbrios. O fato de se terem restringido com mais força as importações de bens não essenciais fez com que as indústrias desse tipo de bens se tornassem as mais rentáveis.</p> <p>v) “O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação” (FURTADO, 1964, p. 111). os novos dirigentes não se confrontavam de modo direto com as velhas classes ligadas à exportação. A política de defesa do café é um exemplo cabal da conciliação entre eles. A convivência, entretanto, não era pacífica. O ponto final dessa disputa pelos chamados “centros de tomada de decisão” é a política cambial no pós-segunda guerra. Para Celso Furtado, “[...] na medida em que estes grupos passaram a predominar no Brasil, firmou-se a mentalidade “desenvolvimentista”, que possibilitou a formação de uma primeira política sistemática de industrialização, no último decênio” (FURTADO, 2009, p. 215).</p>
<p>4. Mercado Interno</p>	

<p>Roberto Simonsen</p>	<p>i) Empecilho ao desenvolvimento industrial: pequena dimensão do mercado interno. Simonsen afirma que a procura dos bens da indústria pesada é relativamente pequena, o que cria uma barreira à implementação de fábricas de grande porte. Para ele, há um ciclo vicioso, especialmente na siderurgia: o mercado interno pequeno não favorece a implantação desse setor, e a ausência de uma indústria siderúrgica impede que o país se desenvolva e, conseqüentemente, que o mercado interno cresça. O maior dos problemas, porém, é a baixa capacidade aquisitiva do país. A condição de autarquia de boa parte do território nacional, produzindo para o próprio consumo, reduz o tamanho dos mercados internos.</p>
<p>Caio Prado Jr.</p>	<p>i) O fato de o desenvolvimento da indústria ter se dado em momentos de crises fez com que as fases de crescimento industrial coincidisse com momentos nos quais grande parte da população enfrenta dificuldades. Com isso, ocorre um desentrosamento entre as necessidades gerais do país. Além disso, diversos setores industriais derivam seus lucros de consumo suntuário, feito por parte pequena e abastada de nossa população. “Em suma, o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza de seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado, por força do baixo padrão dominante no país, mas sobretudo qualitativamente mal disposto e coordenado, por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que, organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apoia e articula nas necessidades e atividades fundamentais e essenciais da massa da população brasileira e do país em geral” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 362).</p>
<p>Celso Furtado</p>	<p>Para Furtado, com a industrialização houve o “deslocamento do centro dinâmico” da economia para o setor interno. Para o autor, “em sua primeira fase, a industrialização brasileira significa, essencialmente, implantação de indústrias para atender a uma demanda preexistente, isto é, para substituir importações” (1964, p. 113). A utilização da capacidade ociosa foi decisiva nesta primeira fase de expansão da produção industrial, a possibilidade de adquirir equipamentos de segunda mão a preços baixos no exterior também foi um ativo. Entre o período que compreende 1929-1937 a produção industrial cresceu cerca de 50%, o mercado interno mais de 40% e a renda nacional cerca de 20%, representando um incremento per capita de 7% (FURTADO, 2007).</p>
<p>5. Capitalismo</p>	
<p>Roberto Simonsen</p>	<p>i) A colonização portuguesa se insere no contexto de formação do sistema capitalista. Em todo o seu período de existência, o Brasil assistiu à manifestação mundial de tal sistema “[...] com suas flutuações e exageros, sentindo a sua repercussão e participando, também, em proporções diferentes, da sua evolução” (SIMONSEN, 1696, p.68, grifo nosso).</p> <p>ii) Nega a existência de feudalismo no Brasil. O caráter capitalista da colonização é reforçado pelo autor ao debater o sistema de donatarias. Diante dos elevados custos para ocupar e colonizar as novas terras, a Coroa outorgou grandes concessões para nobres fidalgos, bem como vários direitos políticos. Tais elementos eram indispensáveis, segundo Simonsen, para a empreitada que os aguardavam. Os objetivos econômicos, expressivamente o lucro, é um importante aspecto para realizar a diferenciação. A hereditariedade e os imensos poderes concedidos não são suficientes para emprestar o cunho feudal a todo o sistema.</p>
<p>Caio Prado Jr.</p>	<p>i) Nega a existência de feudalismo no Brasil. Contudo, não afirma que houve relações sociais capitalistas da colônia portuguesa. Contudo, ao abordar a colonização no quadro amplo de formação e consolidação do sistema capitalista, esse autor evidencia o caráter “capitalista” das unidades produtivas coloniais escravistas. O caráter capitalista das colônias latino-americanas é desvendado tão logo o “sentido da colonização” imprimia sua evolução. Não se pode afirmar que houve capitalismo nas colônias, pois tampouco existia na Europa. Mas as colônias faziam parte deste sistema, à medida em que este se constituía.</p> <p>ii) A análise de Caio Prado integra a história econômica brasileira no sistema capitalista, onde vincula a aparição do trabalho assalariado à época do capitalismo industrial. Para o autor, as relações propriamente capitalistas se firmaram nesta nação após o fim do</p>

	<p>pacto colonial e com a abolição do trabalho servil. A interpretação deste autor é coerente com as colocações de Hodgson (2001; 2015), que não define o capitalismo a partir de seus resultados e sim por meio das estruturas sociais que criam a motivação para obtenção de lucros; e que busca compreender a evolução da formação social não apenas pelos elementos essenciais, mas também pelas impurezas, como por exemplo a escravidão.</p>
Celso Furtado	<p>i) Embora não trate de forma direta, Furtado assinala o caráter capitalista ao abordar a colonização brasileira no quadro de expansão comercial portuguesa. Isto não significa dizer que o autor afirma que houve relações sociais capitalistas, mas que a colônia foi parte do sistema capitalista, à medida em que este se constituía.</p>